

**RELATÓRIO DA
COMISSÃO NACIONAL
DA MEMÓRIA,
VERDADE E JUSTIÇA DA CUT**

**RELATÓRIO DA
COMISSÃO NACIONAL
DA MEMÓRIA,
VERDADE E JUSTIÇA DA CUT**

São Paulo
2015

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 – 03041-000, São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 2108-9200

E-mail: cut@cut.org.br

www.cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R382 Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT / Central Única dos Trabalhadores - Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2015.

128 p. ; il.

ISBN 978-85-89210-54-6

1. Central Única dos Trabalhadores. 2. Movimento sindical. 3. Movimento social.
4. Ditadura militar. 5. Golpe militar. 6. Direitos humanos. 7. Brasil - História. I. Título.

CDU 341.94(81)

CDD 341.55639

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT BRASIL

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney

COMISSÃO NACIONAL DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Coordenador

Expedito Solaney

Membros da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça

Vagner Freitas de Moraes

Sérgio Nobre

Expedito Solaney

Indalécio Wanderley Silva

João Batista Gomes

José Rodrigues Sobrinho

José Soares Malta

Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos

Luiz Eduardo Greenhalgh

Luiz Henrique Alves Pereira

Márcio Mauri Kieller Gonçalves

Maria José Soares de Lima

Oswaldo da Silva Bezerra

Paulo Vannuchi

Rubens Marques de Sousa

Assessoria

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (Coordenador)

Adalto da Silva Carvalho

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Marcus Vinicius Alves

Tatiani Carmona Regos

Secretaria de Políticas Sociais

Maristela Monteiro Pereira

Supervisão Editorial

Antonio José Marques

Projeto Gráfico e Diagramação

NSA Gráfica e Editora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A luta da CUT por memória, verdade, justiça e reparação 9

Vagner Freitas

PREFÁCIO

Memória, verdade, justiça e reparação. Punições para os crimes da ditadura 11

Exedito Solaney

RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DA CUT

PARTE I

Mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar e na transição civil 15

PARTE II

Capítulo 1

Atos da CUT por memória, verdade, justiça e reparação 31

Capítulo 2

Atos sindicais unitários por memória, verdade, justiça e reparação 37

Capítulo 3

Participação em outras atividades 43

Capítulo 4

Apoio à Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT 49

PARTE III

Capítulo 1

Pesquisa e Documentação 51

Capítulo 2

Encontro Nacional de Comissões da Verdade dos Sindicatos CUTistas 61

Capítulo 3

Recomendações do Coletivo Sindical de Apoio do GT Trabalhadores da CNV e da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT 65

Capítulo 4

Algumas fontes sobre violações de direitos humanos no acervo CEDOC CUT 71

PARTE IV

ARTIGOS

Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura 81

Antonio Luigi Negro

As violações econômicas e sociais durante a ditadura militar (1964-1985): a questão salarial 87

Leandro Horie, Adriana Marcolino e Rafael Soares Serrao

Os trabalhadores do campo e a repressão nos anos de ditadura militar 95

Leonilde Servolo de Medeiros

Repressão às greves e às liberdades sindicais durante a ditadura militar 101

Augusto Portugal e San Romanelli Assumpção

O vó da morte: Operação Condor e seus impactos para os trabalhadores sul-americanos 107

Jana Silverman

ENTREVISTA

Paulo Vannuchi 115

ANEXOS

Os 11 pontos do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade 119

Depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça da CUT 121

Apoio nas pesquisas, documentação e artigos 123

APRESENTAÇÃO

A luta da CUT por memória, verdade, justiça e reparação

O combate à ditadura militar e a luta por democracia e cidadania no Brasil marcaram os primeiros anos de existência da CUT. Esse é um fato histórico que os militantes e dirigentes da Central preservam e passam adiante de geração para geração. Essa memória coletiva, o acúmulo de vivências de todas as lutas que a CUT protagonizou, é um retrato da identidade social CUTista, é nosso patrimônio cultural.

E foi justamente para preservar essa memória coletiva que, não apenas defendemos publicamente a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), como também reivindicamos um capítulo específico para os/as trabalhadores/as. Apurar de forma isenta e transparente os crimes políticos cometidos – torturas, assassinatos e desaparecimentos –, identificar e punir os autores é a única maneira de fazer justiça, de preservar a memória, até mesmo de impedir a repetição da história trágica e avassaladora que se abateu sobre muitas famílias brasileiras e vítimas deste período de trevas pelo qual passou o nosso País, e também de brigar pela reparação.

Além desses crimes, também houve danos e prejuízos emocionais, financeiros e trabalhistas aos/as trabalhadores/as e ao movimento sindical - umas das primeiras vítimas da ditadura militar. A polícia política fez de tudo para calar, a qualquer custo, a voz da classe trabalhadora, que lutava e reivindicava melhores condições de trabalho e renda organizada em entidades representativas do campo e da cidade. Nenhum sindicato ou dirigente combativo foi poupado. Houve intervenções nos sindicatos, cassações de dirigentes, invasão e destruição do patrimônio das entidades, desrespeito à legislação sindical, prisões, torturas, desaparecimentos e

assassinatos de dirigentes e militantes sindicais.

Para resgatar a memória das atrocidades cometidas contra sindicalistas e trabalhadores/as, criamos a Comissão de Acompanhamento da CUT da Comissão Nacional da Verdade, coordenada pela Secretaria de Política Sociais, assessorada pelo CEDOC/CUT. A mobilização, envolvimento e determinação da CUT em resgatar a história deste período, contribuíram decisivamente para que a CNV criasse o Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical. Convidamos outras centrais a participar do trabalho e constituímos juntos o coletivo sindical de apoio a esse GT.

Mais uma vez, mostramos porque a CUT é a maior, mais organizada e mais combativa central sindical do Brasil e, imediatamente, instituímos a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT com o objetivo de fortalecer e contribuir com o GT resgatando a memória e a verdade para ajudar a fazer justiça e reparar os danos sofridos pelos/as trabalhadores/as e pelo movimento sindical.

O Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, que ora lançamos, denuncia crimes da ditadura e os ocorridos até 1988, período também investigado pela CNV. Conta à história dessa luta pelo resgate e preservação da memória, o patrimônio cultural da nossa Central e do povo brasileiro. Também traz artigos de estudiosos da ditadura militar no Brasil.

Esta publicação é mais um instrumento para lutarmos por memória, verdade, justiça e reparação. A CUT exige punição para os crimes da ditadura.

Vagner Freitas
presidente da CUT

PREFÁCIO

Memória, verdade, justiça e reparação. Punições para os crimes da ditadura

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasceu em 1983 combatendo a ditadura militar, consolidando-se como uma das entidades expoentes na luta pela democracia e cidadania no País. A CUT denunciava o golpe militar de 1964 que derrubou o presidente João Goulart e governadores eleitos democraticamente, interviu em centenas de sindicatos, cassou direções sindicais combativas, prendeu milhares de trabalhadores/as e sindicalistas, exilou, torturou e matou seus opositores políticos. Foi um golpe contra o povo brasileiro, antioperário e anticamponês, e atacou totalmente a organização sindical urbana e rural no Brasil.

A CUT, além de denunciar os crimes da ditadura, com as demais entidades do campo democrático e popular, de defesa dos direitos humanos e de familiares das vítimas, exigia investigações e aparecimentos dos corpos dos/as desaparecidos/as políticos, a punição dos torturadores, assassinos e seus cúmplices. Foi assim em 1986, quando organizou o Tribunal da Terra que condenou a omissão e conivência do Estado pela violência no campo, e em todos os seus congressos nacionais, como no Concut de 1988, quando aprovou uma resolução pedindo punição para os mandantes e assassinos de sindicalistas.

Foi a pressão da sociedade que levou o Estado brasileiro a criar em 1995 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para proceder ao reconhecimento de pessoas mortas e desaparecidas por terem participado de atividades políticas durante a ditadura militar. A Comissão Especial publicou o seu livro-relatório, em 2007, trazendo 356 casos de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura. As discussões sobre mortos e desaparecidos políticos apareceram também no Plano Nacional

dos Direitos Humanos 3 (PNDH 3), feitas no segundo mandato do presidente Lula. A partir desse plano criou-se um Grupo de Trabalho com fins de elaborar o projeto de lei que instituiria a Comissão Nacional da Verdade “para examinar as violações de Direitos Humanos praticada no contexto da repressão política”.

Em 2011, já com Dilma Rousseff na presidência, as discussões sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade ganharam maior visibilidade na sociedade brasileira. No mês de novembro, quando já se sabia que a lei criando a Comissão Nacional da Verdade seria sancionada pela presidenta, as entidades que lutavam pela punição dos crimes da ditadura se articularam para indicações de militantes comprometidos com a luta pela memória, verdade e justiça na composição da Comissão, num contraponto a nomes vinculados pela mídia e comprometidos com posições conservadoras.

No dia 18 de novembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a finalidade de apurar graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 “a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”, de acordo com o texto da lei, mas que também deveria buscar a justiça, conforme nosso entendimento e o das entidades de defesa dos direitos humanos, com a apuração dos crimes cometidos pelos agentes da ditadura e seus cúmplices e o devido julgamento, havendo punição dos culpados e reparações às vítimas e/ou seus familiares.

Apesar de criada, a Comissão Nacional da Verdade não foi imediatamente instalada, mostrando que seria um organismo em disputa. Nesse quadro, a CUT

reafirmou posição na defesa da sua imediata instalação. Finalmente, em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada pela presidenta Dilma Rousseff com a indicação dos seus sete componentes, sendo que entres estes não constavam nomes indicados pelas entidades sociais, sindicais e de defesa dos direitos humanos. Nessa ocasião, a Executiva Nacional da CUT emitiu uma Nota Oficial reiterando seu apoio à CNV, mas lamentou a composição que excluiu familiares das vítimas, representantes dos trabalhadores e dos movimentos sociais. A nota afirmava que sem a apuração e punição “continuaremos convivendo com casos de abusos policiais, torturas e criminalização da pobreza” e concluiu afirmando que “trabalhará para que a Comissão supere estas e outras limitações e que venha a contribuir com o definitivo – e cada vez mais urgente e inadiável – acerto de contas entre o Brasil e a Ditadura Militar”.

Naquele período, o 11º Congresso Nacional da CUT estava em fase de preparação e após as discussões nele realizadas os delegados/as aprovaram, por unanimidade, uma resolução tratando do tema e delegaram à Executiva Nacional constituir uma Comissão da CUT de Acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade que “estimulará o resgate da memória dos trabalhadores perseguidos, mortos e desaparecidos, receberá e encaminhará à CNV as denúncias das violações de direitos humanos contra os trabalhadores durante a ditadura militar”. A primeira reunião da Executiva Nacional da CUT após o congresso, realizada em 07 de agosto de 2012, aprovou a criação daquela Comissão, composta pela Presidência, Secretaria-Geral e Secretaria de Políticas Sociais, sendo que esta última faria a coordenação dos trabalhos e a Comissão teria o assessoramento do CEDOC/CUT.

No início de 2013, em 05 de fevereiro, dirigentes da CUT se reuniram com a presidenta Dilma Rousseff, em Brasília, momento em que, entre outras discus-

sões, reivindicaram que a CNV tivesse um capítulo sobre trabalhadores perseguidos, mortos e desaparecidos. Ainda naquele mês, a Comissão da CUT enviou uma carta à CNV sugerindo alguns pontos que deveriam ser investigados: intervenções sindicais, cassações e prisões de dirigentes, invasões e destruição do patrimônio dos sindicatos e, principalmente, as torturas, os assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores, ativistas e dirigentes sindicais.

No dia 15 de abril, em São Paulo, a Comissão Nacional da Verdade anunciou perante representantes das centrais sindicais a criação do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical, assumindo os 11 pontos apresentados pelas Centrais para a investigação e apuração das violações de direitos humanos dos trabalhadores/as, dirigentes sindicais e de suas entidades e associações. A coordenadora do Grupo de Trabalho (GT), Dra. Rosa Cardoso, informou que a coordenação da pesquisa do novo GT seria da CNV, “mas com informações, acompanhamento, envolvimento e a mobilização proporcionada pelos trabalhadores, através das centrais sindicais e sindicatos de categorias que já criaram comissões da verdade próprias”.

Diante da nova realidade, a Executiva Nacional da CUT, reunida no dia 07 de maio de 2013, avaliando que era preciso fortalecer e contribuir com o GT, instituiu a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT que substituiu a Comissão da CUT de Acompanhamento da CNV. A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT foi constituída pela Presidência, Secretaria-Geral, Secretaria de Políticas Sociais e dirigentes indicados por CUTs estaduais e sindicatos. A coordenação continuou com a Secretaria de Políticas Sociais.

Este Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT é uma síntese do trabalho desenvolvido e composto basicamente em quatro partes. Na primeira parte dialoga com a Comissão

Nacional da Verdade no que diz respeito às graves violações dos direitos humanos durante a ditadura militar e traz casos de trabalhadores/as mortos/as não apurados pela CNV. A segunda parte apresenta as suas atividades, que não seriam plenamente desenvolvidas sem a participação e apoio das CUTs estaduais e sindicatos. A terceira parte traz as Pesquisas, Recomendações, o Encontro de Comissões da Verdade da CUT e algumas fontes sobre violações de direitos humanos no acervo CEDOC CUT. A quarta e última parte traz artigos de especialistas que estudaram as consequências da ditadura para a sociedade brasileira e uma entrevista com Paulo Vannuchi, ex-Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República.

Na primeira parte buscamos atender o pedido do GT Trabalhadores da CNV com informações que subsidiassem os seus trabalhos. Considerando que a CNV investigaria graves violações de direitos humanos até outubro de 1988, o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT pesquisou no seu acervo informações sobre assassinatos de trabalhadores, na medida em que a documentação remonta a 1980. As informações e documentos encontrados são basicamente sobre assassinatos e violência no campo e foram enviados ao GT Trabalhadores da CNV.

O primeiro aspecto observado a partir das pesquisas da equipe do CEDOC no acervo é que, ao menos, três casos de trabalhadores assassinados em manifestações públicas durante o período que deveria ser investigado pela CNV não foram considerados pela mesma no seu Relatório Final: Amaral Vaz Meloni, Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel. A Lei nº 10.875, de 01 de junho de 2004, no seu artigo 4º, estabelece que devem ser reconhecidos os casos de pessoas “que tenham falecido em virtude de repressão policial sofridas em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público”, fatos ocorridos com esses trabalhadores rurais mortos durante a repressão às greves ocorridas nas

cidades de Guariba e Leme, que trataremos adiante.

O segundo aspecto que chamamos a atenção é que a violência no campo, os assassinatos de trabalhadores rurais, que têm origem nos vários tipos de conflitos agrários, são frequentes durante todo o período investigado pela CNV. Esses conflitos constam no trabalho desenvolvido pelo MST sobre assassinatos no campo na época da ditadura e na publicação *Conflitos no Campo no Brasil*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para os anos 1985 a 1988. Acontece que quase todas as mortes de trabalhadores rurais não foram consideradas como crimes políticos pela CNV, pois não houve a participação e o envolvimento direto de agentes do Estado. O nosso entendimento é que a conivência e a omissão do Estado transformam esses assassinatos em crimes políticos, como bem demonstrou Gilney Viana no levantamento que identificou 1.196 camponeses mortos e desaparecidos excluídos da justiça de transição.

Portanto, reconhecemos que a quantidade e os nomes de trabalhadores rurais assassinados que apresentamos neste relatório é muito pequena comparada ao número de trabalhadores/as rurais mortos/as e desaparecidos/as durante a ditadura militar e a transição civil. Todavia, o acervo preservado no CEDOC se origina na atuação sindical desses trabalhadores: são fichas de inscrições em congressos, listas de presenças em assembleia, informes em boletins sindicais, cartazes. Esses documentos provam a atuação política sindical desses trabalhadores e por isto foram assassinados e são vítimas da ditadura militar. Essas informações e cópias dos documentos, como dissemos, foram entregues à Comissão Nacional da Verdade.

A segunda parte do relatório traz os atos sindicais da CUT por memória, verdade e justiça, os atos sindicais unitários, participação em outros eventos e o apoio recebidos. Nesse ponto agradecemos os ativistas e dirigentes que apoiaram e organizaram os atos e também aos nossos apoiadores.

Na terceira parte constam as atividades de pesquisas e documentação desenvolvidas e acompanhadas pelo CEDOC, o relato do Encontro Nacional de Comissões da Verdade de Sindicatos CUTistas, as Recomendações aprovadas pelo Coletivo Sindical de Apoio do GT Trabalhadores e pela CUT, e encaminhadas à Comissão Nacional da Verdade e algumas fontes sobre violações de direitos humanos. As Recomendações colaboram na busca da verdade, memória, justiça, reparação, punição aos crimes da ditadura e alterações na legislação para que situações de violações de direitos humanos nunca mais aconteçam.

Por fim - e também muitíssimos relevantes - temos o artigo do professor Antonio Luigi Negro “Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo”, o trabalho de Leandro Horie, Adriana Marcolino e Rafael Soares Serrao “As violações econômicas e sociais durante a ditadura militar”, o artigo da pesquisadora Leonilde Servolo de Medeiros “Os trabalhadores do campo e a repressão nos anos de ditadura militar”, o artigo de

Augusto Portugal e San Assumpção Romanelli “Repressão às greves e às liberdades sindicais durante a ditadura militar”, o artigo de Jana Silverman “Operação Condor e seus impactos para os trabalhadores sul-americanos” e a entrevista com Paulo Vannuchi sobre a importância dos trabalhadores lutarem por memória, verdade, justiça, reparação e punição para os crimes da ditadura. Nossos agradecimentos a esses autores e entrevistado comprometidos com a nossa causa e que nos possibilitam conhecer ainda mais sobre como a repressão atingiu os trabalhadores/as durante a ditadura militar. Também agradecemos os/as pesquisadores/as de várias instituições que colaboraram nas pesquisas e enviaram documentos e informações, assim como sindicalistas e trabalhadores/as de sindicatos que, também, deram suas contribuições. Nosso muito obrigado!

Expedito Solaney

Secretário de Políticas Sociais

Coordenador da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT

PARTE I

Mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar e na transição civil

O golpe de 31 de março de 1964, que derrubou o presidente João Goulart e instalou uma ditadura militar no Brasil, foi contra os trabalhadores/as e o movimento sindical organizado. Durante a ditadura militar, trabalhadores/as, dirigentes e ativistas sindicais foram presos, torturados, mortos, levados ao suicídio e desaparecidos forçosamente.

As primeiras denúncias sobre mortes e desaparecimentos políticos foram feitas, ainda nos anos 1970, por familiares das vítimas, ativistas dos direitos humanos e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). A ditadura militar terminou em 1985, mas somente dez anos depois, em 1995, foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, momento em que o Estado brasileiro reconheceu oficialmente sua responsabilidade nos assassinatos e desaparecimentos de 136 opositores políticos.

Em 2007, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos publicou o seu livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade” reconhecendo 356 casos de assassinatos, suicídios motivados pela repressão e desaparecimentos políticos. Ainda que em um ritmo lento, pois foram quase 12 anos entre a sua criação e o lançamento do livro-relatório,

os trabalhos da Comissão Especial subsidiaram as discussões sobre a necessidade de uma Comissão Nacional da Verdade para investigar os crimes da ditadura militar e de seus aliados na repressão aos trabalhadores e ao povo brasileiro.

Finalmente, em dezembro de 2011, o Governo Federal criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a finalidade de apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Esse longo prazo, antecedido e estendido ao período da ditadura (1964–1985), tem motivo devido à pressão dos militares que sempre se opuseram às investigações e punições dos assassinos e torturadores.

Instalada em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade realizou seus trabalhos até dezembro de 2014, quando entregou o seu relatório final em três volumes, sendo um deles com uma relação contendo 434 casos de mortos e desaparecidos políticos no período investigado. A própria CNV reconheceu que esses números não são definitivos. Por isso, há necessidade de se criar um organismo que dê continuidade aos trabalhos de apuração dos crimes da ditadura militar que, além de apontar os responsáveis, levem as suas punições.

Graves violações de direitos humanos: trabalhadores e sindicalistas presos, torturados, mortos e desaparecidos

Quando os militares, apoiados por setores civis vinculados ao capital nacional e internacional deram o golpe, eles elegeram como suas principais vítimas os trabalhadores e trabalhadoras. Foi um golpe de classe contra o povo brasileiro. Desde o primeiro momento, em 1964, durante o regime mili-

tar e mesmo no governo de transição civil, que foi de 1985 a 1989, os trabalhadores, as trabalhadoras, dirigentes e ativistas sindicais da cidade e do campo foram perseguidos, presos, torturados, assassinados e desaparecidos. Crimes que não se prescrevem, precisam ser investigados e os responsáveis punidos.

O primeiro ano da ditadura: mortos e desaparecidos políticos em 1964

A principal resistência ao golpe militar foi convocada pelo movimento sindical organizado, por isto os trabalhadores acabaram sendo duramente reprimidos. Sindicatos foram invadidos, seus dirigentes presos ou tendo que entrar na clandestinidade. No primeiro ano da ditadura, oficialmente, 27 pessoas morreram devido à repressão, sendo 15 trabalhadores, e, desses, 8 eram dirigentes sindicais. Existem indícios que mais sindicalistas foram assassinados ou desapareceram, principalmente no meio rural na região Nordeste brasileira, onde havia uma forte atuação das Ligas Camponesas.



Acervo digital:
Centro de Referência e Memória do Trabalhador do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade

27 pessoas mortas no primeiro ano da ditadura

Sindicalistas/ Trabalhadores	Trabalhadores	Militares	Políticos	Estudantes	Desconhecidos
8	7	4	3	2	3

A luta contra a ditadura: sindicalistas mortos e desaparecidos políticos

A oposição à ditadura militar mobilizou importantes setores da sociedade: trabalhadores da cidade e do campo, estudantes, a ala progressista da igreja católica, artistas, intelectuais, entre outros segmentos. Na resistência ao regime e reagindo à brutal repressão muitos militantes vinculados a esses movimentos optaram por aderir às organizações políticas de esquerda que pegaram em armas contra a ditadura. Com as intervenções nas entidades sindicais, as cassações e as perseguições aos dirigentes e ativistas sindicais muitos destes seguiram o mesmo rumo e aderiram à luta armada.

Os trabalhadores e as trabalhadoras compõem a imensa maioria dos mortos e desaparecidos políticos no período da ditadura. Mesmo entre aqueles identificados como estudantes, muitos

tinham origem operária ou rural e alguns exerceram atividades remuneradas, como, por exemplo, professores particulares. Dentre os 434 mortos e desaparecidos reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade, 56 eram dirigentes e ativistas sindicais, representando aproximadamente 13%. Porcentagem bem maior que os 5% registrados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Dos 56 dirigentes e ativistas sindicais mortos e desaparecidos políticos, 39 eram trabalhadores/as urbanos/as e 17 trabalhadores/as rurais. Os homens somaram 53 casos e as mulheres somente três, mostrando que estas tiveram pouca presença como dirigentes e ativistas sindicais, mas não que deixaram ter um significativo papel na luta contra a ditadura militar.

434 mortos e desaparecidos políticos, sendo que destes 56 eram dirigentes e ativistas sindicais (13%)

Trabalhadores assassinados em manifestações públicas. Violações de direitos humanos APURADAS pela Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade apurou 28 casos de “vítimas mortas em protestos, passeatas e piquetes ocorridos em locais públicos e que foram reprimidas por agentes das forças de segurança oficiais”, conforme consta em seu relatório. Três dessas vítimas foram mortas em 1964, logo após o

golpe, 10 assassinadas em manifestações públicas no sangrento ano de 1968 e duas em outros momentos, perfazendo um total de 15 mortos. Dos 13 casos restantes, os assassinatos se deram durante manifestações/reivindicações trabalhistas ocorridas nos anos de 1963, 1972 e 1979.

Relatório da CNV – 28 vítimas mortas em manifestações públicas	
Manifestações de protestos	13 mortos
Manifestações/reivindicações trabalhistas	13 mortos
Manifestações gerais	02 mortos

Relatório da CNV – 13 vítimas mortas em manifestações trabalhistas	
Massacre de Ipatinga (MG) em 1963	08 mortos
Engenho Matapiruna – Escada (PE) em 1972	01 morto
Greves urbanas de 1979	04 mortos

Vítimas no massacre de Ipatinga (MG) em 1963	
Aídes Dias de Carvalho	Geraldo da Rocha Gualberto
Alvino Ferreira Felipe	Gilson Miranda
Antonio José dos Reis	José Isabel do Nascimento
Eliane Martins	Sebastião Tomé da Silva

Vítima no Engenho Matapiruna – Escada (PE) em 1972
José Inocêncio Barreto

Vítimas nas greves urbanas em 1979		
Benedito Gonçalves	Metalúrgico	Divinópolis - Minas Gerais
Guido Leão	Metalúrgico	Betim - Minas Gerais
Orocílio Martins Gonçalves	Operário da construção civil	Belo Horizonte - Minas Gerais
Santo Dias da Silva	Metalúrgico	São Paulo - São Paulo

Trabalhadores assassinados em manifestações trabalhistas. Violações de direitos humanos NÃO APURADAS pela Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade foi criada para “apurar graves violações de direitos humanos ocorridas de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988”. Todavia, a CNV não apurou três manifestações/

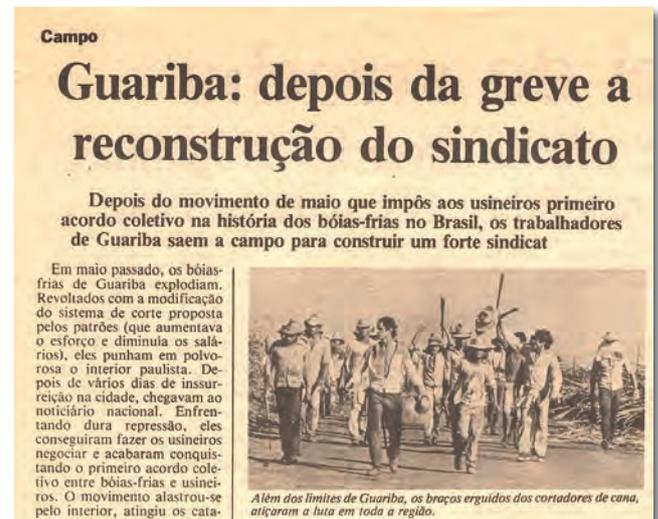
reivindicações trabalhistas reprimidas por forças policiais que terminaram com assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores, e que aconteceram dentro daquele período.

Os casos de violações de direitos humanos em Guariba, Leme e Serra Pelada

Guariba (SP)

Em maio de 1984, ainda durante a ditadura militar, cortadores de cana da cidade de Guariba, interior de São Paulo, fizeram uma greve. No dia 15 de maio, a Polícia Militar reprimiu violentamente os trabalhadores no centro da cidade. O metalúrgico aposentado Amaral Vaz Meloni, que estava na escadaria da igreja, foi morto com um tiro na cabeça e dezenas de pessoas ficaram feridas.

A greve de Guariba, em 1984, é um marco na história do movimento dos trabalhadores do campo por terem conquistado o primeiro acordo coletivo rural no Brasil.



Jornal da CUT Nacional. Novembro de 1984. Acervo: CEDOC CUT

Leme (SP)

No dia 11 de julho de 1986, também durante uma greve de cortadores de cana, na cidade de Leme, interior paulista, Sybele Aparecida Manoel e Orlando Corrêa foram mortos a tiros, devido à repressão policial ao movimento grevista. Sete trabalhadores também ficaram feridos a tiros e dezenas de outros sofreram graves agressões, mesmo assim muitos acabaram presos e intimidados pelas forças policiais a voltar ao trabalho.

“Os episódios de Leme são resultado da violência policial e da mentira patronal e governamental sobre o direito de greve.”

Executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores
16 de julho de 1986



Boletim Nacional da CUT de agosto de 1986. Acervo: CEDOC CUT

Serra Pelada (Pará)

O massacre de Serra Pelada aconteceu em 29 de dezembro de 1987. Naquele dia, centenas de garimpeiros ocupavam a ponte rodô-ferroviária sobre o Rio Tocantins quando a Polícia Militar do Pará investiu sobre eles com bombas e tiros. O Sindicato dos Garimpeiros, a Associação de Moradores e outras entidades divulgaram uma lista com os nomes de 93 pessoas desaparecidas. O governo do Pará reconheceu somente dois mortos. Outras fontes apontaram 10 mortos. Serra Pelada foi um dos maiores massacres contra os trabalhadores brasileiros e precisa ser devidamente apurado e os responsáveis punidos.



Boletim Nacional da CUT de janeiro de 1988. Acervo: CEDOC CUT
Esse boletim traz a relação com nomes de 93 desaparecidos em Serra Pelada

Os mortos em Guariba e Leme. Violações de direitos humanos e assassinatos políticos

As mortes de Amaral Vaz Meloni, em Guariba, Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel, em Leme, estado de São Paulo, ocorreram durante greves de trabalhadores rurais reprimidas pela Polícia Militar, sendo estas pessoas mortas nas mesmas circunstâncias que os casos analisados pela Comissão Nacional da Verdade quando das greves urbanas de 1979. Os assassinatos ocorridos naquelas greves foram reco-

nhecidos como casos de graves violações de direitos humanos. Portanto, os casos em Guariba e Leme, ocorridos nas mesmas circunstâncias, também são violações de direitos humanos e assassinatos políticos, na medida em que as vítimas foram mortas em manifestações públicas reprimidas por forças policiais, abrangidas assim, portanto, pela Lei nº 10.875/04.

Guariba (SP)

“Aqui é uma guerra da pobreza”

O Estado de São Paulo, 16/05/1984

Foi assim que uma trabalhadora rural justificou o “levante de Guariba”, como ficou conhecida esta luta dos cortadores de cana contra a exploração do trabalho e que foi iniciada em 15 de maio de 1984, naquela cidade do interior paulista. Os patrões impuseram o aumento do volume de cana cortada de cinco para sete ruas, sem reajuste salarial. Os trabalhadores, já revoltados com o preço da água, paralisaram os trabalhos e realizaram manifestações por toda a cidade. A mobilização dos trabalhadores

rurais levou a Polícia Militar a ocupar a cidade e reprimir duramente o movimento.

A ditadura militar havia implantado uma política rural que privilegiou a monocultura e os latifúndios, expulsando os trabalhadores do campo. Muitos desses vinham do Nordeste e outras regiões pobres do país para trabalhar no corte de cana em cidades do interior de São Paulo. Eram os chamados “boias-frias” que ocupavam as periferias de Guariba e outras cidades da região, vivendo em péssimas condições e sendo explorados pelos usineiros e seus intermediários com a conivência do Estado.

Amaral Vaz Meloni – vítima da ditadura, morto em 15 de maio de 1984

No dia em que começou a greve, o metalúrgico aposentado Amaral Vaz Meloni, de 47 anos, saiu de casa para acompanhar o movimento. Quando a Polícia Militar investiu sobre os trabalhadores, Amaral foi atingido por um tiro na cabeça no momento em que estava na escadaria da igreja, vindo a falecer. Dezenas de outras pessoas ficaram feridas. Mais um crime da ditadura militar.

Homenagem

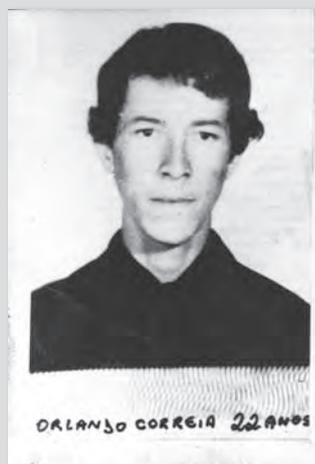
A cidade de Guariba homenageou o metalúrgico Amaral Vaz Meloni dando o seu nome para uma rua no bairro Boa Vista e também para uma creche.

A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da Central Única dos Trabalhadores reconhece que Amaral Vaz Meloni é uma vítima da ditadura militar e através deste relatório requer à Comissão de Anistia a abertura de procedimentos para as reparações políticas e materiais.

Leme (SP)

O Boletim Nacional da CUT, de agosto de 1986, publicou a resolução da Executiva da Central que denunciava as mortes dos trabalhadores Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel assassinados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, no dia 11 de julho de 1986, durante greve dos cortadores de cana na cidade de Leme. Os trabalhadores estavam legitimamente em greve por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. A polícia militar agia a favor dos usineiros e numa tentativa de acabar com a greve ocupou militarmente a cidade.

Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel: vítimas da ditadura militar



O lavrador Orlando Corrêa estava afastado do trabalho por ter sofrido um acidente. Mesmo assim, apoiava a greve e junto com outros parentes acompanhava o movimento quando a polícia atirou nos trabalhadores, acertando Orlando que veio a falecer. Ele era casado com Sueli e tinham dois filhos: Ronaldo Adriano e Ana Aparecida.

Ele era casado com Sueli e tinham dois filhos: Ronaldo Adriano e Ana Aparecida.

A jovem Sybele Aparecida Manoel tinha 17 anos e trabalhava como doméstica. Ela saiu de casa para ver a movimentação dos trabalhadores e logo depois levou um tiro. “Me pegaram!” Essas foram as últimas palavras de Sybele.



Homenagem

Pouco tempo depois, a praça próxima do local onde ocorreram as mortes passou a ser denominada “Praça do Trabalhador”, nome que se mantém até a atualidade numa homenagem a Orlando e Sybele. Outras localidades também homenagearam esse trabalhador e essa trabalhadora assassinados pela Polícia Militar durante a greve dos canavieiros de Leme.

A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da Central Única dos Trabalhadores reconhece que Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel são vítimas da ditadura militar e por intermédio deste relatório requer à Comissão de Anistia a abertura de procedimentos para as reparações políticas e materiais.

Lei nº 10.875/04 reconhece casos de mortes em manifestações públicas

“pouco importa se o tiro foi ou não desfechado contra a vítima. E nem mesmo discutir a autoria do disparo. O certo é que ela morreu em decorrência do tiro disparado em manifestação pública”.

Direito à memória e à verdade, 2007, pag. 59.

Com essas palavras o relator do caso de Labibe Elias Abduch, morta numa manifestação pública contra a ditadura militar, concluiu o seu voto na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. A Comissão reconheceu por unanimidade o assassinato de Labibe como um crime político. As mesmas palavras se aplicam para os casos das mortes de Amaral Vaz Meloni, em Guariba, Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel, em Leme.

Polícia Militar matou Orlando e Sybele

Logo após os conflitos de Leme o governo, a polícia militar e a polícia federal fizeram uma campanha mentirosa tentando responsabilizar a CUT e deputados da oposição pelas mortes dos trabalhadores. Três anos e meio depois veio à decisão do juiz Ronaldo Frigini da primeira Vara Cível da cidade de Leme condenando o Estado pelos assassinatos de Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel. Em sua sentença o juiz afirma *“A prova demonstrou com clareza que a morte de Orlando e Sybele foi produzida por disparo de arma de fogo feito por policial militar”.* O Estado de São Paulo, 16/02/1990. Começava a ser restabelecida a verdade.



Cortejo do Funeral de Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel. Foto: João Bittar. Acervo: CEDOC CUT

O Estado de São Paulo - 16.2.90

Justiça culpa polícia por mortes em Leme

Três anos e meio depois das mortes do cortador de cana Orlando Correia e da doméstica Sibeles Aparecida Manoel — atingidos por tiros em julho de 1986, durante um conflito entre a Polícia Militar e grevistas em Leme — o juiz Ronaldo Frigini, da primeira Vara Cível da cidade, condenou o Estado a pagar uma indenização aos seus familiares — Correia, que morreu com 23 anos, deixou viúva e dois filhos, e Sibeles, morta com apenas 17 anos, a mãe.

Em sua sentença de 25 páginas, dentro de um processo de 611 folhas, juiz não deixa dúvida sobre o fundamento de sua decisão. "A prova demonstrou com clareza que a morte de Orlando e Sibeles foi produzida por disparo de arma de fogo feito por policial militar", escreveu o juiz Frigini. "Essa sentença restabelece a verdade", comemorou Luiz José Bueno de Aguiar, um dos três advogados que acompanharam o processo, lembrando que na ocasião várias autoridades responsabilizaram o PT pelo

incidente de Leme — entre elas o ministro da Justiça à época, Paulo Brossard.

Na manhã do dia 11 de julho de 1986, cerca de 140 policiais entraram em confronto com aproximadamente 1.000 cortadores de cana em greve: os trabalhadores tentavam impedir a saída de ônibus que levaria às usinas os que pretendiam trabalhar. Três deputados do PT — José Genoíno, Djalma Bom, então deputado federal, e Anísio Batista, deputado estadual à época — estavam no local. Uma das acusações feitas no episódio foi a de que tiros teriam sido disparados por ocupantes de um opala azul a serviço dos deputados. O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, chegou a confirmar a informação três dias depois do conflito. Os petistas negaram essa versão. Além das duas mortes, mais 17 pessoas ficaram feridas naquele dia. "Ficou comprovado que só a PM atirou", disse Aguiar. O Estado é obrigado a recorrer da decisão e somente o Tribunal de Justiça pode confirmar a sentença.

Trabalhadores mortos e desaparecidos em manifestações trabalhistas. Violações de direitos humanos NÃO APURADAS pela Comissão Nacional da Verdade

Greve dos trabalhadores rurais de Guariba (SP) em 1984	01 morto Amaral Vaz Meloni
Greve dos trabalhadores rurais de Leme (SP) em 1986	02 mortos Orlando Corrêa e Sybele Aparecida Manoel
Massacre de garimpeiros em Serra Pelada (PA) em 1987	Entre 02 e 10 mortos 93 desaparecidos

O Massacre de Volta Redonda (RJ) - Novembro de 1988

Ainda que fora do período apurado pela Comissão Nacional da Verdade, o massacre de Volta Redonda é uma violação de direitos humanos que tem origem na ditadura militar. No dia 9 de novembro de 1988, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) estavam em greve e foram brutalmente reprimidos por policiais militares e soldados do Exército, que executaram três trabalhadores dentro da empresa: Carlos Augusto Leite, Valmir Freitas Monteiro e Willian Fernandes Leite.

Durante a ditadura militar e também no governo de transição civil era uma prática comum o Exército ocupar siderúrgicas e refinarias quando havia mobilizações dos trabalhadores. Foi assim em 1964, na época do golpe militar. Em 1983, na primeira greve geral contra a ditadura. Em 1987, durante a campanha salarial dos petroleiros. E em 1988, quando os militares assassinaram aqueles trabalhadores.



Ocupação do exército em Volta Redonda. Foto: Arquivo Nacional

Numa homenagem aos operários mortos foi construído, em Volta Redonda, o Memorial 9 de Novembro. Na madrugada seguinte a sua inauguração, que aconteceu no dia 01 de maio de 1989, o Memorial sofreu um atentado a bomba, ficando bastante destruído. Isso mostrava que as forças da repressão continuavam atuantes. Mas o monumento foi reconstruído e propositalmente deixaram a marca do atentado como registro para a história.



Capa da publicação especial da CUT Nacional, com 16 páginas, denunciando o massacre de Volta Redonda ocorrido em novembro de 1988. Acervo: CEDOC CUT



Cartaz. Acervo: CEDOC CUT

Sindicalistas mortos e desaparecidos no campo. Fontes no acervo da CUT

Desde o primeiro momento a ditadura militar reprimiu violentamente o movimento sindical rural. As Ligas Camponesas foram exterminadas, seus dirigentes presos, torturados e alguns deles assassinados ou desaparecidos. A violência no meio rural aumentou escandalosamente durante o regime militar e os casos estão registrados no livro sobre assassinatos no campo entre 1964 e 1986, lançado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em 1987. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) começou a produzir em 1985 a revista “Conflitos no Campo no Brasil”, trabalho que desenvolve até os dias atuais, onde é possível conhecer a violência no meio rural durante o governo de transição civil.

Nos últimos quatro anos outros trabalhos se somaram a esses, como o de Ana Carneiro e Marta Ciocari sobre “Camponeses, torturados, mortos e desaparecidos entre 1962 e 1985” e a pesquisa de

Gilney Viana, “Camponeses mortos e desaparecidos excluídos da justiça de transição entre 1964 e 1988”. Essa última publicação apontou 1.196 casos de tra-

balhadores rurais mortos e desaparecidos, sendo 75 deles sindicalistas. O último trabalho lançado, em dezembro de 2014, foi o “Relatório Final Violações de Direitos no Campo”, da Comissão Camponesa da Verdade, organismo que reuniu entidades rurais e pesquisadores. Um importante trabalho é o Relatório sobre violência produzido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), estado onde ocorreu a maioria dos assassinatos no campo entre 1964 e 1988.

Com todas essas pesquisas e publicações aumentaram bastante às informações sobre violência no campo e isto pode possibilitar que casos de assassinatos tenham as investigações reabertas, com mandantes e autores identificados e levados à justiça.



Boletim Nacional da CUT, outubro/novembro 1985. Acervo: CEDOC CUT

Sindicalistas assassinados no campo nos anos 1980. Violações de direitos humanos

A violência no campo cresceu muito durante a ditadura devido à política imposta pelos militares que levou a concentração fundiária, a grilagem de terras, a expansão da monocultura e a exploração dos trabalhadores com o descumprimento das obrigações trabalhistas.

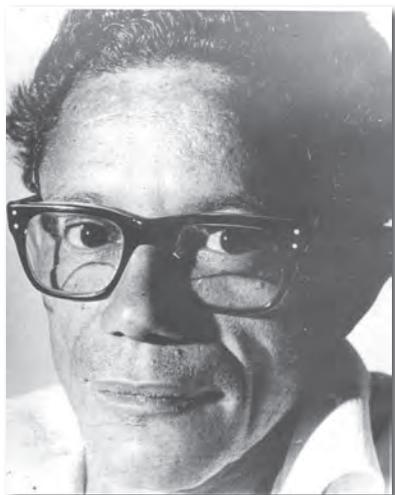
Em 1980, aconteceram os primeiros encontros intersindicais nacionais que são parte do processo de formação da CUT. Em seguida vieram os encontros estaduais da classe trabalhadora, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1981, e o Congresso de Fundação da CUT em 1983. A partir daí a CUT realizou mais três congressos nacionais

até 1988. Nesse processo de organização sindical, que integra o período que deveria ser investigado pela Comissão Nacional da Verdade, participaram sindicalistas rurais que depois foram assassinados devidos suas ações em defesa dos trabalhadores e por suas atividades políticas e sindicais. Os casos apresentados a seguir têm por base documentos e informações preservados no acervo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Como dissemos acima, existem centenas de casos levantados por outros estudos e que precisam ser investigados e, também, são violações de direitos humanos e crimes políticos.

Sindicalistas rurais assassinados nos anos 1980. Violações de direitos humanos APURADAS pela Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade apurou e reconheceu que “em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964” foram assassinados os sindicalistas rurais Raimundo Ferreira Lima (o Gringo), Wilson Souza Pinheiro, Margarida Maria Alves e Nativo da Natividade de Oliveira. Segundo a CNV, os assassinatos aconteceram devido às atividades políticas desses sindicalistas e houve conivência e/ou omissão do Estado brasileiro.

Nos casos de Gringo e Wilson Pinheiro não foram identificados os autores diretos dos assassinatos, todavia a CNV entendeu que as mortes tiveram motivações políticas. Os assassinatos de Margarida Maria Alves e Nativo da Natividade de Oliveira foram perpetrados por pistoleiros contratados por fazendeiros e políticos locais, havendo a associação de agentes do Estado brasileiro. No caso de Nativo da Natividade, o assassinato se deu após o fim da ditadura militar, já no governo de transição civil.



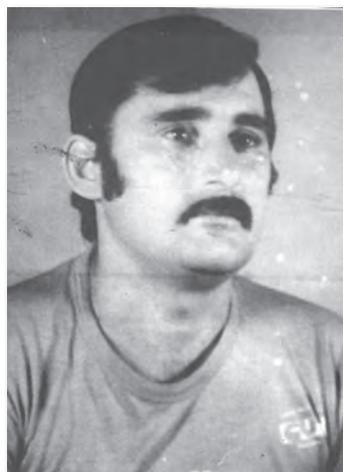
Raimundo Ferreira Lima (Gringo)
Oposição Sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia – Pará
Assassinado em 29 de maio de 1980



Wilson Souza Pinheiro
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília – Acre
Assassinado em 21 de julho de 1980



Margarida Maria Alves
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande – Paraíba
Assassinada em 12 de agosto de 1983



Nativo da Natividade de Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde e Central Única dos Trabalhadores – Goiás
Assassinado em 23 de outubro de 1985

Sindicalistas rurais assassinados nos anos 1980. Violações de direitos humanos NÃO APURADAS pela Comissão Nacional da Verdade

O reconhecimento pela CNV que os casos de Gringo, Wilson Pinheiro, Margarida Alves e Nativo da Natividade foram violações de direitos humanos, sendo assim crimes políticos, nos leva, por analogia, a considerar que assassinatos de outros sindicalistas ocorridos nas mesmas circunstâncias e motivados por suas

atividades políticas e sindicais também são violações de direitos humanos, tendo o Estado brasileiro como o responsável. Dos 14 casos ocorridos, entre 1981 e 1988, sete assassinatos aconteceram no período da ditadura militar e os outros sete casos durante o governo de transição civil.

José Pedro dos Santos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela - Alagoas	Assassinado em 28 de março de 1981
Avelino Ribeiro da Silva	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém - Pará	Assassinado em 24 de março de 1982
Elias Zi Costa Lima (Zizi)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia - Maranhão	Assassinado em 21 de novembro de 1982
José Cícero de Lima	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa - Alagoas. Ex-membro da Comissão Nacional Pró-CUT	Assassinado em 06 de janeiro de 1984
Benedito Alves Bandeira (Benezinho)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu - Pará	Assassinado em 04 de julho de 1984
Sebastião da Rosa Paz	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu - Goiás	Assassinado em 28 de agosto de 1984
Eloy Ferreira Lima	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco - Minas Gerais	Assassinado em 16 de dezembro de 1984
Evanduir Pereira da Silva	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança - Pernambuco	Assassinado em 02 de setembro de 1985
Júlio Rodrigues de Miranda	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí - Minas Gerais	Assassinado em 06 de outubro de 1985
João Canuto de Oliveira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria - Pará	Assassinado em 18 de dezembro de 1985
Virgílio Serrão Sacramento	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju - Pará	Assassinado em 05 de abril de 1987
José Dias de Matos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaobim - Minas Gerais	Assassinado em 04 de janeiro de 1988
Francisco Domingos Ramos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas - Espírito Santo	Assassinado em 05 de fevereiro de 1988
Sebastião Lan	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio - Rio de Janeiro	Assassinado em 10 de junho de 1988

A CUT sempre denunciou a violência

A CUT, desde a sua fundação, denunciou a violência contra os trabalhadores/as e sindicalistas do campo. Diante de tantos crimes e assassinatos contra os trabalhadores rurais, a Central iniciou em 1985 uma Campanha Nacional Contra a Violência no Campo e realizou dois tribunais da terra no ano de 1986, um em Belém, no Pará, e outro no Rio de Janeiro, onde os crimes do latifúndio foram duramente condenados e o Estado declarado culpado por conivência e omissão. Mesmo com tantas denúncias e condenações a violência persistiu e em dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado no Acre, um crime que repercutiu no Brasil e no mundo. Chico Mendes já tinha sofrido atentado e a sua morte é um crime político.

A violência e os assassinatos contra os trabalha-



Cartaz Tribunal da Terra. Acervo: CEDOC CUT

dores são violações de direitos humanos que exigem justiça, reparação e punição para os culpados. Existem outros casos que precisam ser investigados na medida em que levaram a morte de pessoas. Um deles é o caso do bombardeio do povoado de Sampaio, no atual estado do Tocantins. No dia 23 de julho de 1979, o povoado foi bombardeado e metralhado por um helicóptero militar numa operação comandada pelo conhecido major Curió. As denúncias são que devido o bombardeio morreram o lavrador Zezão e uma mulher não identificada. Esses casos de mortes não foram in-

vestigados pela Comissão Nacional da Verdade. Somente pelo fato inédito da ditadura usar helicóptero militar para bombardear um povoado ocupado por uma população humilde já mereceria ter o caso apurado.

Bombardeio do exército no povoado de Sampaio



Manchete sobre o bombardeio do povoado de Sampaio. Folha de São Paulo, 19 de agosto de 1981

Violação de direitos humanos NÃO APURADA pela Comissão Nacional da Verdade

Bombardeio do povoado de Sampaio - Atual estado do Tocantins	23 de julho de 1979	2 mortos. Lavrador chamado Zezão e mulher desconhecida
--	---------------------	--

Casos de trabalhadores mortos no campo NÃO apurados pela Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT relaciona os trabalhadores assassinados por suas atividades políticas e sindicais e participarem de manifestações públicas que aconteceram dentro do período que deveria ser apurado pela Comissão Nacional da Verdade do Estado Brasileiro. Essas mortes se

deram dentro de um contexto de graves violações de direitos humanos. A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT requer a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça à abertura de procedimentos para que sejam feitas as reparações política e material. VERDADE E JUSTIÇA.

Nome	Data da morte	Localidade
Zeção	23 de julho de 1979	Povoado de Sampaio - Tocantins
José Pedro dos Santos	28 de março de 1981	Capela – Alagoas
Avelino Ribeiro da Silva	24 de março de 1982	Santarém – Pará
Elias Zi Costa Lima (Zizi)	21 de novembro de 1982	Santa Luzia – Maranhão
José Cícero de Lima	06 de janeiro de 1984	Viçosa – Alagoas
Amaral Vaz Meloni	15 de maio de 1984	Guariba – São Paulo
Benedito Alves Bandeira (Benezinho)	04 de julho de 1984	Tomé-Açu – Pará
Sebastião da Rosa Paz	28 de agosto de 1984	Uruaçu – Goiás
Eloy Ferreira Lima	16 de dezembro de 1984	São Francisco – Minas Gerais
Evanduir Pereira da Silva	02 de setembro de 1985	Aliança – Pernambuco
Júlio Rodrigues de Miranda	06 de outubro de 1985	Unaí – Minas Gerais
João Canuto de Oliveira	18 de dezembro de 1985	Rio Maria – Pará
Orlando Corrêa	11 de julho de 1986	Leme – São Paulo
Sybele Aparecida Manoel	11 de julho de 1986	Leme – São Paulo
Virgílio Serrão Sacramento	05 de abril de 1987	Mojú – Pará
José Dias de Matos	04 de janeiro de 1988	Itaobim – Minas Gerais
Francisco Domingos Ramos	05 de fevereiro de 1988	Pancas – Espírito Santo
Sebastião Lan	10 de junho de 1988	Cabo Frio – Rio de Janeiro

A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT entregou ao GT Trabalhadores da CNV cópias de documentos preservados no Centro de Documentação e Memória Sindical da Central que provam a participação política sindical na organização dos trabalhadores rurais e no processo de formação e fortalecimento da CUT dos sindicalistas que constam na relação acima. Os assassinatos desses sindicalistas se deram por lutarem contra a exploração dos trabalhadores. Ademais dos sindicalistas mortos que temos informações no

nosso acervo, existem 75 sindicalistas rurais assassinados citados por Gilney Viana em “Camponeses mortos e desaparecidos excluídos da justiça de transição”. Centenas de outros trabalhadores rurais assassinados em conflitos no campo também aparecem no levantamento feito por Gilney e nos demais estudos que citamos neste relatório. As mortes e desaparecimentos no campo foram provocadas por omissão e conivência do Estado. Exigimos verdade, justiça, reparação e punições para os culpados.

PARTE II

CAPÍTULO 1

Atos da CUT por memória, verdade, justiça e reparação

A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, com apoio e participação das CUTs estaduais e sindicatos, realizou entre setembro de 2013 e janeiro de 2015 cinco atos públicos, sendo um deles dedicado a repressão aos trabalhadores e trabalhadoras

do campo. As finalidades dos atos eram dar visibilidade para o tema, coletar depoimentos, homenagear os trabalhadores/as mortos/as e desaparecidos/as políticos e protestar contra a impunidade dos crimes da ditadura militar.

BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS – 11 DE SETEMBRO DE 2013

O ato aconteceu durante o acampamento dos trabalhadores e trabalhadoras em educação de Minas Gerais, no estacionamento do Palácio das Mangabeiras, e foi coordenado pela secretária de Políticas Sociais da CUT/MG, Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos. Compareceram ex-sindicalistas cassados, diretores e militantes de sindicatos CUTistas, representantes da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG.

“A nossa Central mostra a preocupação com a recuperação e o registro das lutas da classe trabalhadora no período da ditadura militar, bem como com todas as informações sobre perseguições, cassações, repressão, tortura, assassinados e desaparecidos. Não podemos deixar cair no esquecimento o que aconteceu no passado”, disse Skakespeare Martins de Jesus, da Direção Executiva da CUT Nacional.

Ênio Seabra, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH, Contagem e Região, que comandou a



Ênio Seabra, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, no ato em Belo Horizonte no dia 11 de setembro – Foto: CUT-MG

greve de 1968 em Contagem, a primeira paralisação depois do golpe militar de 1964, falou da repressão que o movimento sindical sofreu durante os anos de exceção. “Houve intervenção no sindicato em 1964, mas conseguimos reconquistar a direção e organizamos uma greve em 1968, contra o arrocho salarial, que teve repercussão nacional. Só voltamos com um acordo. Depois da paralisação, houve uma perseguição dura. A polícia invadiu várias fábricas, houve prisões e agressões a muitos companheiros. Eu fui preso cinco vezes. Vi companheiros sendo massacrados dentro das prisões. Um deles foi torturado na minha frente e da mulher dele. Nós fomos amarrados nas cadeiras para ver a agressão. Fui cassado por dez anos e só consegui emprego depois da anistia. Uma coisa é certa: lutamos muito no passado, mas temos que lutar sempre.” – Escrito por Rogério Hilário – CUT/MG.



CUTistas no ato em Belo Horizonte no dia 11 de setembro – Foto: CUT-MG

RIO DE JANEIRO – 18 DE SETEMBRO DE 2013

O ato foi realizado no auditório da OAB-RJ e contou com a participação da Comissão Nacional da Verdade, Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, representada por Geraldo Candido, ex-presidente da CUT-RJ, Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, Centrais Sindicais, sindicalistas e militantes. A coordenação do ato foi conduzida pelo secretário de Organização e Política Sindical da CUT-RJ, Indalécio Wanderley, integrante da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT.

Em seu depoimento, Genival Luiz da Silva, 82 anos, ex-secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda diz: “Fui vítima do golpe de 1964, mas não sei como consegui chegar em 1966 e 1967 trabalhando e vendo meus colegas sendo denunciados por patrões e indo presos. (...) No dia 13 de dezembro de 1968, às 17h o AI-5 (Ato Institucional nº 5) estava



Ato no auditório da OAB-RJ no dia 18 de setembro – Foto: CUT-RJ

sendo editado em Brasília e às 19h o sindicato já estava fechado pela ditadura. No dia seguinte fui preso ao chegar no sindicato”.

“Meu pai foi o último ferroviário preso. Teve ferroviário que não aguentou e se matou (...) toda véspera de feriado cívico meu pai era preso (...) chegou a ser espancado em toda travessia de Mangaratiba para a prisão de Ilha Grande, onde participou de uma greve de fome de 17 dias.” Depoimento de Guaraci Francisco Gonçalves, filho de Ibraim Gonçalves (que teria 95 anos), ex-ferroviário, delegado sindical e secretário-geral do CGT de Duque de Caxias.

Nilson Venâncio, também prestou depoimento onde falou sobre suas prisões, torturas e o sofrimento pelo qual sua família passou nas mãos do Exército e da Aeronáutica. - Escrito por imprensa CUT RJ e CEDOC CUT



Ato no auditório da OAB-RJ no dia 18 de setembro – Foto: CUT-RJ

SANTARÉM/PARÁ – 3 e 4 DE DEZEMBRO DE 2013

“Justiça e reparação aos/as trabalhadores/as e sindicalistas do campo” foi o nome do ato que aconteceu na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, no Pará, em meio às comemorações dos seus 40 anos. Organizado pela Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, com o apoio do Sindicato, o ato teve a presença de mais de duzentos trabalhadores e trabalhadoras rurais de toda a região. A abertura do evento contou com a saudação do companheiro Manoel Edvaldo, o Peixe, presidente do



Mesa do ato em Santarém nos dias 3 e 4 de dezembro – Foto: CEDOC CUT



Avelino Ganzer e Geraldo Pastana – depoentes no ato em Santarém – Foto: CEDOC CUT

Sindicato. Estiveram presentes a vice-presidente da CUT Nacional, Carmen Foro, o secretário de Políticas Sociais, Expedito Solaney, o presidente da CUT/Pará, Martinho Souza, e representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Comissão Nacional da Verdade.

Durante o ato foram entregues a San Romanelli, representante da Comissão Nacional da Verdade, 20 dossiês referentes a sindicalistas rurais assassinados no Brasil entre os anos de 1980-1988 e que não são reconhecidos pelo Estado brasileiro como crimes políticos.



Plenária do ato em Santarém nos dias 3 e 4 de dezembro – Foto: CEDOC CUT



Ato em Santarém homenagem Avelino Ribeiro, sindicalista assassinado em 1982 – Foto: CEDOC CUT

Os documentos preservados no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT Nacional, em São Paulo, provam as atividades políticas sindicais daqueles sindicalistas na organização dos trabalhadores e trabalhadores do campo, e por esta militância acabaram assassinados. Em um ato simbólico, o companheiro Manoel Edvaldo recebeu cópias das inscrições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém no CONCLAT/ 81 e no Congresso de Fundação da CUT, em 1983. Os documentos originais também estão guardados no CEDOC CUT.

Os depoimentos ficaram por conta do Geraldo Pastana, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, e Avelino Ganzer, que também foi presidente do sindicato e membro da Executiva Nacional da CUT. Geraldo Pastana relatou como foi planejado, em 1982, o assassinato de Avelino Ribeiro, delegado sindical. No seu depoimento, Avelino Ganzer relatou como o exército era acionado para reprimir os trabalhadores, a intimidação feita por agentes do governo federal, falou ainda sobre a intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato e o incêndio criminoso ocorrido em 1984.

SÃO PAULO – 1 DE AGOSTO DE 2014

A 14ª Plenária Nacional da CUT foi encerrada com um ato em memória dos trabalhadores e trabalhadoras mortos/as e desaparecidos/as vítimas da ditadura militar. O ato emocionou o público ao recordar a história de resistência e luta contra a ditadura. Com fé e coragem, esses homens e mulheres, dedicaram suas vidas à luta pela liberdade e democracia e são hoje exemplos para nortear o caminho de construção de

uma sociedade justa, igualitária e verdadeiramente democrática.

“Contar a história pelas nossas mãos para que nunca mais aconteça Queremos a revisão da Lei de Anistia para que possamos julgar e punir todos os militares”, disse Expedito Solaney, secretário de Políticas Sociais e coordenador da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT. Solaney



14ª Plenária Nacional – Homenagem às vítimas da ditadura – Foto: Roberto Parizotti



14ª Plenária Nacional – Homenagem às vítimas da ditadura – Foto: Dino Santos

fez questão de ressaltar a atuação dos militares para desmantelar a organização da classe trabalhadora.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, acrescentou que a iniciativa de julgamento e punição deve incluir todos que colaboraram para a sustentação da

ditadura. “E os empresários, que financiaram a estrutura repressiva, torturadora e assassina do golpe? A sociedade precisa saber disso, e a divulgação dessa história também é uma tarefa nossa e da Comissão Nacional da Verdade” – Escrito por CUT Nacional

RIO DE JANEIRO – 30 DE JANEIRO DE 2015

CUT faz ato em frente ao quartel que abrigou o DOI-Codi



Participantes do ato ao lado do busto em homenagem a Rubens Paiva, um dos muitos brasileiros torturados e mortos no DOI-Codi RJ – Foto: Nando Neves

Os participantes do Encontro Nacional das Comissões da Verdade de Sindicatos CUTistas realizaram uma manifestação na Praça Lamartine Babo, em frente ao Batalhão de Polícia do Exército, na Tijuca, zona norte do Rio, onde durante a ditadura militar funcionou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

Para Gilney Viana, coordenador de uma importan-

te publicação sobre camponeses mortos na ditadura, que cumpriu nove anos e 10 meses de prisão durante o regime militar, quanto mais pessoas tomarem conhecimento dos crimes cometidos, maiores são as chances de acabar com a impunidade dos torturadores. “O problema é que a Lei de Anistia é resultado de um acordo feito por cima. Temos que aumentar a pressão política para derrubarmos a interpretação do STF, que referendou os termos da lei em 2010”.

Apresentando sequelas físicas devido às bárbaras torturas sofridas no DOPS do Rio Grande do Sul, no DEOPS de São Paulo (comandado pelo delegado Fleury) e no DOI-Codi paulista, então chefiado por Carlos Brilhante Ustra, o jornalista Pinheiro Salles, do Sindicato dos Jornalistas de Goiás, causou consternação e revolta ao falar do drama que viveu. Mas terminou sua fala com uma conclamação: “Pelo fim das desigualdades sociais e da opressão. Por um Brasil verdadeiramente democrático. Viva o socialismo”. Escrito por CUT Nacional e CEDOC CUT.



Gilney Viana e o jornalista Pinheiros Salles, em frente ao DOI-Codi RJ no ato organizado pela Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT – Foto: Nando Neves

CAPÍTULO 2

Atos sindicais unitários por memória, verdade, justiça e reparação

A CUT, por meio da sua Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça, participou ativamente do Coletivo Sindical que apoiou o Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esse Coletivo Sindical era integrado pelas Centrais Sindicais, entidades de trabalhadores anistiados, movimentos de direitos humanos e se reuniu pela primeira vez em abril de 2013, na sede da CUT Nacional. Desde então, as reuniões aconteceram quinzenalmente, até dezembro de 2014, sendo realizadas também nas sedes das outras Centrais Sindicais. O Coletivo deixou de funcionar com o término dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e a entrega do seu Relatório Final.

A proposta de realização do primeiro ato sindical unitário por memória, verdade, justiça e reparação foi apresentada pelo representante da CUT numa das primeiras reuniões do Coletivo Sindical. No total foram realizados treze atos sindicais unitários sendo que a CUT tomou a iniciativa de impulsionar os que aconte-



Reunião do Coletivo Sindical de Apoio ao GT Trabalhadores da CNV na sede da CUT em outubro de 2014 – Foto: Roberto Parizotti

ceram nos estados do Pará, Paraná e Pernambuco. A CUT também teve um significativo papel no ato sindical unitário realizado em São Bernardo do Campo, por meio da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC. Nos atos sindicais unitários foram exibidos vídeos, coletados depoimentos, alguns tiveram exposições e outros também foram transmitidos pela internet. Para a divulgação de quase todos os atos sindicais foram produzidos panfletos e cartazes.

SÃO PAULO – 22 DE JULHO DE 2013 – 30 ANOS DA GREVE GERAL DE 1983

O primeiro ato sindical unitário foi realizado no Sindicato Nacional dos Aposentados, na cidade de São Paulo, e teve como motivo os 30 anos da greve geral de 21 de julho de 1983. Esta foi a primeira greve geral durante



Plenária do ato sindical unitário dia 22 de julho em São Paulo – Foto: Roberto Parizotti

o regime militar e contou com adesão direta de mais de dois milhões de trabalhadores/as do setor público e privado, do campo e da cidade.

Na ocasião, a Comissão Nacional da Verdade apresentou para a sociedade e Centrais Sindicais, o Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical. Segundo a coordenadora da CNV, Dra. Rosa Cardoso, “a ditadura impôs à classe trabalhadora sucessivos mecanismos de ataque aos direitos sindicais e trabalhistas – como a lei antigreve e o arrocho salarial – que implicou numa acumulação econômica às empresas que estavam ao lado do regime. São manchas do período que precisam ser lembradas e expostas para a sociedade”.

SÃO PAULO – 1 DE OUTUBRO DE 2013 – HOMENAGEM AOS LUTADORES

O ato em memória do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi realizado na sede do Sindicato dos Engenheiros, em São Paulo. Fundado em 1962, o CGT foi um dos expoentes na organização dos trabalhadores e na convocação de greves e manifestações no período. Teve um papel importante de sustentação e pressão pelas reformas de base durante o governo João Goulart. Também foi uma das entidades responsáveis pelo grande comício realizado no dia 13 de março de 1964, que reuniu cerca de 150



Cartaz de convocação

mil pessoas na Central do Brasil, Rio de Janeiro.

Durante o evento os ex-dirigentes do CGT, Clodismith Riani, eletricitário, e Raphael Martinelli, ferroviário, sindicalistas cassados e presos políticos da ditadura foram homenageados e deram seus depoimentos sobre a repressão ao movimento sindical por ocasião do golpe militar. Foram exibidos vídeos com mensagens de antigos sindicalistas que emocionaram as centenas de pessoas presentes.

SANTOS/SÃO PAULO – 27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2013 – A VERDADE E A MEMÓRIA

As Centrais Sindicais e o Comitê Popular de Santos pela Memória, Verdade e Justiça organizaram o ato no Sindicato dos Petroleiros, na cidade de Santos, litoral paulista. Foram coletados depoimentos de trabalhadores de várias categorias e ex-sindicalistas que foram cassados e suas entidades sofreram intervenções dos militares. O encontro também homenageou o Fórum Sindical de Debates, fundado em 1956, e considerada a primeira intersindical regional do Brasil.



Panfleto de convocação

No ato foi lembrado o caso do navio prisão Raul Soares, ancorado no porto de Santos, onde os trabalhadores foram encarcerados e torturados em 1964. O preso Orpheu Santos Salles escreveu uma carta relatando as condições dos presos onde afirma "... aqui no Raul Soares, por exemplo, da centena de prisioneiros, apenas não são operários sete pessoas, e destas, apenas um é político ... parece até que a revolução foi feita contra os operários". Livro "Tortura e torturados" de Márcio Moreira Alves.

ABC/SÃO PAULO – 1 DE FEVEREIRO DE 2014 – UNIDOS, JAMAIS VENCIDOS

As Centrais Sindicais e a Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC impulsionaram o ato que aconteceu no Teatro Cacilda Becker, no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, local conhecido nacionalmente pelas grandes manifestações dos trabalhadores no final dos anos 1970. Foi um dos maiores atos realizados, contando com a participação de centenas de pessoas. Trabalhadores e trabalhadoras que lutaram contra a ditadura foram homenageados e receberam diplomas.



Auditório Cacilda Becker ficou lotado no ato sindical unitário no ABC – Foto: Roberto Parizotti



Sérgio Nobre, secretário-geral da CUT, discursa no ato no ABC
Foto: Roberto Parizotti

No dia do ato foi publicado e divulgado o jornal das Centrais Sindicais com um manifesto aos trabalhadores/as e ao povo brasileiro por ocasião dos 50 anos do golpe militar de 1964. No manifesto, as dez Centrais Sindicais que o assinam afirmam que “50 anos depois do golpe e há 30 anos do fim do regime de 64, amplos setores da sociedade brasileira buscam liquidar as sequelas e a macabra herança da ditadura militar, com seu arsenal repressivo, ainda presentes na sociedade brasileira”.

RIO DE JANEIRO – 13 DE MARÇO DE 2014 – 50 ANOS DO COMÍCIO DE JANGO

No dia em que o histórico comício do presidente João Goulart, na Central do Brasil, completou 50 anos, a CUT, Centrais Sindicais, partidos políticos do campo popular e progressista, entidades ligadas aos movimentos sociais e estudantis, além da OAB e parlamentares, realizaram um evento de grande relevância política, no mesmo local em que Jango reuniu cerca de 150 mil pessoas para defender as reformas de base para o Brasil.

O presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, durante sua fala, lembrou a importância do evento ocorrer justamente no palco histórico da luta pelas reformas de base: “Jamais esqueceremos que o golpe de 1964 cassou todas as organizações de trabalhadores e da sociedade,



Ato sindical unitário na Central do Brasil no dia 13 de março – Rio de Janeiro. Foto: Nando Neves

além de ter torturado e matado um grande número de brasileiros e brasileiras”. Escrito por imprensa CUT-RJ.

CURITIBA/PARANÁ – 20 DE MARÇO DE 2014 – ATO SINDICAL UNITÁRIO. VERDADE

As Centrais Sindicais organizadas no Paraná realizaram o ato no auditório da OAB/PR com o apoio da Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban”, que tem como seu integrante o atual secretário-geral da CUT-PR, Márcio Kieller, e que foi um dos principais organizadores



Mesa e auditório do ato sindical unitário - Foto: Juliana Souza

do evento. Também estiveram presentes entidades da sociedade civil e populares. No evento foram feitos depoimentos sobre a repressão aos trabalhadores no estado do Paraná.

Marcio Kieller, que também integra a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT afirmou que “o golpe civil-militar representou a construção de um entulho autoritário e antidemocrático que não se desfez até os dias de hoje. Questões fundamentais como a desmilitarização da polícia militar, criação de instrumentos democráticos de participação e de decisão, democratização dos meios de comunicação ainda não foram totalmente instituídos no regime democrático brasileiro”.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SÃO PAULO – 26 DE MARÇO DE 2014 – 50 ANOS DO GOLPE MILITAR

As Centrais Sindicais representadas no Vale do Paraíba, em São Paulo, a Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São José dos Campos e a Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos realizaram o ato que reuniu centenas de pessoas no auditório da Câmara. O ato resgatou a história de lutas dos trabalhadores de uma região que tinha várias empresas dirigidas por militares e que foi transformada em área de segurança nacional durante a ditadura militar.

A CUT esteve representada pelo secretário de Políticas Sociais da CUT São Paulo e integrante da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, João Batista Gomes, o Joãozinho, que disse: “Com-



Ato sindical unitário dia 26 de março - São José dos Campos-SP.
Foto: Câmara Municipal de São José dos Campos

panheiros foram mortos, torturados, sindicalistas perseguidos e cassados. É importante que as Centrais se unam para pedir reparação e punição”.

BELÉM/PARÁ – 1 DE ABRIL DE 2014 – DITADURA E TORTURA NUNCA MAIS

“ Choveu chumbo sobre a terra...

Isto em plena luz do dia

Cinquenta anos correram

E do medo não corri.

Quantos lutaram e morreram pela vida que vivi?

Quantos foram aprisionados?

Quantos foram torturados pelos sonhos que sonhei?

Oitenta anos eu tenho

E me sinto uma criança.

O meu retrato desenho

Com a tinta da esperança

E ponho esta frase eloquente

No alto da sua moldura:

Nada existe tão indecente.”

Trechos do poema “Cinquenta anos de sonho depois de um pesadelo”, do poeta e ex-prespo político, Nazareno Tourinho



Mesa do ato sindical unitário no dia 1 de abril - Belém-PA. Foto: Laís Cortês

O professor Nazareno Tourinho emocionou a todos os presentes no plenário da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PA durante o ato de instalação da Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Trabalhadores.

O ato foi realizado pelas Centrais Sindicais representadas no estado do Pará: CUT, CTB, CGTB, CSP/Conlutas, Nova Central, Força Sindical, UGT e CSB. Com decisivo apoio da OAB/PA e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - Dieese/PA.

Martinho Souza, presidente da CUT-Pará, ressaltou: “não podemos nos calar, não podemos permitir que o período da ditadura seja esquecido, não podemos deixar que a memória daqueles que se foram sejam apenas lembranças, temos que procurar os registros e responsabilizar os culpados pelos crimes da ditadura. Não podemos esquecer que hoje vivemos em uma democracia, que já foi governada por um operário e hoje é governada por uma mulher forte, que lutou e sofreu a ditadura na pele, que foi presa e torturada, mas que nunca deixou o sonho da democracia morrer”. Escrito por Vera Paoloni e Laís Cortês - CUT-PA.

PORTO ALEGRE/RIO GRANDE DO SUL – 6 DE JUNHO DE 2014 – OS CRIMES DA DITADURA

As Centrais Sindicais realizaram no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre o seminário “50 anos do golpe militar: os crimes da ditadura contra a classe trabalhadora continuam impunes”. O evento reuniu sindicalistas e pesquisadores que ouviram depoimentos de familiares e de perseguidos políticos no Rio Grande do Sul.

Por ocasião do seminário, na CUT



Panfleto de convocação

RS funcionava um grupo de pesquisa que tinha o objetivo de levantar casos de grande violência praticados contra os trabalhadores/as e ao movimento sindical no estado ao longo do período da ditadura militar. Esse grupo de pesquisa encaminhou o levantamento à Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT e ao GT Trabalhadores da CNV.

SOROCABA/SÃO PAULO – 26 DE JULHO DE 2014 – À MEMÓRIA DOS QUE LUTARAM

As Centrais Sindicais homenagearam os trabalhadores/as da cidade e do campo do interior do estado de São Paulo no ato “à memória dos que lutaram para que a sua luta seja eternizada”, realizado na cidade de Sorocaba. Estiveram presentes a coordenadora do GT Trabalhadores, Dra. Rosa Cardoso, João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, representantes da Comissão Estadual da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo e da Comissão Municipal da Verdade de Sorocaba.

Entre os trabalhadores, sindicalistas e familiares que receberam uma placa em homenagem estavam

ferroviários, metalúrgicos, têxteis e trabalhadores rurais. Também foi feita uma exposição de fotos históricas e exibido um vídeo.



Mesa e plenário do ato sindical unitário no dia 26 de julho – Sorocaba-SP – Foto: Michele Mifano

RECIFE/PERNAMBUCO – 22 AGOSTO DE 2014 – HISTÓRIA E MEMÓRIA

O encontro organizado pelas Centrais Sindicais em parceria com a Comissão Estadual da Verdade Dom Hélder Câmara aconteceu no auditório do Sindicato dos



Mesa do ato sindical unitário – Recife-PE. Foto: Ivaldo Bezerra

Bancários, em Recife. O ato sobre os crimes da ditadura militar contra a classe trabalhadora resgatou a história das vítimas do regime militar, muitas delas, torturadas, desaparecidas e mortas.

Também foram ouvidos depoimentos de trabalhadores de várias categorias perseguidas. Os trabalhadores foram homenageados com exposição de fotos, documentos e exibição de vídeo. Expedito Solaney, coordenador da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT destacou que “é preciso resgatar a memória histórica da ditadura militar e suscitar o debate sobre o tema, principalmente entre os sindicalistas”.

RIO DE JANEIRO – 28 DE AGOSTO DE 2014 – MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO

No dia em que a CUT completou 31 anos, as Centrais Sindicais realizaram o ato, no auditório da CUT-RJ, para denunciar os crimes da ditadura militar. O encontro foi organizado pelas Centrais, pelo GT Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. A unidade das centrais sindicais na luta por verdade, memória, justiça, reparação e punição para os crimes da ditadura foi destacada pelos dirigentes sindicais.

O dirigente da CUT-RJ, Jadir Baptista, ressaltou “temos que de fato resgatar a história porque ela não foi contada por completo”. O coordenador da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Geraldo Candido, ex-presidente da CUT-RJ, criticou a Lei de anistia “que não nos satisfaz plenamente por conta do acordo que beneficia os militares, que alegam terem



Mesa do ato sindical unitário dia 28 de agosto – Rio de Janeiro. Foto: Nando Neves

sido anistiados”. O ato também contou com depoimentos de trabalhadores perseguidos, presos e torturados durante a ditadura.

SÃO PAULO – 8 DE DEZEMBRO DE 2014 – RELATÓRIO FINAL DA CNV

Mais uma vez as Centrais Sindicais convocaram o encontro para a cidade de São Paulo com a presença de centenas de trabalhadores e trabalhadoras que ouviram atentamente da Dra. Rosa Cardoso uma síntese do capítulo “Trabalhadores” que depois constou



Mesa e plenário do ato sindical – Foto: Roberto Parizotti

no Relatório Final da CNV, apresentado a presidenta Dilma Rousseff e a ao povo brasileiro no dia 10 de dezembro.

Os remanescentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Raphael Martinelli, Clodismith Riani e Paulo de Melo Bastos e os representantes das Centrais Sindicais assinaram um requerimento para ser encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego pedindo o levantamento das intervenções sindicais entre 1946-1988. O ato foi encerrado com o lançamento da cartilha “Recomendações dos trabalhadores para a CNV”, documento construído unitariamente pelas dez Centrais Sindicais que constituíram o Coletivo Sindical de Apoio ao GT Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade.

CAPÍTULO 3

Participação em outras atividades

A CUT Nacional, a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça e as CUTs Estaduais participaram e apoiaram atividades, como encontros e seminários sobre verdade, memória e justiça, a audiência

da CNV sobre o massacre de Ipatinga, o Tribunal Tiradentes III, que julgou a lei da anistia e atos ocorridos nos meses de março e abril de 2014 em repúdio aos 50 anos do golpe militar, entre outros eventos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O MASSACRE DE IPATINGA

A Comissão Nacional da Verdade e o Fórum Memória e Verdade do Vale do Aço, com o apoio da CUT-MG, realizaram uma audiência pública sobre o Massacre de Ipatinga, conhecido episódio de grave violação de direitos humanos em que oito pessoas foram mortas a tiros pela Polícia Militar de Minas Gerais em frente à Usiminas, no dia 07 de outubro de 1963. A atividade coordenada pelo GT Trabalhadores da CNV

coletou depoimentos de trabalhadores, familiares de vítimas, representantes da Usiminas e da PM mineira. O Fórum Memória e Verdade do Vale do Aço organizou uma série de eventos culturais para recordar a data. A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT esteve presente e coletou depoimentos de trabalhadores.



Panfleto de convocação

3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O MUNDO DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS” DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

O seminário internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” é promovido pela CUT e Arquivo Nacional e organizado pelo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT e Centro de Referências Memórias Reveladas, em parceria com centros de documentação e pesquisas de importantes universidades. O 3º Seminário, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 2013, teve como tema “direito à memória e à verdade”. A conferência de abertu-



Cartaz do Seminário

ra foi feita pela Dra. Rosa Cardoso, coordenadora do GT Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade, e está publicada no livro do seminário lançado em julho de 2015. Também foram lançados no primeiro semestre deste ano quatro livros eletrônicos com comunicações apresentadas no seminário onde constam artigos sobre repressão aos trabalhadores e trabalhadoras no período da ditadura. Esses livros estão disponíveis no site do CEDOC CUT.

FÓRUM MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS. OFICINA DA COMISSÃO NACIONAL DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DA CUT

O Fórum Mundial de Direitos Humanos foi promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em dezembro de 2013, na cidade de Brasília. A Oficina organizada pela Comissão Nacional da Memória, Verdade e



Justiça da CUT apresentou a política da Central sobre Verdade, Memória, Justiça e Reparação às entidades que atuam no âmbito dos direitos humanos, sendo um polo de atração dos ativistas sindicais que participaram do evento.

TRIBUNAL TIRADENTES III – JULGAMENTO DA LEI DA ANISTIA

O Tribunal Tiradentes III aconteceu em São Paulo, no dia 18 março de 2014, e foi organizado pela Comissão da Verdade da PUC, no auditório do TUCA.



Tribunal Tiradentes no Tuca, em São Paulo. Foto: Roberto Parizotti

Participaram centenas de pessoas. Os trabalhos foram presididos pelo jornalista Juca Kfoury e o júri foi composto por representantes da sociedade civil que sofreram com a repressão e lutaram contra a ditadura: CUT, UNE, MST, OAB, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e a classe artística representada pelo ator Sérgio Mamberti. O representante da CUT e Coordenador da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, Expedito Solaney, leu o seu voto condenando a lei na parte em que anistia torturadores e assassinos que praticaram crimes durante a ditadura.

ATO PÚBLICO SOBRE OPERAÇÃO CONDOR

O ato público “Operação Condor e seus impactos para os trabalhadores e suas organizações sindicais” organizado pela Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), com o apoio do GT Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade e do Centro de Solidariedade da AFL-CIO aconteceu no dia 24 de julho de 2014, no auditório do Sindicato dos Bancários de São Paulo. A Operação Condor foi uma política orquestrada pelas ditaduras dos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai), mais a Bolívia, para reprimir, torturar e matar seus opositores políticos. O evento reuniu pesquisadores e sindicalistas do Brasil e do exterior. O presidente da Confederação

Sindical Internacional (CSI), João Antonio Felício, apontou que a Operação Condor é uma demonstração de como o imperialismo norte-americano age por trás dos golpes e ditadores.



Mesa do ato sobre a Operação Condor. Foto: Roberto Parizotti

TRIBUNAL TIRADENTES III – JULGAMENTO DA LEI DA ANISTIA JUSTIÇA PARA OS CRIMES DA DITADURA

Voto do componente Expedito Solaney pela Central Única dos Trabalhadores CUT

“Eu condeno a lei como está” e justifico considerando: 1. O texto da Lei da Anistia foi aprovado por escassa maioria no congresso em 1979 e, sobretudo, graças aos votos de vários senadores biônicos nomeados pelo governo militar. Tanto é que a lei também é conhecida como de autoanistia aos militares. Logo no artigo 1º no parágrafo que se refere aos crimes conexos. Ora como vou, como posso comparar os agentes que em nome do Estado entravam nas casas, prendiam, torturavam e matavam e ainda desapareciam com os restos mortais, com os que, resistiam ao regime ditatorial, com os que lutavam por democracia, com os que estavam exilados, os que lutavam por livre expressão, direito de greve, reposição salarial e emprego; 2. A falaciosa alegação de que a lei da Anistia foi resultado de um “acordo político” firmado entre ditadura e as oposições - para uma suposta ou alegada “reconciliação nacional” falta com a verdade dos fatos históricos. É um desrespeito para com quem foi pra rua lutar pela lei de anistia na época; a luta era por anistia ampla, geral e irrestrita. Essa era a consígnia, a palavra de ordem que os trabalhadores, os lutadores do povo propunham e não tinha por objetivo absolver os agentes da ditadura militar que cometeram atrocidades e graves violações de direitos humanos. Portanto, não somos contra, nem reivindicamos a revogação da Lei de Anistia 6.689/79, sabemos da sua importância. Entretanto, os crimes cometidos pelos agentes do regime, pelos algozes dos trabalhadores e trabalhadoras que lutaram contra a ditadura militar não podem ser autoanistiados. 3. Quero, como membro do Júri deste Tribunal em nome da CUT me congratular, somar, e tenho acordo com a sentença do Dr. Fabio Comparato que decide pela imediata revogação do artigo 1º e seu parágrafo 1º da referida Lei de Anistia que considerou como abrangidos por ela os crimes de terrorismo de Estado conforme prolatada a sentença neste Tribunal Tiradentes III. 4. Finalmente, os Crimes de lesa humanidade são imprescritíveis e foi este tipo de crime que os militares de alta, média patente e seus subordinados cometeram. O Brasil tem o dever de dar o integral cumprimento à Sentença Condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2010, sobre mortes e desaparecimentos na Guerrilha do Araguaia. Além disso, determinou a anulação de dispositivos legais que impeçam a punição dos responsáveis por crimes cometidos por agentes públicos, civis e militares durante o período da ditadura militar no Brasil. Neste sentido, concluo solicitando, ou reivindicando como membro do corpo de Jurado deste tribunal, em nome da CUT - Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT - que a Comissão Nacional da Verdade – CNV - inclua nas suas recomendações do relatório final, a integra do Projeto Lei nº 573 de 2011 de autoria da deputada Luiza Erundina conforme apresentado pela companheira no início deste Tribunal.

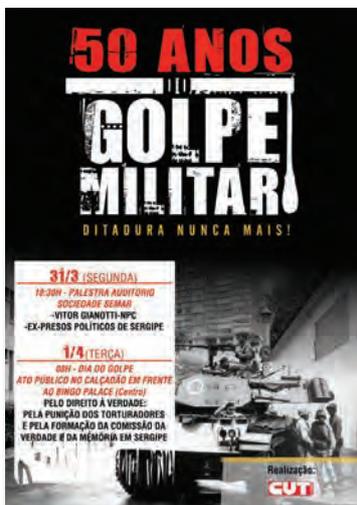
Muito obrigado.”

Expedito Solaney – Jurado pela Central Única dos Trabalhadores - CUT

ATOS E SEMINÁRIOS EM REPÚDIO AO GOLPE MILITAR

O repúdio ao golpe e a ditadura militar marcou os atos e seminários que aconteceram em todo o Brasil para lembrar os 50 anos da tomada do poder pelos militares. Os 21 anos de regime militar (1964-1985) foram lembrados para denunciar os crimes da

ditadura, exigir justiça, reparação e punição para os culpados. A CUT esteve presente em todas as atividades junto com entidades populares, democráticas e de defesa dos direitos humanos. Também organizou atividades próprias em alguns estados.



Cartaz de convocação da palestra e ato de 50 anos do golpe militar, organizado pela CUT Sergipe



Ato em Goiânia no dia 31 de março organizado pelo Fórum Honestino Guimarães "Ditadura nunca mais". CUT-GO Presente! Foto: Maisa Lima (CUT-GO)



CUT-SC na caminhada por "memória, verdade e justiça" no dia 01 de abril no Centro de Florianópolis. Foto: Sílvia Medeiros (CUT-SC)



A CUT-AL organizou ato para lembrar os 50 anos do golpe militar no dia 23 de abril, no auditório do Sindicato dos Urbanitários. Foto: CUT-AL

A CUT-CE esteve presente no ato organizado pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça do Ceará em memória dos desaparecidos, mortos e torturados na ditadura. O ato aconteceu no dia 1 de abril, em Maranguape, no local onde a ditadura manteve um centro clandestino de prisão e tortura, conhecido como "Casa dos Horrores".
Foto: Wanessa Canutto



Em João Pessoa, a CUT-PB e sindicatos organizaram o seminário sobre a ditadura militar no Brasil, no dia 11 de março. Foto: Emmanuela Nunes

CAPÍTULO 4

Apoio à Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ “TERESA URBAN”

A Comissão Estadual da Verdade do Paraná “Teresa Urban” tem como um dos seus integrantes Márcio Kieller, atual secretário-geral da CUT PR, e que também integra a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT. No Relatório da CEV PR consta pesquisa sobre o monitoramento de sindicatos de trabalhadores e entidades de classe durante a ditadura. A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT foi parceira e apoiou o Grupo de Trabalho Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura da CEV Paraná “Teresa Urban”.



Márcio Kieller faz a entrega do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná “Teresa Urban” à CUT na reunião da Direção Nacional de 11 de dezembro de 2014. Foto: Roberto Parizotti

ASSOCIAÇÃO DOS METALÚRGICOS ANISTIADOS DO ABC

A Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiados do ABC (AMA-A ABC), fundada a mais de 15 anos, tem participado ativamente da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT. A entidade foi uma das principais organizadoras do ato sindical unitário no ABC. Tem organizado e participado de atos e seminários defendendo as propostas da CUT por memória, verdade, justiça, reparação e punição para os crimes da ditadura. Participou do Encontro Nacional de Comissões da Verdade de Sindicatos CUTistas nos dias 29 e 30 de janeiro de 2015, no Rio de Janeiro.



Djalma Bom – integrante da “Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC” - no ato sindical unitário: Unidos, jamais vencido, 01 de fevereiro de 2014, em São Bernardo do Campo. Foto: Roberto Parizotti

“Levantar o caráter da intervenção que cada entidade sofreu é fundamental para que possa mensurar os prejuízos materiais, humanos e psicológicos, individuais e coletivos, que foram causados à determinadas categorias profissionais e suas entidades de representação.”

Relatório da Comissão da Verdade - PR “Teresa Urban”

CENTRO DE SOLIDARIEDADE DA AFL-CIO

O Centro de Solidariedade da central sindical AFL-CIO, dos Estados Unidos, apoia a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT na organização de eventos, publicações e também nas discussões que desenvolvemos sobre o tema direito à memória, verdade, justiça e reparação. Jana Silverman, coordenadora do escritório da entidade no Brasil se dedica a estudar a Operação Condor e reconhece o papel dos Estados Unidos e da CIA nos golpes e nas ditaduras nos países do Cone Sul. O Centro de Solidariedade também apoia a Comissão de Direitos Humanos da Confederação Sindical dos

Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) que tem a CUT como uma das integrantes.



Expedito Solaney, Jana Silverman e Jadir Baptista no Encontro Nacional de Comissões da Verdade dos Sindicatos CUTistas realizado nos dias 29 e 30 de janeiro, no Rio de Janeiro, que teve o apoio do Centro de Solidariedade da AFL-CIO. Foto: Bruno Marins (CEV-RIO)

CENTRO DE REFERÊNCIAS MEMÓRIAS REVELADAS – ARQUIVO NACIONAL

O Centro de Referências Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, é um importante parceiro na promoção do seminário internacional “o mundo



Arquivo Geral do Ministério do Trabalho e Emprego – Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), em Brasília. No depósito é possível encontrar documentos sobre intervenções sindicais e greves no período da ditadura militar. Foto: Heliene Chaves Nagasava – junho de 2013

dos trabalhadores e seus arquivos” que resultou em publicações que trazem artigos sobre o direito à memória e à verdade e recuperam histórias de repressões sobre os trabalhadores e o movimento sindical durante a ditadura. Também organizamos conjuntamente reuniões com associações de pesquisadores que investigam os trabalhadores e a ditadura e centros de documentação que tem acervos do período. Um dos resultados dessas reuniões são as atividades desenvolvidas pelo Memórias Reveladas para recolher a documentação do Ministério do Trabalho e que tem especial relevância para os trabalhadores e o movimento sindical, principalmente no que diz respeito à vigilância que o Ministério fazia sobre os trabalhadores e que tratam das intervenções sindicais entre 1964 e 1985.

“O Ministério do Trabalho e Emprego deve fazer um levantamento de todas entidades sindicais que sofreram intervenção e enviar oficialmente um pedido de desculpas.”

Recomendação GT Trabalhadores da CNV

PARTE III

CAPÍTULO 1

Pesquisa e Documentação

O Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT assessorou a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça, coletou documentos, informações, acompanhou atividades das CUTs estaduais e sindicatos, organizou reuniões com entidades parceiras, como arquivos e centros de documentação, e contactou pesquisadores do mundo do trabalho da cidade e do campo que investigam a ditadura mili-

tar e a repressão. Todas as informações levantadas até novembro de 2014 foram enviadas ao GT Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade para subsidiarem o seu relatório final.

Agradecemos os/as pesquisadores/as, sindicatos e instituições que nos apoiaram nas pesquisas. Apresentamos em seguida uma memória dessas pesquisas e as reproduções de alguns materiais.

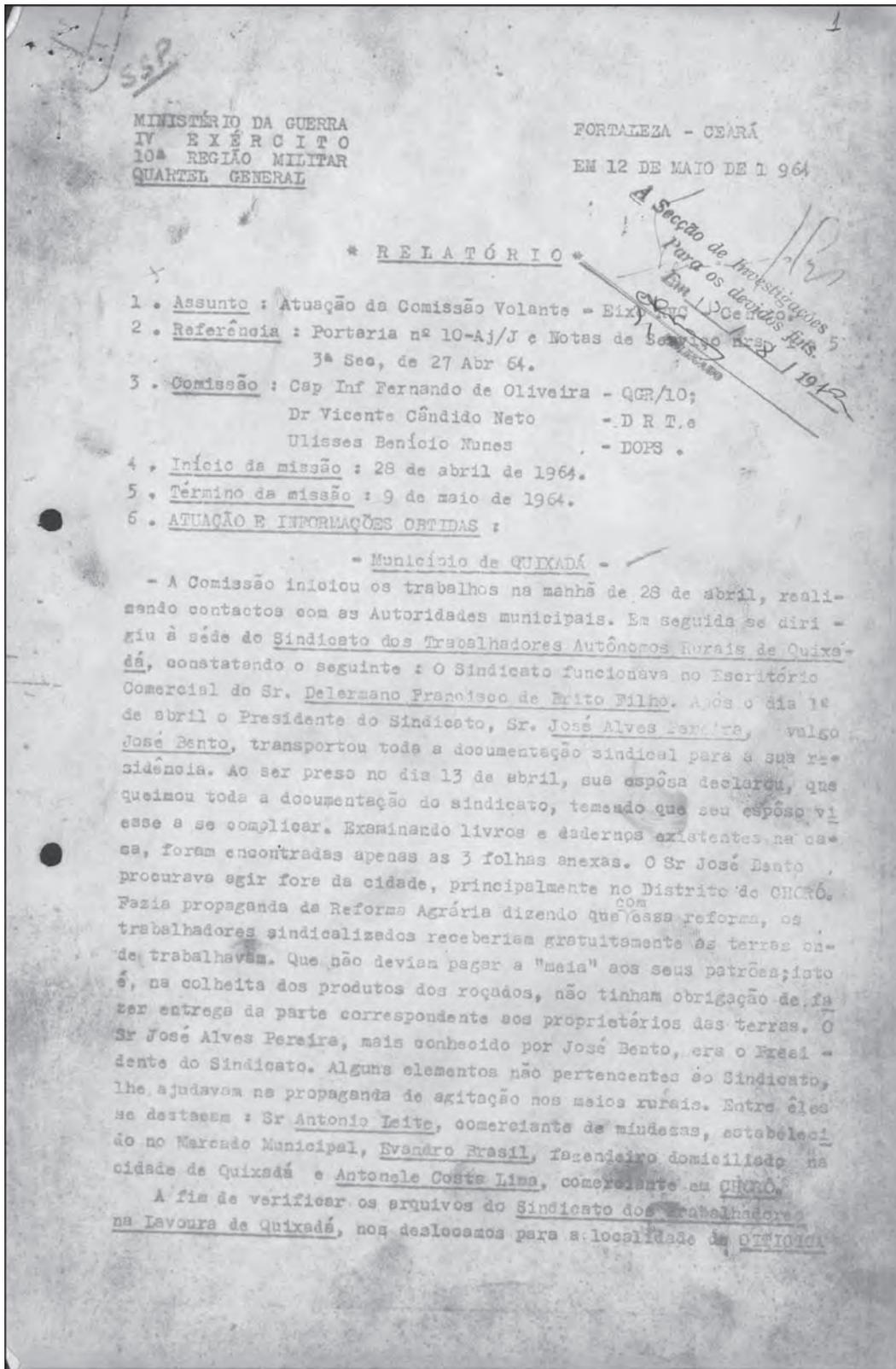
AS INTERVENÇÕES SINDICAIS APÓS O GOLPE DE 1964 E DURANTE A DITADURA

O golpe militar de 1964 foi contra os trabalhadores e o movimento sindical organizado. Após o golpe centenas de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores sofreram intervenções, foram invadidos pelos militares e suas diretorias destituídas, presas ou tendo que entrar na clandestinidade. Alguns estudos

levantaram mais de 400 intervenções sindicais nos primeiros dias do golpe. Outras pesquisas apontam mais de 2.000 intervenções sindicais ao longo do regime militar. A certeza é que as intervenções sindicais e as cassações de dirigentes foram práticas comuns durante os 21 anos da ditadura militar.



Ofício da Delegacia Regional do Trabalho, de 14 de maio de 1964, informando que no antigo estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, 48 entidades sindicais estavam sob regime de intervenção. Acervo: Ministério do Trabalho e Emprego. Pesquisa e imagens: San Romanelli Assumpção



Página do Relatório da Comissão Volante do Ceará sobre intervenções sindicais

O Quartel General da 10ª Região Militar do IV Exército, com sede em Fortaleza, Ceará, criou no dia 27 de abril de 1964, uma Comissão Volante para intervir e fechar sindicatos. O Relatório da Comissão tem 16 páginas e traz informes sobre 17 sindicatos rurais e um sindicato de pescadores fechados pelos militares. Também informa sobre prisões de dirigentes e destruição de documentos sindicais. Acervo: Arquivo Público do Estado do Ceará – Fundo: DOPS CE

6
/ 14

MINISTÉRIO DA GUERRA
III EXERCITO
3ª D I - QUARTEL GENERAL - EMG -E2

SANTA MARIA, RS, 9 Jul 64.
Do Comandante da 3ª D I
Ao Sr ALVARO ABBEU - Delegado Regional
do Trabalho.

Of nº 45-E/2
RESERVADO

Saudações

1 - Em atenção ao solicitado por VS, através do telegrama SS nº 79 de 6/1/64, o Cmdo da 3ª D I informa o seguinte:

a- Razões que determinarem a solicitação de intervenção:
Of nº 45 Sec de 8 Jul 64 do Maj HERONILDES SOBEIRA ROLIM-Enc de IPM, em anexo.

b- Denominação completa das entidades sindicais e indicação de nomes para compor as Juntas:

(1) Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário:
Cap RENÉ HOFFMEISTER
Cap TORQUATO MADRUGA NUNES

(2) Sindicato dos Marceneiros:
Cap ARMANDO MARQUES DA ROCHA
1º Ten WALTER BANDEIRA VALENTE

(3) Sindicato dos Metalúrgicos e Gráficos:
Cap R/1 JOÃO FONSECA
1º Ten DIVO DE MELLO RODRIGUES

(4) Sindicato de Construção Civil:
Cap ODOMICO BURLAMAQUI
Cap NESTOR MOREIRA

2 - Esclareço a V S que são indicadas Juntas constituídas apenas de dois oficiais de Reserva, pelas seguintes razões:

a- Não conhecem, o Cmdo de Divisão e o Enc do IPM, associados dos Sindicatos em questão, em condições de serem indicados.

b- Disponibilidade de maior número de Oficiais de Reserva na Gu de Santa Maria.

Atenciosamente

José Sinval Monteiro Lindenberg
JOSÉ SINVAL MONTEIRO LINDBENBERG
GEN EDA CMT DA 3ª D I

Ofício do general José Sinval Monteiro Lindenberg, comandante da Divisão de Infantaria do Exército em Santa Maria, Rio Grande do Sul, de 9 de julho de 1964, informando quais sindicatos sofreram intervenções militares. Acervo: Ministério do Trabalho e Emprego. Pesquisa e Imagem: San Romanelli Assumpção

Ofício de Newton de Assis Rocha, Secretário-Geral do Trabalho Marítimo dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, de 20 de maio de 1969, comunicando o cancelamento da matrícula de estivador de Gilberto Cavalcante Ramos, ex-presidente do Sindicato dos Estivadores da Guanabara, impedindo-o de exercer a profissão. Acervo: Ministério do Trabalho e Emprego. Pesquisa e imagem: Helene Chaves Nagasava

Ar. 5
Pal DTM 134/69
(C)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

20/5/69

Of. S-DTM nº 100/69
Secretário Geral do Trabalho Marítimo dos Est. da Guanabara e Rio de Janeiro.
Presidente do Sindicato dos Estivadores da Guanabara.
Comunicação (Fax)

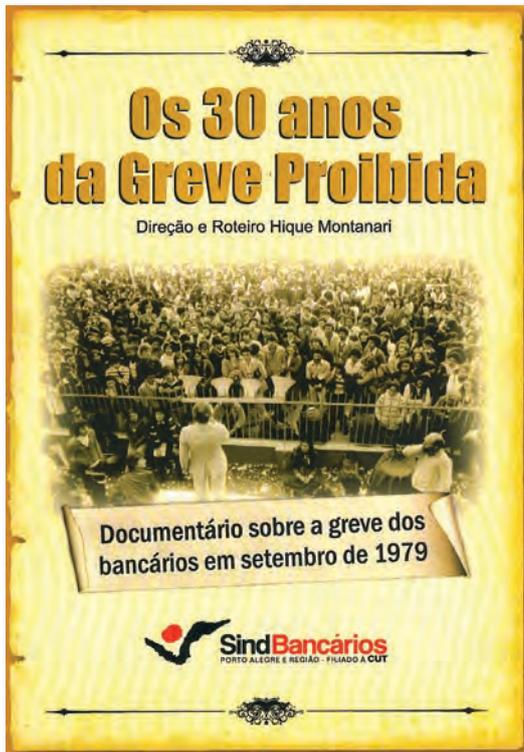
Ref. Proc. DTM nº 136/69

Sr. Presidente,

De ordem do Sr. Delegado, informo a V.Sª. que o Sr. Exmo. Ministro do Trabalho e Previdência Social, através do of. D.S.I. nº 134 de 1º/4/69, (Proc. DTM nº 136/69) comunica que, tendo em vista os autos do referido processo, fica cancelada a matrícula do Sr. GILBERTO CAVALCANTE RAMOS no quadro do Sindicato dos Estivadores da Guanabara.

Sem mais, aproveito a oportunidade para renovar a V.Sª. meus protestos de estima e consideração.

Newton de Assis Rocha
NEWTON DE ASSIS ROCHA
Secretário da DTM.



Capa do DVD produzido pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, em 2011, onde resgata a greve da categoria e a intervenção sindical de 1979 promovida pelo Ministério do Trabalho. Acervo: CEDOC CUT.

Naquele ano também sofreu intervenção o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema



Boletim do Sindicato dos Bancários de São Paulo, de 22 de julho de 1983, denuncia a intervenção do Ministério do Trabalho devido à greve geral. A Polícia Federal invadiu a sede da entidade, prendeu diretores e apreendeu documentos. Acervo: Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo

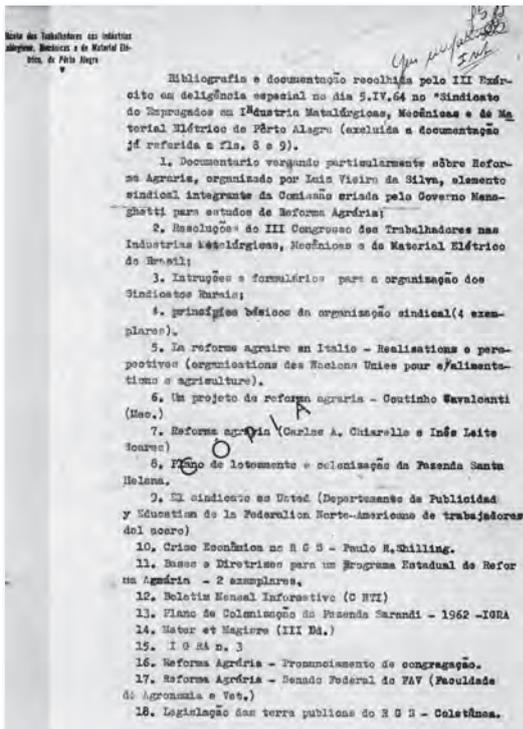


Tribuna Metalúrgica, suplemento informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, de julho de 1983, com notícia sobre a intervenção do Ministério do Trabalho. Acervo: Centro de Documentação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

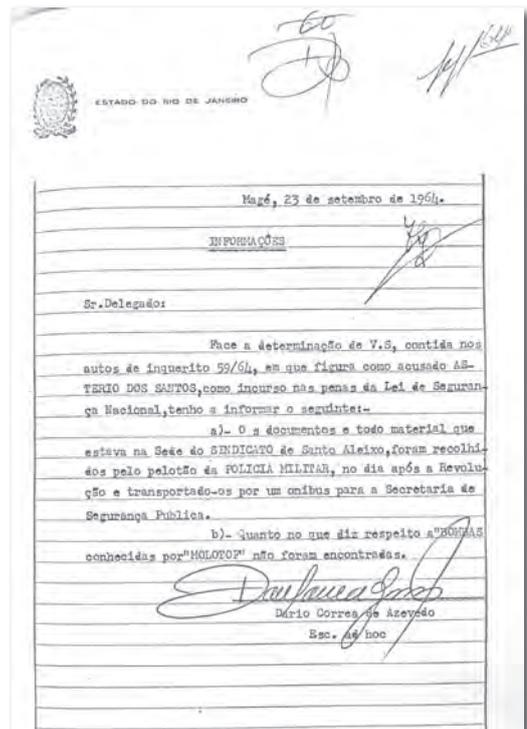
INVASÕES DE SINDICATOS, APREENSÃO E DESTRUIÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO



“Imagens da depredação da sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, após o golpe de 64” - Doação e legenda de Giovanni Maranhão. Acervo: Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro



Relação dos livros e documentos apreendidos por militares do III Exército no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, no dia 05 de abril de 1964, e que consta no processo de intervenção sindical. Acervo: Ministério do Trabalho e Emprego. Pesquisa e imagem: San Romanelli Assumpção



Ofício de Dario Correa de Azevedo, escrivão da Delegacia de Polícia de Magé, Rio de Janeiro, de 23 de setembro de 1964, comunicando que a documentação do Sindicato dos Têxteis foi apreendida pela Polícia Militar e enviada para a Secretaria de Segurança Pública. Acervo: Arquivo Edgard Leuenroth. Fundo: Brasil Nunca Mais



Invasão do Sindicato dos Petroleiros da Bahia pela Polícia Militar. Jornal da Bahia, 06 de setembro de 1968. Acervo: Biblioteca Pública do Estado da Bahia



Ocupação do Sindicato dos Petroleiros da Bahia pela Polícia Militar. Diário de Notícias, setembro de 1968. Acervo: Biblioteca Pública do Estado da Bahia



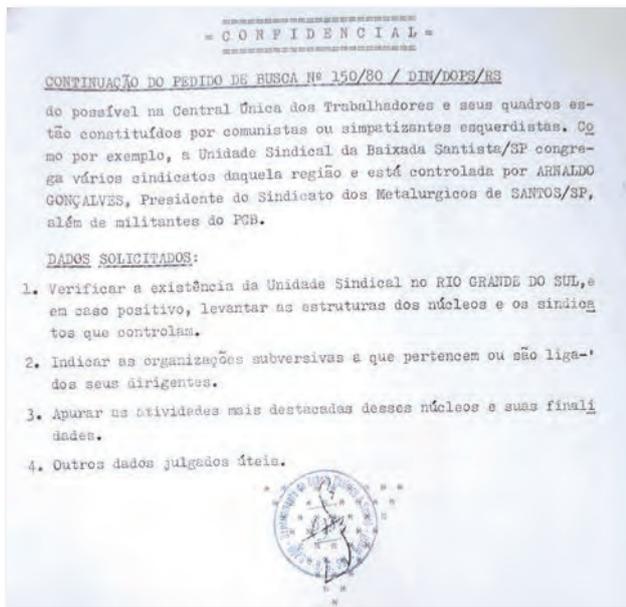
Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Pará, em abril de 1985, depois do atentado e incêndio criminoso. Acervo: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém



Reconstrução da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Pará, destruída por um incêndio criminoso em abril de 1985. Acervo: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém

CUT'S ESTADUAIS E SINDICATOS TAMBÉM DESENVOLVERAM PESQUISAS QUE SUBSIDIARAM O GT TRABALHADORES DA CNV E A COMISSÃO NACIONAL DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DA CUT

A CUT-RS publicou textos analisando o golpe militar com enfoque na classe trabalhadora e no movimento sindical no Rio Grande do Sul. O primeiro texto tratou do período pré-golpe. O segundo foi “Golpe de 64: Os sindicalistas na mira da repressão” O terceiro relatou a resistência dos trabalhadores ao regime militar. Os textos foram enviados ao GT Trabalhadores da CNV e a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT.



Documento do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS), de julho de 1983, tratando da vigilância à CUT e a Unidade Sindical. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo DOPS. Pesquisa e imagem Gabriel Dienstmann

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

“Bancários cariocas. Ação sindical e repressão: 1960-1970” é a pesquisa que nos enviou Renato Lima, do Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Nessa pesquisa nos conta a trajetória de Aluísio Palhano, duas vezes presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito e vice-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores em 1964. Aluísio Palhano desapareceu em maio de 1971 e seus restos mortais nunca foram localizados.



Aluísio Palhano

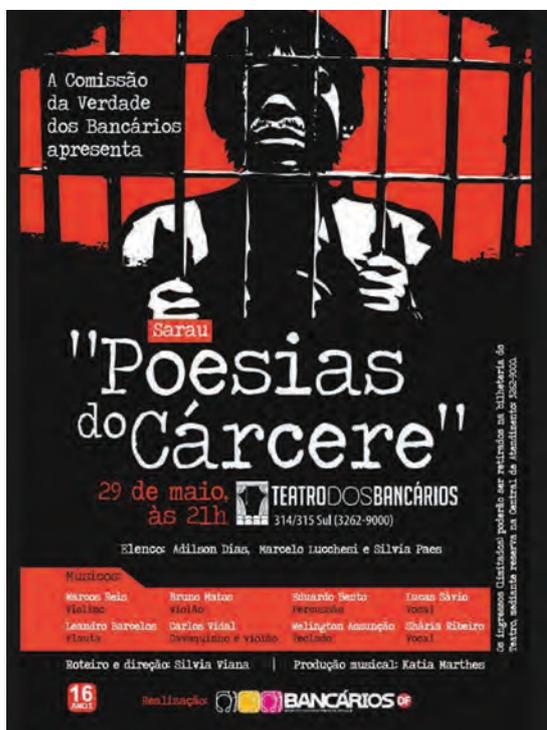
SINDICATOS DE JORNALISTAS – COMISSÕES DA VERDADE

Os Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, Minas Gerais e Goiás e do Distrito Federal constituíram Comissões da Memória e Verdade. Os três primeiros enviaram seus relatórios finais para a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT. O Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal enviou os depoimentos de jornalistas profissionais.

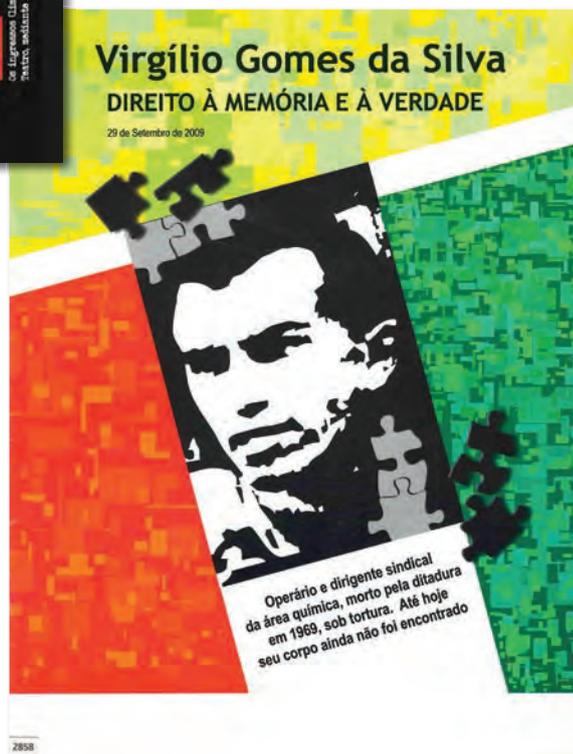
SINDICATOS COM COMISSÕES DA VERDADE

A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT levantou os sindicatos que constituíram Comissões da Verdade e enviou a relação ao GT Trabalhadores da CNV. Mesmo sindicatos que não constituíram comissões próprias desenvolveram atividades e organizaram eventos, como o Sindicato dos Petroleiros de São Paulo que realizou, em maio de 2014, um ato público em Mauá (SP) sobre a resistência e luta dos trabalhadores e resgatou a memória

de militantes assassinados pela ditadura. No Rio de Janeiro, o Sindipetro, Senge, Sisejufe e o Sinpro/Rio, com o apoio da CUT RJ, organizaram nos meses de abril e maio de 2014, um ciclo de palestras sobre os 50 anos do golpe militar. Ainda antes da criação da Comissão Nacional da Verdade, o Sindicato dos Químicos de São Paulo resgatou a história de Virgílio Gomes da Silva, ex-diretor do sindicato e assassinado pela ditadura em 1969.



Cartaz de atividade cultural promovida pela Comissão da Verdade do Sindicato dos Bancários de Brasília. Acervo: Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de Brasília



Capa da revista em homenagem a Virgílio Gomes da Silva produzida pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo. Acervo: CEDOC CUT

CAPÍTULO 2

Encontro Nacional de Comissões da Verdade dos Sindicatos CUTistas

O Encontro Nacional de Comissões da Verdade dos Sindicatos CUTistas foi realizado no Rio de Janeiro, nos dias 29 e 30 de Janeiro de 2015, e contou com o apoio e parceria do Centro de Solidariedade da AFL-CIO. No evento foram apresentados os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT e socializadas as atividades e pesquisas promovidas pelas Comissões da Verdade criadas em sindicatos de base, além de experiências relacionadas à verdade, memória e justiça por entidades sindicais que ainda não possuem sua comissão. O objetivo também era potencializar as discussões sobre o tema nas CUTs estaduais e entidades CUTistas.

Jana Silverman, do Centro de Solidariedade da AFL-CIO, fez uma apresentação sobre como estão

as discussões sobre verdade, justiça e reparação no movimento sindical da América Latina. A Dra. Rosa Cardoso, ex-coordenadora do GT Trabalhadores da CNV, fez um histórico do GT e delineou quais poderiam ser os seus desdobramentos. Após as apresentações dos trabalhos das comissões da verdade de sindicatos aconteceram discussões e foram aprovadas propostas de continuidade dos trabalhos por memória, verdade, justiça, reparação e punição para os crimes da ditadura.

Também participaram do encontro, representantes da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RIO), movimentos sociais e associações de trabalhadores anistiados políticos. Estiveram presentes aproximadamente 60 pessoas de cinco estados e do Distrito Federal.



Geraldo Candido, membro da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e ex-presidente da CUT RJ, Expedito Solaney, coordenador da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, Jana Silverman, do Centro de Solidariedade da AFL-CIO e Jadir Baptista, da CUT RJ, no Encontro na Nacional de Comissões da Verdade de Sindicatos CUTistas. Foto: Bruno Marins (CEV-RIO)

PROPOSTAS DO ENCONTRO NACIONAL DE COMISSÕES DA VERDADE DOS SINDICATOS CUTISTAS

- Apresentação de casos emblemáticos de graves violações de direitos humanos dos trabalhadores para o sistema jurídico interamericano;
- Formar uma frente/movimento na sociedade para apoiar as aplicações das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, incluindo a participação do Ministério Público;
- As categorias / sindicatos devem incluir nos seus dissídios coletivos propostas sobre memória, verdade, justiça e reparação;
- Exigir a contagem para fins de aposentadoria o tempo em que o trabalhador ficou preso, detido, exilado devido à repressão política. Realizar audiência com o Ministério da Previdência Social para discutir a aplicação dessa reivindicação;
- O Plano Nacional de Formação deve desenvolver programas de formação sobre o golpe de 64, a ditadura militar e as suas consequências para a sociedade brasileira;
- Incentivar que as confederações/federações e sindicatos CUTistas reivindiquem o atendimento das Recomendações do GT Trabalhadores que lhe dizem respeito diretamente. Ex.: Formação em direitos humanos para Vigilantes;
- Apoiar a CSA em suas atividades de promoção de direitos humanos e preservação da memória;
- Apoiar estudos sobre o impacto da operação CONDOR para os trabalhadores e o movimento sindical no Cone Sul;
- Apoiar as Centrais Sindicais latino-americanas nas suas lutas contra as violações de direitos humanos e sindicais. Ex.: Guatemala, Honduras, Colômbia, Paraguai, entre outros;
- Formar uma rede nacional/internacional de arquivos, centros de documentação, pesquisas e informação sobre direito à memória, verdade, justiça e reparação;
- Reivindicar junto à CSA a realização de um encontro de arquivos e centros de documentação das centrais sindicais filiadas;
- A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT deve, em seu trabalho de pesquisa, responder os 11 pontos do GT Trabalhadores da CNV;
- Apoiar e desenvolver parceria com o Ministério Público Federal para que este amplie sua atuação no âmbito da justiça de transição;
- Reivindicar que ministérios governamentais, por meio de suas agências de fomento (CNPQ, etc.) financiem atividades de pesquisa no âmbito da memória, verdade, justiça e reparação;

- Reivindicar que as Comissões da Verdade Estaduais incluam nomes dos trabalhadores mortos e desaparecidos políticos não contemplados pela Comissão Nacional da Verdade;
- O Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT deve ser feito com apoio dos pesquisadores parceiros;
- Incentivar que sindicatos CUTistas produzam materiais sobre momentos de repressão pelos quais passaram durante a ditadura, como intervenções, perseguições a militantes, inclusive publicando depoimentos da época;
- Publicar a pesquisa feita pelo CEDOC CUT sobre sindicalistas mortos e desaparecidos;
- Os sindicatos CUTistas devem enviar para a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT os documentos, depoimentos, relatórios e informes de suas atividades sobre o tema;
- A CUT deve transformar as atividades de direitos humanos em política permanente;
- Insistir com sindicatos para que impulsionem comissões da verdade, grupos e coletivos de memória;
- O Relatório da Comissão da Memória, Verdade e Justiça da CUT deve mostrar que a nossa Central é uma continuidade da luta dos trabalhadores desde o golpe de 64;
- Editar um livro com os nomes dos torturadores apontados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade exigindo justiça e punição.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2015.

CAPÍTULO 3

Recomendações do Coletivo Sindical de Apoio do GT Trabalhadores da CNV e da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT

As Centrais Sindicais que constituíram o Coletivo Sindical de Apoio do GT Trabalhadores da CNV aprovaram um conjunto de Recomendações que visam promover a justiça, resgatar a verdade, promover reparações e preservar a memória.

As Recomendações também visam o desenvolvimento de políticas públicas que previnam casos de violações de direitos humanos, assegurem que não se repitam e garantam os direitos dos trabalhadores/as e do povo brasileiro.

DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

1. Reconhecer e acatar as normas do direito internacional sobre crimes contra a humanidade. Ratificação da Convenção sobre imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Resolução N° 2.391, de 26 de novembro de 1968;
2. Supressão do artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei n° 6.683/79, que concedeu anistia, para que possam ser punidos os agentes públicos, ou não, responsáveis por crimes contra a humanidade praticados durante a ditadura civil-militar;
3. Investigar, denunciar e punir os autores dos crimes de morte, tortura e desaparecimento forçado das vítimas do golpe e da ditadura civil-militar;
4. Cumprir a Lei de Anistia (Lei n° 6.683/79), no que concerne à contagem do tempo de serviço, para o anistiado afastado do trabalho ou desempregado devido à perseguição política. Esta recomendação é dirigida principalmente ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social);
5. Investigar, denunciar e punir empresários, bem como empresas privadas e estatais, que participaram material, financeira e ideologicamente para a estruturação e consolidação do golpe e do regime militar;
6. Instituir um fundo, mantido por meio de multas e punições pecuniárias provenientes de empresas públicas e privadas que patrocinaram o golpe e a ditadura subsequente, para a reparação dos danos causados aos trabalhadores, organizações sindicais e ao patrimônio público;
7. Criar instrumentos que viabilizem ações coletivas de grupos de trabalhadores que sofreram prejuízos em decorrência da repressão política da ditadura civil-militar, sem a exigência de comprovação individual da perseguição sofrida;
8. Ampliar e intensificar os esforços para localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos, assim

como dos locais destinados a torturas e assassinatos de opositores da ditadura civil-militar;

9. Promover rigorosa apuração dos casos de massacres de trabalhadores e trabalhadoras durante o regime militar e que ainda carecem de profundas e cabais investigações, como, por exemplo, Serra Pelada (PA), Volta Redonda (RJ), Ipatinga (MG), Morro Velho (MG), bombardeio do povoado de Sampaio (TO), entre outros passíveis de serem investigados;

10. Garantir políticas públicas para eliminar a prática de tortura e de todas as formas de tratamentos cruéis e degradantes, inclusive desenvolvendo campanhas de conscientização;

11. Reconhecer oficialmente como perseguidos políticos e conceder reparações aos/às trabalhadores/as e seus/as apoiadores/as, assassinados/as e desaparecidos/as, em função da repressão política e social no campo e que foram excluídos da justiça de transição;

12. Revisar a Lei que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/95) e as duas leis relacionadas promulgadas posteriormente, com reabertura de prazo indeterminado para a entrada de requerimentos com pedidos de reconhecimento e reparação;

13. Prover os meios para a execução de sentenças de reparação e pleno funcionamento da Comissão de Anistia e outros órgãos voltados à promoção dos direitos humanos com recursos para o seu pleno funcionamento;

14. Criar um organismo permanente, com representação dos trabalhadores/as e da sociedade civil, de maneira geral, objetivando dar continuidade à pesquisa e apuração das denúncias de graves violações dos direitos humanos;

15. Repudiar a participação e sustentação do golpe civil-militar por governos estrangeiros, especialmente o estadunidense e seus agentes no País, além de institutos sindicais e outros mecanismos de controle ideológico. Exigir a retratação, indenização e pedido de desculpas;

16. Fazer um levantamento, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, de todas as entidades sindicais que sofreram intervenção no período investigado pela Comissão Nacional da Verdade, sendo que o Estado deve enviar oficialmente um pedido de desculpas, abrindo a possibilidade de serem indenizadas pela destruição de seus bens;

DA LEGISLAÇÃO AUTORITÁRIA, ANTIDEMOCRÁTICA E ANTISSINDICAL

17. Revogar a Lei de Segurança Nacional;

18. Criar um Grupo de Trabalho Interministerial, com prazo determinado de trabalho, para identificação de legislação antidemocrática, antitrabalhista, antissindical e antissocial, incompatível com o Estado Democrático de Direito, para que sejam suprimidas;

19. Revogar artigos do Código Penal que atentam contra o direito de greve, em especial os artigos 197 a 203;

20. Revogar a legislação autoritária imposta pela ditadura, em especial a lei de imprensa de 1967, e democratizar os meios de comunicação;
21. Impulsionar a Reforma do Judiciário com a extinção da Justiça Militar;
22. Promover a democratização dos critérios de seleção do concurso de ingresso na Magistratura e no Ministério Público, nos moldes da lei nº 12.990/14, a qual prevê cotas nos concursos públicos federais para provimentos de cargos;
23. Reforçar a implementação e as diretrizes previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), desenvolvendo políticas públicas efetivamente inclusivas, com equidade e respeito à diversidade;
24. Acelerar, priorizar e instituir políticas de incentivo para a criação de Secretarias de Direitos Humanos nos níveis estadual e municipal;

DA SEGURANÇA PÚBLICA, DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL E DAS FORÇAS ARMADAS

25. Ampliar o controle do Estado sobre as polícias, incluindo a participação da sociedade, visando à aplicação do conceito de segurança cidadã;
26. Democratizar o ensino e o conteúdo curricular nas escolas públicas e privadas, visando promover os valores democráticos e os direitos humanos, incluindo nos currículos escolares a educação para a organização sindical e social;
27. Democratizar o ensino e o conteúdo curricular das academias militares e policiais, visando promover os valores democráticos e o respeito aos direitos humanos;
28. Implantar programas de formação em direitos humanos dirigidos a todos os setores hierárquicos das Forças Armadas e das Polícias, das Guardas Municipais, dos agentes penitenciários e da vigilância privada em suas respectivas esferas;
29. Encaminhar Projeto de Lei ao Congresso Nacional para desmilitarizar as Polícias Militares e revogar o Decreto-Lei nº 667 de 1969 que estabeleceu que se tornassem “forças auxiliares, reserva do Exército”;
30. Impedir que agências de informações públicas e privadas, bem como órgãos das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Militar e das empresas de vigilância privada, exercitem qualquer tipo de monitoramento e acompanhamento das ações do movimento sindical de trabalhadores e dos movimentos sociais;
31. Acabar com os mecanismos de transferências das funções/atividades eminentemente civis para militares. A crescente militarização da fiscalização pública, por exemplo, tem gerado violência e morte de trabalhadores e trabalhadoras;
32. Criar uma certificação em direitos humanos para as empresas que prestam serviço de segurança privada;

GARANTIA E PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA POLÍTICAS DE ARQUIVO E DE MEMÓRIA

33. Elaborar política pública de resgate da memória de luta dos/as trabalhadores/as que garanta a reparação histórica, somando-se à reparação econômica, sob responsabilidade do Estado e das empresas envolvidas com a repressão;

34. Implementar políticas de arquivos, documentação e memória que promovam a defesa dos direitos humanos. Identificar e recolher ao Arquivo Nacional os arquivos e documentos produzidos por organismos públicos federais em todas as esferas, inclusive de empresas estatais, que possam servir de prova da repressão do Estado contra os/as trabalhadores/as e a população brasileira no período ditatorial;

35. Identificar e considerar de interesse público e social, nos termos da Lei de Arquivos nº 8.159/91, os arquivos privados das empresas, das Forças Armadas e de pessoas que possam servir como prova do apoio às ações de repressão e de perseguição praticadas contra os/as trabalhadores/as e a população no período ditatorial;

36. Identificar, preservar, fazer o tombamento, desapropriar, se for bem privado, e transformar em Centros de Memória todos os imóveis urbanos e rurais que foram centros de graves violações de direitos humanos;

37. Assegurar o pleno direito de acesso à informação conforme previsto na Lei nº 12.527/2011, sendo que, para atingir essa finalidade, deve-se:

a) Desenvolver uma política de gestão documental, nos termos do parágrafo 2º, artigo 216 da Constituição Federal e da Lei de Arquivos nº 8.159/91;

b) Integrar os documentos digitais na política de gestão documental, visando assegurar o controle na produção, arquivamento e acesso;

c) Criar o Arquivo Nacional dos Meios Eletrônicos e Digitais como um órgão voltado à elaboração de políticas de gestão, à preservação de longo prazo e ao acesso contínuo;

d) Criar um sistema nacional integrado que registre e gerencie os pedidos de acesso à informação. A coordenação do sistema deve ser feita pelo Arquivo Nacional;

38. Criar políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e aprofundamento das pesquisas referentes à perseguição política aos trabalhadores/as e às suas organizações;

39. Criar política oficial de fomento que permita parcerias com universidades e institutos de pesquisa, com a finalidade da busca da verdade e da preservação da memória coletiva das violações e perseguições sofridas pelos trabalhadores e suas organizações, bem como criar e manter Museus e/ou Centros de Documentação de memória e luta dos trabalhadores;

40. Alterar nomes de cidades, escolas e de outros locais públicos que homenageiam agentes e símbolos da ditadura civil-militar, com a contribuição de um programa federal que promova políticas públicas de ensino e memória das lutas dos trabalhadores/as;

DOS DIREITOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E SINDICAIS

41. Ratificar a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da demissão imotivada, e regulamentar a Convenção 151, que versa sobre a organização sindical e negociação coletiva no setor público;
42. Encaminhar ao Poder Legislativo, com mensagem de apoio do Governo, o anteprojeto de lei apresentado pelas Centrais Sindicais ao Ministério do Trabalho, em 2013, que dispõe sobre a proteção das atividades sindicais dos trabalhadores/as e pune práticas antissindicais. O documento visa à garantia da liberdade e a autonomia sindical, observando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos no mundo do trabalho, com especial atenção à garantia do direito irrestrito de greve, do direito de representação sindical na forma que a categoria entender e no local de trabalho, assegurar a não intervenção do Estado, do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho na negociação coletiva, no exercício do direito de greve, finanças e organização sindical, garantia da estabilidade, fim do interdito proibitório, entre outros;
43. Combater todas as formas de precarização do trabalho, criando e fortalecendo a agenda do Trabalho Decente, além de promover uma maior fiscalização nesse âmbito.

A CUT E SUA COMISSÃO NACIONAL DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA APROVARAM MAIS TRÊS PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÕES.

1 – Ratificação da Convenção 87 da OIT que trata da Liberdade Sindical;

A liberdade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras é um direito humano imprescindível para a classe trabalhadora.

2 – Criar a Escola Nacional de Direitos Humanos;

A Escola Nacional de Direitos Humanos deverá ser um espaço de fomento de Programas de Formação e articulação de políticas públicas em todas as esferas.

3 – Regulamentar a Convenção 169 da OIT que trata dos povos indígenas.

A regulamentação dessa Convenção visa que se crie a possibilidade de aplicação da consulta prévia as populações indígenas nos temas e projetos que afetam diretamente suas vidas e costumes. Os trabalhadores e trabalhadoras indígenas devem ter seus costumes e culturas garantidos e respeitados na contratação e condições de trabalho, formação profissional, atividades rurais e artesanais.

CAPÍTULO 4

Algumas fontes sobre violações de direitos humanos no acervo CEDOC CUT

Abaixo a LSN

Está previsto para março o julgamento de cinco sindicalistas incurso na famigerada Lei de Segurança Nacional. São eles: Luís Inácio Lula da Silva (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo e Diadema e presidente do PT), Jacó Bittar (secretário de Relações Internacionais da CUT), José Francisco (presidente da Contag), Francisco Mendes (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri) e João Maia (delegado sindical da Contag-Acre).

A CUT manifesta-se, uma vez mais, pela revogação da LSN, conclamando o movimento sindical a nível nacional para impulsionar essa luta.

Jornal da CUT Nacional, ano I, nº 2, Janeiro de 1984. CUT se manifesta pela revogação da Lei de Segurança Nacional.

Assassinato

Mais um dirigente sindical foi vítima da violência daqueles que detém o poder. Dessa vez foi no estado de Alagoas. Trata-se do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa, assassinado no dia 5 de janeiro pelo secretário do PDS local.

RESISTÊNCIA

É mais um companheiro do campo que tomba na luta em defesa dos trabalhadores. A CUT manifesta sua solidariedade aos trabalhadores de Viçosa e espera que a Justiça tome as devidas providências sobre o caso.

Jornal da CUT Nacional, ano I, nº 2, Janeiro de 1984. Notícia do assassinato de José Cícero de Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa, Alagoas, e ex-membro da Comissão Nacional Pró-CUT.

DENÚNCIA

Atentado em Santarém

Incêndio criminoso destrói o STR de Santarém. CUT lança campanha nacional pela reconstrução!

Nada sobrou do incêndio: além dos prejuízos materiais com equipamentos e objetos de escritório, a destruição dos documentos é incalculável. Toda a documentação dos conflitos nos quais o STR esteve envolvido desde 1972 (Itaquí, Atrapinos, Curui, Una, Placas, Varzeas e Tapajós), os mapas das regiões, as fichas e carteirinhas e registros dos 12 mil associados; prestação de contas desde 1979; biblioteca com mais de cem volumes; documentos das delegacias regionais; a história da organização dos lavradores santarémenses contada através do informativo "Lamparina", cuja coleção foi destruída; cópias do programa "Momento Sindical", apresentado pelo STR no Rádio Rural de Santarém há dois anos; livros de atas; cópias dos processos eleitorais; relatórios com nomes de fazendeiros e dados sobre as empresas que têm perseguido os lavradores do município, implicados em conflitos que envolvem o INCRA, o IBDF e outros órgãos oficiais; tudo foi consumido pelo fogo.

Diante das dificuldades para apurar responsabilidades e, conscientes de que só a força organizada dos trabalhadores seria capaz de garantir a abertura de inquérito e investigações, uma assembleia extraordinária foi convocada.

Mais de mil trabalhadores, inclusive moradores da cidade prestando solidariedade aos rurais, decidiram, na assembleia, reconstruir a sede e o patrimônio histórico da organização dos trabalhadores rurais de Santarém, além de enviar ao governador Jader Barbalho um documento exigindo a apuração do crime cometido. Foi formada, para isso, uma comissão de 13 entidades.



Carta ao governador

Se a Nova República deixar impunes os assassinos do povo trabalhador, não responderá aos interesses da maioria do povo brasileiro.

As excelentíssimas Governador do Estado do Pará Senhor Jader Barbalho

Santarém, 14 de abril de 1985

Nós, associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e demais entidades abaixo-assinadas (reunidas em Assembleia Extraordinária no dia 14 de abril de 1985, comovidos e revoltados pelo atentado criminoso que destruiu a nossa sede, multiferreiros, através deste documento, a seguinte posição:

Os trabalhadores brasileiros, especialmente os trabalhadores do campo, estão muito atentos para o novo momento político que o nosso país atravessa. Não nos sa de memória os 20 anos de ditadura militar, em que fomos perseguidos, tivemos nossas lideranças assassinadas (em muitos casos, com apito feroz de órgãos oficiais), barracos e roças destruídas, entidades incendiadas. Em todos esses casos, a justiça não apurou as responsabilidades e nem puniu os autores. Apesar disso, a luta do povo por seus melhores, nunca parou. Ao contrário, se fortaleceu contra a exploração de uma classe trabalhadora. Dentro desse cenário de repressão e violência, surgem as ideias da Nova República e com elas, um discurso reafirmado as esperanças de redemocratização que garante a liberdade de organização sindical e política da classe trabalhadora. Isso é o mínimo do que necessitamos para falar de democracia.

Para nós, o compromisso com a democracia, deve ser mostrado na prática. Se a Nova República continua deixando impunes os assassinos do povo trabalhador, não responderá aos interesses da maioria do povo brasileiro. A justiça brasileira deve apurar as violações cometidas contra pessoas e contra as organizações dos trabalhadores para poder recuperar a credibilidade perdida nos anos de ditadura.

Por isso, nós decidimos trazer o fim, exigindo do governador do Estado e demais autoridades competentes, a apuração rigorosa do incêndio que destruiu a nossa sede, na madrugada do dia 12 de abril. Exigimos também a punição dos culpados. Além disso, exigimos a apuração do assassinato do companheiro Avencio Ribeiro, ocorrido em 24 de março de 1982, atualmente esquecido nos arquivos da delegacia de Polícia de Santarém.

Pela anulação do incêndio e punição dos culpados!

Pela justiça a todos os que foram assassinados por defender os nossos direitos!

Pela liberdade de organização sindical e política.

Pela pagamento dos prejuízos causados pelo incêndio!

Além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, assinamos este documento de reivindicações e já constituído civil, a Associação dos Professores, a Câmara de Professores Z. 20, Pastoral Rural, Movimento de Organização Popular, Comissão Pastoral da Diocese e o movimento estudantil, todos de Santarém, e, ainda, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Alegre, a CUT do Baixo Amazonas, a CUT Nacional.

Reconstruir o Sindicato!

A coleta já começou. Foram impressas listas (com fotos e detalhes de atendimento) que estão à disposição da CUT (estaduais e regionais) para promover arrecadações. Ao mesmo tempo, a CUT Nacional está diligente para a coleta de dados dos sindicatos e demais entidades para que se solidarizem enviando dinheiro.

As contribuições devem ser remetidas para: L.N.E., caixa do Bradesco, Agência 0225, Santarém, Pará. Cópia do cheque ou da ordem de pagamento deve ser enviada para a Sede Nacional da CUT. Recibos podem ser solicitados.

Boletim Nacional da CUT, maio de 1985. Notícia sobre o atentado e incêndio criminoso no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.

Violência continua

Punição já



Mais de 40 assassinatos em três conflitos. Em Rondônia atentado fere sindicalista da CUT e mata um padre italiano. Nenhuma medida das autoridades.

Nestes seis meses de Nova República a violência dos latifundiários já fez quase 40 mortos em apenas três estados, no Pará, na Bahia e em Rondônia.

Entre, 13 e 19 de junho, cerca de vinte posseiros foram assassinados no município de São João do Araguaia, sul do Pará, cerca de 40 quilômetros de Marabá, a cidade de maior violência do estado. A chacina comandada por José Edmundo Virgulino à frente de diversos pistoleiros desdobrou-se em várias operações. A revista nacional Isto E, noticiou a primeira chacina com destaque e o posseiro Ze Pretinho, que levou os repórteres ao local, dias depois foi também assassinado.

O conflito envolve 100 famílias. Entre os mortos estão uma criança e uma jovem grávida. Virgulino foi preso, transferido para Belém a pedido do governo do Estado e...

Na Bahia, município de Canasvieiras, houve uma operação de pistoleiros para desocupar posseiros da

Fazenda Sarampo. Mortos sete lavradores que, ao se defender mataram um "jagunço". Era um policial, à paisana, conhecido de outros assassinatos. Nos últimos dois anos, 31 pessoas já morreram na luta pela permanência na terra naquela região.

Ainda no Pará, em Xinguara, sete pessoas foram assassinadas por pistoleiros do fazendeiro "Nelito", João Almeida, que pretende ser dono de terras na região, chamada Surubim. Os jagunços mataram um casal e seu filho de dois anos e violentaram sexualmente a mulher.

No último dia 24 de julho, em Rondônia, foram emboscados o presidente do STR de Cacoal, Adílio de Souza, juntamente com o padre italiano Ezequiel Ramin. Os dois voltavam de uma reunião com posseiros da Fazenda Catuaba, no Mato Grosso, região de conflito. Diversos pistoleiros atiraram contra o carro aonde estavam o sindicalista e o padre. Adílio foi ferido, fugiu e chegou no dia seguinte a Cacoal. O

padre foi morto e seu corpo encontrado no dia 25.

O padre Ezequiel, desde o ano passado no Brasil, pároco de Cacoal, vinha trabalhando junto aos lavradores. Adílio é articulador da CUT no seu estado e membro da CPT. O assassinato do padre já valeu pronunciamento da Igreja e do próprio Papa.

A situação é muito violenta em Rondônia, com constantes ameaças aos líderes e dirigentes sindicais sem que o governo e as autoridades tomem qualquer providência.

A punição dos assassinos e mandantes e fim da violência contra os trabalhadores rurais está tendo por parte das autoridades da Nova República o tratamento da absoluta ausência de medidas. Nada mudou, apesar das declarações de Fernando Lyra, ministro da Justiça, no IV Congresso da Contag sobre a punição à violência contra o povo do campo. Nenhum assassino foi condenado e os latifundiários estão aumentando a quantidade de crimes a cada dia.

Boletim Nacional da CUT, nº 2, junho-julho de 1985.

Notícia do atentado que feriu Adílio de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal – Rondônia – e matou o padre Ezequiel Ramin. Adílio de Souza era articulador da CUT em Rondônia.

Pernambuco. Morto o trabalhador rural Pedro Gonçalves da Silva, 8 de maio. Tinha 28 anos, três filhos e delegado sindical. Levou seis tiros e foi trucidado a golpes de enxada.

Quase quinhentas pessoas estão ameaçadas de expulsão de terras em que vivem há duas décadas. Jagunços vem destruindo casas e plantações e ameaçando as pessoas a serviço do grileiro de nome José Leitão. A polícia intimou os trabalhadores por "ocuparem" as terras que ficam a 30 quilômetros do Recife.

Boletim Nacional da CUT, nº 2, junho-julho de 1985. Pedro Gonçalves da Silva era delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marajal, em Pernambuco, e foi assassinado em 08 de maio de 1985.

Assassinato

Foi assassinado no dia 3 de setembro o presidente do Sindicato STR de Aliança, Pernambuco, Evanduir Pereira de Souza, que havia assumido a direção do STR há três meses liderando uma oposição ao antigo pelego.

Mais de 6 mil trabalhadores foram ao enterro. Evanduir iniciava uma série de solicitações ao Ministério do Trabalho por averiguações de irregularidades contra os trabalhadores da região.

Boletim Nacional da CUT, nº 4, setembro de 1985.

Nativo da Natividade Oliveira

Morto com cinco tiros no dia 23 de outubro, Nativo era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, Goiás, a 200 quilômetros de Goiânia.

Começo da noite, entre 19 e 20 horas, Nativo saía sozinho do sindicato quando foi alvejado. O pistoleiro fugiu sem ser identificado.

Nativo, 32 anos, pai de dois filhos, foi há três meses reeleito presidente do sindicato e era fundador nacional da CUT, tendo sido membro da Comissão Pró-CUT. Integrava a Direção Estadual da CUT/Goiás.

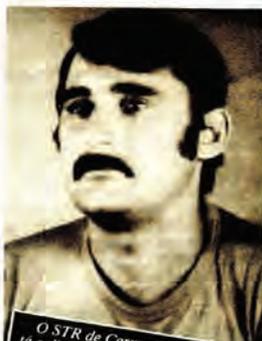
A luta do sindicato, numa região de cana-de-açúcar, vinha valendo uma série de ameaças, sobretudo à pessoa de Nativo. O prefeito local, Roberto Pascoal Liegio, o presidente do sindicato patronal, Geraldo dos Reis, e outros usineiros há muito alternavam-se nas ameaças aos dirigentes do STR.

Logo após o assassinato, o sindicato, num ato público de repúdio que mobilizou entidades de Goiás e do resto do

Brasil, apontou suas suspeitas sobre os mandantes. O pai do prefeito foi descarado e diretamente ameaçar o tesoureiro, Adão Onofre Rosa, dizendo que "não contratava pistoleiro, matava pessoalmente". O prefeito, por sua vez, tentou atropelar uma irmã da Congregação dos Cambonianos, que denunciara, também, o seu envolvimento.

Um episódio pode abrir um caminho direto ao mandante (ou mandantes). Pouco antes das eleições ocorreu uma reunião em Goiânia, onde uma autoridade de Carmo do Rio Verde juntamente com usineiros da região acertaram o assassinato de Nativo com dois pistoleiros.

No ato de repúdio ao assassinato estavam presentes além de d. Hipólito, bispo de Goiás, do presidente da CUT, Jair Meneguelli, diversos representantes de entidades, que foram levar solidariedade aos companheiros e à mulher de Nativo. Em uma nota pública, os presentes fizeram um alerta às autoridades: "Os trabalhadores querem justiça e saberão defender suas entidades e seus líderes".



O STR de Carmo do Rio Verde está solicitando contribuições para auxiliar nos gastos que contraiu em função do assassinato de Nativo. Por todo o apoio material necessita de contribuições possíveis.
Contribuições podem ser enviadas para a conta n.º 40.544/2 do Banco do Brasil de Carmo do Rio Verde, em nome de Adão Onofre Rosa ou Maria Auxiliadora de Fátima. Alimentos viáveis ao STR: Av. Bernardo Saydo, 16 — CEP 76740 Goiás.

até quando ficarão impunes os assassinos dos trabalhadores??!

Júlio Rodrigues de Miranda

Assassinado no dia 6 de outubro na localidade do Mandioccal, município de Bonfinópolis, Minas Gerais, a 300 quilômetros de Brasília.

Júlio, 44 anos, foi morto à queima roupa por Edmundo Boaventura Magalhães, irmão de um proprietário de vastas terras na região. O assassino atirou, ainda, em Cipriana da Cruz Rodrigues, mulher de Júlio, que ficou ferida.

Júlio vivia no Mandioccal desde 1962 e era sócio fundador e pai da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Unai, Maria Aparecida Rodrigues. Desde que chegaram, há oito anos, na região, os Magalhães vêm tentando expulsar os lavradores do Mandioccal. Foi nesta luta que se formou o Sindicato de Unai em 1981, e Maria Aparecida foi eleita presidenta. Com apenas 22 anos, Cida integra a Direção Nacional da CUT e está mais do que ameaçada. Os tiros que fuzilaram seu pai e feriram sua mãe

não pretendem parar por aí. Na região, os fazendeiros falam abertamente que o alvo é ela pois "é preciso trazer calma à região".

O assassino alegou legítima defesa e o inquérito local parece caminhar nesta direção. Enquanto Boaventura Magalhães era ouvido com regalias na própria sede da fazenda, as perguntas dirigidas a Cipriana procuravam caracterizar uma ameaça de Júlio, a pé e desarmado, a Boaventura, armado e a cavalo. Segundo testemunhas, o assassino atirou em Júlio que caiu, depois em Cipriana e voltou a atirar, matando Júlio Rodrigues.

Maria Aparecida reafirma: "Eles querem desorganizar os trabalhadores, este é o sentido do assassinato de meu pai e das ameaças que eu tenho sofrido".

Mais do que isto, "eles" estão numa guerra de extermínio contra as lideranças dos trabalhadores rurais.



As ameaças contra Maria Aparecida concretizaram-se no seu pai.

Boletim Nacional da CUT, nº 5, outubro de 1985. Notícias dos assassinatos de Nativo da Natividade de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, Goiás, e membro da Executiva da CUT-GO, e de Júlio Rodrigues de Miranda, pai da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai, Minas Gerais, Maria Aparecida Rodrigues. Os assassinatos ocorreram em outubro de 1985. Maria Aparecida Rodrigues integrava a Direção Nacional da CUT.

Fotografia da passeata em Carmo do Rio Verde - GO, exigindo punição dos assassinos de Nativo da Natividade de Oliveira.



Boletim Nacional da CUT, nº 3, agosto de 1985

Margarida, dois anos depois

Mais de sete mil trabalhadores rurais reuniram-se no dia 11 de agosto, em Guarabira, Paraíba, para um ato de lembrança do assassinato, em 12/8/83, de Margarida Maria Alves, presidente do STR de Alagoa Grande, e para reivindicar a reforma agrária urgente. Os trabalhadores rurais vindos de mais de 30 áreas de conflitos, denunciaram a impunidade dos assassinos e a omissão das autoridades. Participou além do bispo local, e de um representante do INCRA Regional, o Vice-Presidente da Região Nordeste da CUT, Luis Silva, que falou em nome da CUT. Estava presente também o Secretário dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva.

Além de exigirem a punição dos assassinos de Margarida, os trabalhadores entregaram um documento ao representante do Inbra exigindo a desapropriação das áreas prioritárias até novembro, quando "os trabalhadores se mobilizarão de outras formas para garantir a desapropriação das áreas".

Violência

No dia 13 de agosto foi assassinado o delegado sindical Zacarias José dos Santos, em **Marcinílio Souza**, região de Itaberaba, na Bahia, e feridos três outros, dentre eles, dois filhos de Zacarias. Eles foram atacados por quatro pistoleiros, a mando de Raimundo Viana, que se diz proprietário das terras conhecidas como Pau-a-Pique, onde Zacarias e quase uma centena de famílias têm posses antigas. O atentado ocorreu menos de um mês após um levantamento feito por técnicos do Inbra. Dias depois, os posseiros expulsos voltaram a suas terras, enfrentando as ameaças dos pistoleiros.

Em Pernambuco, município de **Água Preta**, no dia 12, foram mortos o presidente do STR e dois outros membros, durante o enterro do motorista do sindicato assassinado no dia anterior. O presidente do STR, acusado por muitos lavradores de servir aos interesses da grande usina da região, esteve envolvido na tentativa de assassinato do líder da oposição, Francisco em 1983. O latifúndio não poupa...

Punição já para os assassinos dos rurais!

Ato em memória de Margarida Maria Alves exige punição dos assassinos e denuncia a omissão das autoridades. Notícia do assassinato do delegado sindical, Zacarias José dos Santos, em Marconílio Souza, Bahia, dia 13 de agosto de 1985, e de sindicalistas em Água Preta, Pernambuco.

Boletim Nacional da CUT, nº 9, agosto-setembro de 1986

Última hora

Continuam os assassinatos no campo

No último dia 12, o agricultor Severino Moreira, 42 anos, casado, 5 filhos, militante do movimento sindical foi assassinado na região de Itabaiana, agreste da Paraíba. Severino morava no "Sítio Mendonça" e foi emboscado à caminho da cidade.

Punição para assassinos e mandantes!

Severino Moreira foi assassinado em 12 de setembro de 1986.

InformaCUT, nº 2, janeiro-fevereiro de 1987

RURAL

Foi assassinado o delegado sindical no Engenho Lajedo, no município de São Bento da Una, zona canavieira de Pernambuco, Natanael Gomes da Silva, na porta de sua casa. (Gazeta Mercantil, 29/1)

Em 1986, foram assassinadas em conflitos no campo 110 pessoas no Pará, representando um aumento de 35% em relação a 1985, segundo informa a Comissão Pastoral da Terra em Belém

O nome correto é Natanael Cosmo Francisco da Silva e era delegado sindical no município de São Benedito do Sul e não São Bento do Una, conforme Conflitos no Campo no Brasil em 1987, CPT.

NEM O BRASIL ESTÁ EM GUERRA, NEM OS TRABALHADORES SÃO INIMIGOS; PELA IMEDIATA RETIRADA DAS TROPAS DE REFINARIAS E PORTOS

Portos ocupados por fuzileiros navais, tropas e tanques do exército invadem refinarias. Trabalhadores marítimos são confinados nos navios, impedidos de ir e vir. Suspenso a liberdade de reunião, trabalhadores proibidos de ter acesso aos dirigentes sindicais. Dentro dos portões de instalações industriais, policiais e soldados armados são postados para garantir a mesquinha e a repressão patronal. Cercada a informação, jornalistas impedidos de documentar a brutalidade militar.

Senhores Deputados Constituintes,

Estas são as cenas de um Brasil em estado de guerra não declarado. Mesmo a ditatorial Constituição de 1969 impõem condições para que o Poder Executivo possa por o Exército nas ruas.

Senhores Deputados Constituintes,

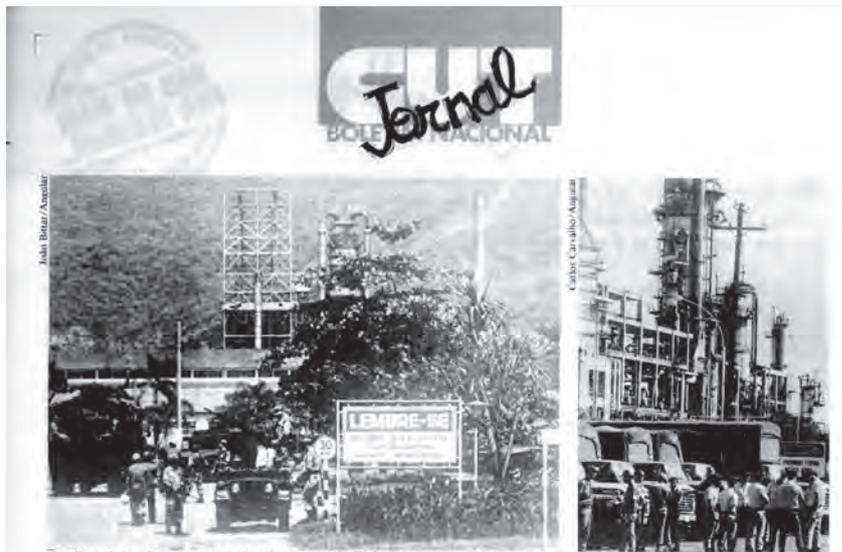
Para a CUT não se trata de lhes expressar nosso repúdio contra as ações das forças militares nem lhes chamar a atenção para a hipocrisia própria dos ditadores, com que o Governo fala em ação "preventiva" contra uma greve.

Trata-se de exigir a imediata retirada das tropas militares e policiais das refinarias e dos portos e a suspensão já das leis da ditadura que sustentam tamanha violência contra a democracia.

Neste sentido exigimos a aprovação imediata de uma moção que proíba a intervenção das forças armadas nos movimentos sociais.

O povo brasileiro exige mudança, não omissão ou hipocrisia.

CUT repudia ocupações de portos e refinarias por soldados do Exército e fuzileiros navais em março de 1987.



Paulínia (à dir.) foi o principal alvo: 19 tanques do Exército e cemetas de policiais militares. Mas não foi única: tropas ocuparam Cubatão (à esq.) e todas as refinarias e terminais no país.

Repressão não intimida petroleiros

A "Nova República" mobilizou seus tanques para tentar vencer, pela força, a resistência dos petroleiros. Não conseguiu.

Depois de dezoito anos, o Exército, equipado com tanques e armas, voltou a ocupar as refinarias de petróleo, demonstrando, mais uma vez, que a "Nova República" tem apenas de diferente o nome, em relação aos mais de vinte anos de ditadura militar. Os petroleiros, ainda em processo de mobilização, nem mesmo haviam decidido pela greve, quando viram seus locais de trabalho ocupados.

O movimento, totalmente pacífico, reivindicava apenas um reajuste salarial igual para todos os trabalhadores da empresa, sem levar em conta a classificação determinada pela direção da empresa. Os trabalhadores ensaiaram uma resistência — não abandonaram seus postos e tentaram conviver com as tropas de ocupação —, obrigando a Petrobrás a voltar à mesa de negociações. Mas a enrolação continuou.

Diante do argumento dos trabalhadores de que o aumento diferenciado

concedido aos profissionais de nível universitário era discriminatório, os prepostos da Petrobrás responderam que o objetivo era conter a perda de profissionais especializados, o que, evidentemente, não satisfaz os trabalhadores não-universitários.

Como tentativa de saída do impasse, o DRT/RJ propôs destinar uma parcela do reajuste dos trabalhadores universitários — ainda não pago — àqueles não-universitários. Discutiu-se ainda a proposta, nos sindicatos que realizaram assembleia no dia 25/3, definida como assembleia nacional dos petroleiros. Entretanto, ainda que a proposta da empresa saísse vencedora, era certo que o espírito de discriminação permanecería, já que o tratamento dispensado pela empresa colocou trabalhadores profissionais (universitários) contra trabalhadores de nível médio (não-universitários) em confronto, como se nos fosseis mais ou menos trabalhadores do que os outros.

Os petroleiros do Paraná, Campinas, São José dos Campos e Rio de Janeiro realizaram assembleias no dia 25 e entraram em estado de greve, aguardando apenas a decisão da reunião do Comando Nacional que, no dia 26, faria avaliação dos resultados das assembleias dos sindicatos em todo o País.

No Paraná e em Campinas a disposição da categoria era partir para a greve. No Rio de Janeiro, os trabalhadores decidiram rejeitar a proposta da Petrobrás mais uma vez, manter a categoria em assembleia permanente e entrar em estado de greve.

Os petroleiros do Rio de Janeiro decidiram, ainda, promover um ato público em frente à unidade da Petrobrás. No ato eles denunciariam a intransigência da empresa que estava levando à insatisfação de todos os trabalhadores. O quadro, a 25 de março, era esse. Tudo indicava que a greve seria iminente.

Boletim Nacional CUT — março/87

Notícia sobre ocupação de refinarias por soldados do Exército em março de 1987.

Exército e PM reprimem protesto

Soldados do Exército e da Polícia Militar reprimiram violentamente o protesto dos produtores rurais no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Cinco tanques Urutu, do Exército, ameaçaram os 15 mil colonos que se postaram sobre a ponte do rio Uruguai, em Irai (RS), divisa com Santa Catarina. No Paraná, a polícia desmobilizou os bloqueios a golpes de cassete e baionetas nos municípios de Marmeleiro, Dois Vizinhos, Medianeira, Capitão Leônidas Marques e Umuarama.

Várias pessoas foram presas, entre elas o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão (PR), Adelmo Escher, e mais um membro da diretoria do STR, de nome Justino; Areolino Alves de Moraes, presidente do STR de Dois Vizinhos; e José Bigode, presidente do STR de Nova Prata do Iguaçu, todos do Paraná. Em Dois Vizinhos, um colono foi bastante machucado a golpes de cassetetes e

uma mulher foi ferida por baioneta. Os presos já foram liberados.

O governador do Estado do Paraná, Alvaro Dias, assumiu a responsabilidade pelos atos de violência cometidos pela polícia; foi à televisão e advertiu os agricultores de que já tinha dado ordens ao secretário de segurança do Estado, Antônio Lopes de Nogueira, para impedir qualquer bloqueio de estradas. E, no dia seguinte, Dias voltou à tevê, ameaçando reprimir mais os colonos, caso os bloqueios continuassem.

Já Pedro Simon, governador do Rio Grande do Sul, tirou o corpo fora ao afirmar que não tinha ordenado a repressão. Admitiu, porém, que, apreensivo com o desenrolar do movimento, tinha discutido o problema com as autoridades federais. Em Santa Catarina, não se soube de quem partiu a ordem para o esquema repressivo, todavia, dez pessoas foram bastante espancadas e os agricultores ficaram admirados do número de policiais que saíram às ruas.

Boletim Nacional da CUT, nº 12, abril de 1987. Notícia de repressão do Exército e Polícia Militar a pequenos agricultores e trabalhadores rurais.



Mais um morto na Central do Brasil

Desta vez não deu para culpar o maquinista. Nem o trem

"Atenção, senhores usuários, procurem outro transporte. Os trens estão parados porque os maquinistas estão em greve". Esse aviso, transmitido pela direção da Rede Ferroviária Federal S.A., pelos alto-falantes da estação ferroviária D. Pedro II, no Rio de Janeiro, desencadeou um tumulto que deixou o saldo de um morto e 47 feridos — 17 por disparos de revólveres, 26 por pedradas e quatro por agressões.

O quebra-quebra aconteceu no dia 9 de abril, às 19h30, após assembleia realizada pelos ferroviários, quando ficou decidida a paralisação, porque a Rede não cumpriu promessa de passar todos os maquinistas para o nível 74 (piso salarial de Cr\$ 8.500) e os auxiliares para o nível 66 (piso de Cr\$ 5.300). E de melhorar as condições de trabalho, que envolvem o bom estado de funcionamento dos trens e das linhas férreas.



Foto: Veilufimato Saigado

À paisana, policiais empunham armas e matam trabalhadores. O episódio da Central (acima) repete-se em S. Paulo (pág. ao lado)

Após o irresponsável anúncio da Rede, a multidão de cerca de 25 mil pessoas, revoltadas com o atraso dos trens, passou a deprender a estação D. Pedro II com pedras e paus. A segurança da Rede revidou violentamente, atirando contra os usuários.

De repente, um movimento justo por melhores salários e condições de segurança, tanto para os trabalhadores da ferrovia quanto para seus usuários, passou a ser exercido, como se os ferroviários fossem culpados pelo episódio. A história, porém, é outra...

O lucro é a lógica

A título de recordação, em 1975 um trem invadiu a quadra do Império Serrano, ferindo dezenas de pessoas. Os usuários dos subúrbios cariocas, revoltados, iniciaram uma série de depredações. A situação ficou incontrolável. O tumulto alastrou-se pelos subúrbios e vários trens e estações foram incendiados. O presidente da República, Ernesto Geisel, foi ao Rio e toda a direção da Rede Ferroviária Federal caiu.

A partir de 1981, conforme declaração do diretor de Operações da Companhia Brasileira de Trens Urbanos

(CBTU), Renê Fernandes Schoppa, ocorreu uma política de contenção de despesas nos transportes ferroviários tanto em manutenção como em novos investimentos. Para complicar ainda mais o já incipiente serviço, a Rede passou a privilegiar o transporte de carga, pois o transporte urbano era bastante deficitário.

Percebe-se, então, o fio da meada: transporte que não dá lucro não merece investimento. É a lógica do governo que não casa com as necessidades da população nem tampouco com a dos funcionários da ferrovia. O próprio Schoppa admitiu, trinta e seis horas antes do incidente na D. Pedro II, que se o governo não liberasse recursos e não desse prioridade aos trens, as consequências seriam catastróficas. Foram

Tensão sobre trilhos

Os distúrbios de 1975 levaram o governo a importar trens, medida paliativa que não resolveu nem resolverá o problema, pois o sistema ferroviário da Rede está totalmente comprometido. Se não houver investimentos no conjunto, aumentar o número de trens complica situação, já que a rede elétrica, obsoleta, não mais suporta a carga consumida. Diariamente, os maquinis-

tas têm que fazer paradas forçadas, de até 20 minutos, para aliviar a rede elétrica, daí os atrasos constantes.

Os maquinistas trabalham sob tensão, porque os trilhos também estão seriamente comprometidos. Segundo o Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, a cada quilômetro o fantasma do descarrilamento está pisando deslido à má conservação das linhas. As placas de apoio que firmam os trilhos aos dormentes, para evitar o epidural, deveriam ser fixadas por três ganchos, mas a maioria tem apenas um.

Acidente virou rotina

Grande parte dos trens trafega em condições precárias: freios danificados, portas e frenagens, não há extintores de para-brisas não funcionam. Se os ferroviários cumprirem ao pé da letra a Regulamentação Geral de Operações (RGO), o sistema não funciona, o transporte de passageiros inviabiliza-se. Por isso, o cumprimento do RGO é brando, caso contrário a população pobre seria ainda mais prejudicada.

A deterioração da ferrovia, no espaço de um mês e meio, já provocou três acidentes, dois em São Paulo e um no

Boletim Nacional da CUT — abril/87



Departamento de Imprensa/Metropolitano SBC

Cem mil ocupam terrenos

Com um déficit de pelo menos 50 mil moradias, a Zona Leste da cidade de São Paulo, região que abriga cerca de 3 milhões de habitantes, assiste a uma série de invasões de terrenos, que se iniciaram na véspera do Carnaval e parecem não ter mais fim. Quase 250 áreas, entre particulares, do Estado e da Prefeitura, já foram invadidas, envolvendo cerca de 100 mil pessoas.

Levas de homens, mulheres e crianças chegam, de preferência durante a noite, e rapidamente levantam paredes de blocos de cimento para garantir a posse e ter um teto para se proteger. O governador de São Paulo, Orestes Quércia, prometeu 20 mil casas, que não serão suficientes para resolver o problema de moradia da região. Provavelmente, nem para remediar.

O problema agravou-se como Plano Cruzado, que elevou a níveis exagerados os preços dos aluguéis, faz aumentar o número de sem-terra da cidade, engrossando o grupo de trabalhadores que não têm onde morar. Enquanto uma grande parcela da população da pobre Zona Leste de São Paulo não tem moradia, 60% dos terrenos da região estão desocupadas e na posse de especuladores.

Despreparados e insensíveis, o governo do Estado e a Prefeitura jogaram suas polícias contra milhares de trabalhadores sem teto e sem chão. E fizeram uma vítima: Adão Manoel da Silva, 29 anos, baiano e pedreiro desempregado, assassinado com um tiro na cabeça, disparado, ao que tudo

indica, pela Guarda Metropolitana, criada pelo prefeito Jânio Quadros, para "proteger os cidadãos honestos da violência da grande cidade".

A história de Adão é muito parecida com a dos demais 100 mil trabalhadores sem terra de São Paulo. Morador da Zona Leste, ele devia três meses de aluguel de um quarto e banheiro, pelos quais pagava Cr\$ 80,00 por mês, além dos quatro meses que morara de graça, por oferta da proprietária do imóvel, já que não poderia pagar os Cr\$ 200,00 que ela queria receber.

Adão e sua companheira Ana Maria andaram bastante pela Zona Leste em busca de um novo local para morar, mas o mais em conta custava Cr\$ 2 mil. Um dia, pela televisão, souberam que milhares de trabalhadores estavam invadindo terrenos para construir uma moradia e decidiram fazer o mesmo.

De início invadiram, junto com os quatro filhos e poucos trens, uma área conhecida como Sakai, mas a pressão policial fez com que logo se transferissem para a Vila Lourdes. No alto de um morro, Adão e Ana Maria conseguiram demarcar um lote de 5m x 5m, onde levantaram um barraco para amontoar a família e os pertences. Treze dias depois de sua chegada, atendendo ao aviso de rojões que denunciavam a aproximação da polícia, Adão saiu, pela terceira vez, para ajudar os outros invasores a resistir aos policiais.

Com as mãos para o alto, descalço e de calção, conforme depoimento de vá-

Notícia sobre o assassinato de um trabalhador e vários feridos na repressão à greve dos ferroviários do Rio de Janeiro em abril de 1987.

Notícia sobre o assassinato do pedreiro Adão Manoel da Silva, na cidade de São Paulo, no dia 31 de março de 1987.

Boletim Nacional da CUT, nº 18, janeiro-fevereiro de 1988

Franco Domingos Ramos, assassinado pelo latifúndio

O latifúndio fez mais uma vítima. No dia 5 de fevereiro, por volta das 20 horas, Francisco Domingos Ramos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas e vice-presidente da CUT-Regional Norte (ES), foi assassinado com três tiros, quando voltava da reunião da diretoria do sindicato. Francisco, 26 anos, era meeiro, casado, pai de duas filhas. No ano passado, foi ameaçado de morte por um fazendeiro da União Democrática Ruralista. Na ocasião, parlamentares capixabas exigiram garantia de vida para ele.

Mas vida de trabalhador não tem garantia: na segunda quinzena de janeiro, Francisco foi novamente ameaçado por telefone. Dia 5, as ameaças foram cumpridas. Quando ele dirigia-se para sua casa, a 40km do sindicato, foi baleado covardemente. A moto que utilizava não apresentava qualquer avaria. Não havia sinal de briga. O principal

suspeito é o fazendeiro José Nilson Breda, o mesmo que mandou matar o Benezinho do Pará em 1984.

O corpo de Francisco foi enterrado com as balas, porque a perícia não compareceu ao local. As autoridades (prefeito e delegado) saíram da cidade no dia do crime.

Uma vez mais, estão os trabalhadores na dolorosa situação de enterrar seus líderes e exigir a punição dos mandantes e dos assassinos, certos de que os crimes prosseguirão enquanto não houver medidas concretas que imponham a reforma agrária e ponham fim à impunidade dos latifundiários e de sua milícia armada, a UDR.

Mas a paciência dos trabalhadores do campo tem limite: estão cansados de assistir enterros apenas de seu lado.

Aqui, a homenagem, entristecida, ao companheiro Francisco.



Cartaz

Notícia do assassinato ocorrido em 5 de fevereiro de 1988. O nome correto é Francisco Domingos Ramos.

Volta Redonda. Os fatos pela voz dos trabalhadores. CUT Nacional. São Paulo, dezembro de 1988

CUT

Massacre Irresponsável e Assassinato Covarde em Volta Redonda – RJ

Não existe outra forma para denominar os acontecimentos ocorridos no começo da noite em Volta Redonda. Soldados do exército com tanques e armados de metralhadoras sob a ordem de um general comandado diretamente de Brasília, investiram contra a assembléia de metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional espancando e atirando. Invadiram as instalações da usina em manobra de guerra, espalhando o terror inclusive nos bairros da cidade. Mataram trabalhadores, vários estão feridos a golpes de cassetete e baioneta.

A CUT dirige-se à nação brasileira, em particular aos trabalhadores deste país, que atentem à gravidade dos fatos. Mais do que enfrentar reivindicações sindicais à bala, o governo Sarney ultrajou, com *mano militar*, a Constituição recém aprovada e o pouco de democracia arduamente obtida pela luta do povo.

Nem nos 21 anos de ditadura militar, os generais assentados na presidência da República, as forças de repressão ousaram matar trabalhadores dentro da fábrica.

É inaceitável, sob todos os aspectos, admitir que tamanha monstruosidade fique impune, ou seja, escondida do povo brasileiro.

Para a CUT é inadmissível que o governo, com a conivência dos empresários, trate as reivindicações legítimas dos metalúrgicos da CSN a tiros e com tanques. Repressão que não ocorre só em Volta Redonda, mas também contra os metalúrgicos da Villares de Pindamonhangaba, São Paulo, assim como metroviários de São Paulo, servidores federais, eletricitários e muitos outros.

Os eletricitários de quase todos os Estados estão em greve e o governo em mais uma demonstração de irresponsabilidade, recusa-se a negociar, pondo em risco o fornecimento de energia elétrica para os principais centros urbanos do país.

Há cinco dias das primeiras eleições depois da promulgação do novo texto constitucional, o país vive em clima de grotesca violência e opressão, clara ameaça à expressão da vontade popular.

Além das eleições municipais, onde é inequívoco o avanço dos candidatos comprometidos com os trabalhadores, vivemos no Brasil uma discussão sobre um possível pacto, onde apesar da grandiosa campanha publicitária buscando envolver os trabalhadores, estes na verdade estão sendo violentamente reprimidos nos seus

mais elementares direitos universais.

Os metalúrgicos da CSN, como outras categorias, lutam pela imediata aplicação dos direitos constitucionais e da reposição salarial, diante de uma inflação galopante.

A sociedade brasileira não pode aceitar esses acontecimentos sob pena de não saber onde tal violência vai parar. O que está em jogo é a democracia. Por isso a Executiva Nacional exige:

1. A imediata retirada das tropas do exército de Volta Redonda
2. A imediata instalação de inquérito público, acompanhado de representação da sociedade civil, para apurar os fatos e determinar responsabilidades.
3. O imediato pronunciamento das lideranças dos partidos políticos e do Congresso Nacional no sentido de garantir os direitos constitucionais greve, expressão, locomoção e reunião.
4. A imediata retomada das negociações de todos os trabalhadores em campanha e o atendimento de

Em ponto estratégico, o exército trazia na mira a massa de trabalhadores

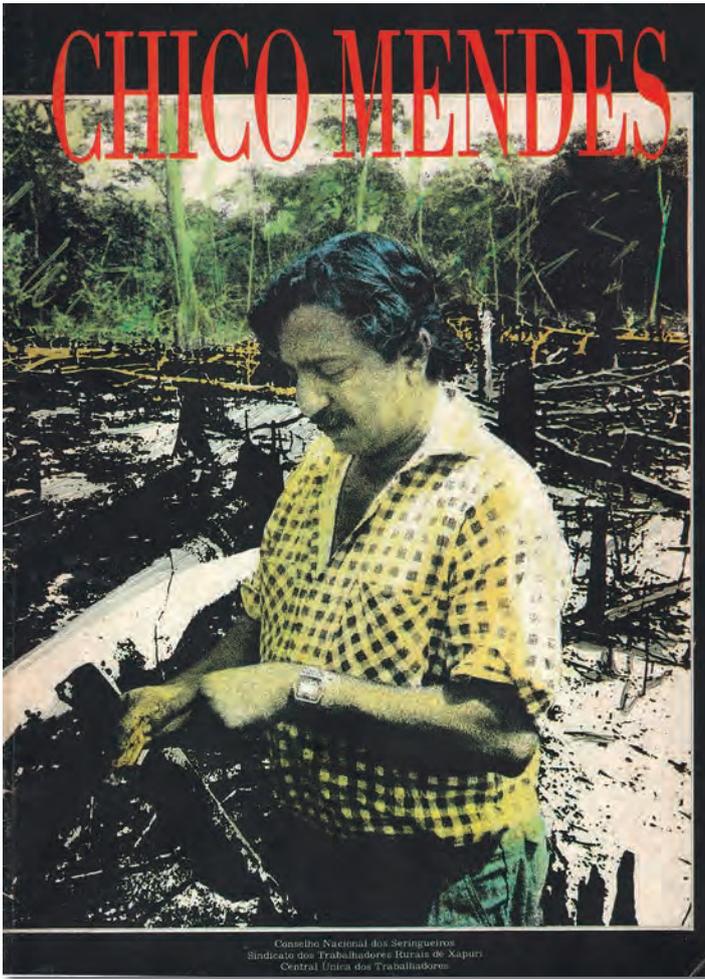
suas justas reivindicações. E conclama:

- 1 - As entidades sindicais de todo país a orientarem todas as categorias para que amanhã os trabalhadores usem tarjas negras e promovam manifestações em cada local de trabalho.
- 2 - Reunião plenária nacional de entidades democráticas, populares, sindicais e partidos políticos para amanhã às 10 horas na sede da OAB do Rio de Janeiro, para a tomada de
- 3 - O apoio e a solidariedade, inclusive material, aos metalúrgicos da CSN e particularmente às famílias dos vitimados pela repressão, como forma de sustentarem os seus direitos democráticos de reivindicação.

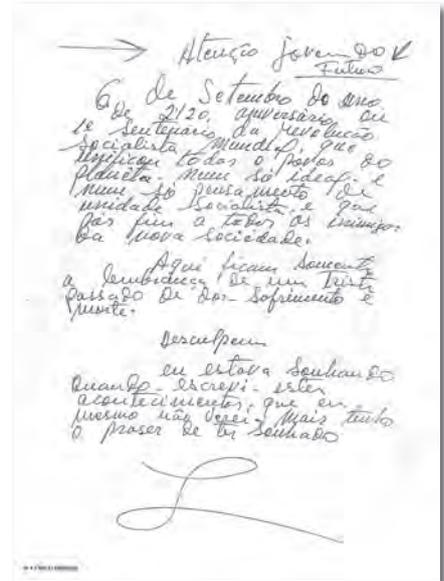
Volta Redonda,
10 de novembro de 1988
Executiva Nacional
da CUT

Nota da Executiva Nacional da CUT sobre o Massacre de Volta Redonda, em novembro de 1988.

Chico Mendes – assassinado em 22 de dezembro de 1988



Revista conta a história de Chico Mendes, suas lutas, propostas e denuncia o assassinato. CUT – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), janeiro de 1989.



Revista Chico Mendes. CUT – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), janeiro de 1989.

Cartaz da 9ª Plenária Nacional da CUT que homenageou o metalúrgico Santo Dias, assassinado em São Paulo, em 1979.



ARTIGOS

uma delas a organização do “Grupo de Trabalho”. Decidiram comprar “mapas do Grande ABC e outros artigos”, talvez aparelhos para espionagem ou, quem sabe, inquérito (e tortura?). Em acréscimo, esses dirigentes civis, militares e policiais entendiam que lhes era necessário uma “comunidade de informações”, a fim de agir de modo entrosado. Suas ações deviam ser articuladas por um Centro de Coordenação localizado em Santo André. Sinteticamente, a ideia era mobilizar recursos humanos e materiais para mapear e neutralizar a presença dos trabalhadores nas fábricas, ainda que fossem frágeis protestos, rápidas paradas ou distribuição de panfletos e boletins. “Estávamos defendendo nossas empresas dos terroristas, da subversão”, contou ao *Globo* Synésio de Oliveira, representante da Constanta. “O esquema era”, ele resumiu sem maiores detalhes, “se houvesse um caso suspeito, comunicávamos à comunidade”. O que a comunidade a seguir fazia não foi revelado.

Muito bem estabelecida no período democrático (1945-1964), a aliança empresarial-policial era uma sólida e estreita parceria que deu origem a um dos mais sinistros fenômenos da História do Brasil. O sádico Boilesen a se deleitar com torturas que voluntariamente presenciava, veículos emprestados à repressão pelos jornais da grande imprensa, donativos de ricos burgueses, a Operação Bandeirantes (Oban), etc. são estrelas fúnebres dessa constelação estendida em rede com uma finalidade de controlar e neutralizar os trabalhadores; com regular brutalidade. É, pois, certo o relatório do GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical ao observar que a aliança empresarial-policial, “estabelecida durante o período anterior, transformou-se em aliança empresarial-policial-militar”. O sufoco vivido pelos trabalhadores foi transformado em guilhotina. Quem levantasse a cabeça seria cortado. Os trabalhadores, contudo, se mantiveram ativos.

Em fevereiro de 1970, ao “sorratamente” avistar-se com um colega policial, um investigador descobriu que havia uma “ronda” próxima ao Sindicato dos

Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Nas imediações, ele notou a presença de colegas de trabalho. Juntou-se a eles ao final da assembleia e rumaram para a delegacia seccional de polícia do ABC. Ele se pergunta, finalizando seu relatório, se o tom moderado dos oradores se devia a uma convicção ou ao “receio de externar seus pensamentos contraditórios à sociedade, de mostrar-se revoltados”, já que isto “acarretaria certas medidas cautelosas por parte da polícia”.

As medidas a serem tomadas tinham uma tarefa a cumprir e uma História para lembrar. Em réplica da Delegacia de Polícia de São Bernardo a questionário do Dops, a missão era salvaguardar o dito milagre econômico, verdadeiro inferno nas fábricas, ruas e bairros operários. Não por acaso, indicaram que o município estava “em franco progresso, mercê especialmente da atuação das indústrias automobilísticas”. E a História então lembrada foi a anterior ao Golpe de 64. “Antes do período revolucionário o município foi alvo de diversas agitações, especialmente ligadas aos trabalhadores das indústrias”, apontaram. “As greves passaram a ser mais ou menos freqüentes”. Em contraste, após o Golpe de 64 sobreveio “um período de calma”, com sindicatos sob intervenção do Ministério do Trabalho, arrocho salarial, recessão da economia, fim da lei da estabilidade no emprego e rotatividade, nova lei de greve e demissões em massa.

Resposta parecida deu, em 15 de agosto de 1969, um grupo de executivos representantes de sete companhias estadunidenses atuantes no Brasil. Em atendimento a uma consulta do cônsul dos EUA, eles classificaram como “dóceis” os sindicatos brasileiros. A fim de melhorar a troca de informações sobre “segurança industrial”, manifestaram todos uma “considerável” disposição em aperfeiçoar a comunicação. “Sabotagens terroristas” – e não campanhas sindicais ou leis trabalhistas – eram o que preocupava esses homens de negócio. No entanto, o que foi chamado de sabotagem terrorista podia ser manifestação de protesto contra o arrocho salarial, um dissídio dire-

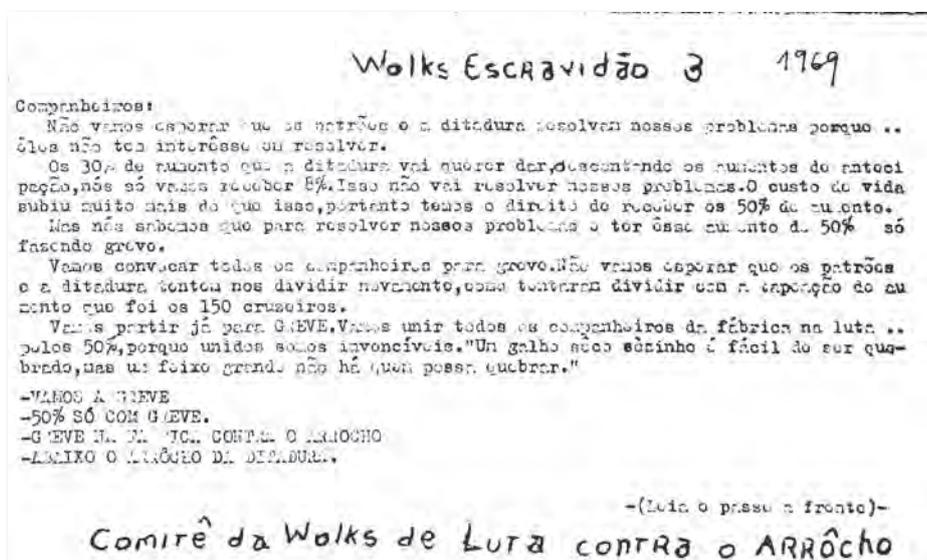
tamente exercido pelos trabalhadores. Além disso, é bom que se diga que boa parte dessa opinião sobre a docilidade dos sindicatos se devia tanto à repressão estatal quanto a uma certa relutância (ou esnobismo) em admitir que os trabalhadores eram um assunto digno de ser considerado por gente tão relevante. Não era de bom tom prestar atenção em operários e seus representantes ignorantes e iletrados. Todavia, Leigh Payne encontrou indícios de que Ford, Mercedes-Benz, General Electric, Siemens e Nestlé foram contribuintes da Oban.

Embora minúsculo, um mosquito encontrado nos banheiros da Ford-Willys em 14 de outubro de 1970 foi recolhido e arquivado. Nele se lê uma exortação aos “companheiros”. “Uma comissão levará ao conhecimento do governo federal e do sindicato” a ocorrência de demissões, “solicitando medidas severas para o caso”. Sóbrio e cauteloso, o mosquito avoa com um simples “avante”. Não muito distante da fábrica da Ford de São Bernardo, a Seccional de Polícia envia ao Dops lista de empregados da Chrysler pedindo informações sobre seus antecedentes. O Dops, em contrapartida, gostaria de ter maiores esclarecimentos acerca de distribuição do boletim O Ferramenta, na Volkswagen, distribuído quando saiu da linha de montagem o milionésimo veículo. Nada negligente, a

Seccional endereçou ao Dops a lista de admitidos no Serviço de Segurança Industrial da poderosa firma alemã. Todo cuidado era pouco.

Nem tudo se tratava de intercâmbio entre colegas da comunidade de informações. Admitido na fábrica de São Paulo da Volkswagen Ipiranga em fevereiro de 1970, Waldemar Rossi foi demitido em 12 de outubro. O serviço de segurança particular da Volks soube que ele havia defendido a proposta de operação tartaruga em assembleia da categoria metalúrgica paulistana, para pressionar os patrões a melhorarem os salários. Na ficha fornecida pela empresa à Delegacia Seccional de Polícia do ABC (repassada em seguida ao Dops), não consta sua profissão mas está registrada sua candidatura pela Oposição Sindical Metalúrgica.

Em maio de 1971, o boletim Venceremos declara que o Dia do Trabalhador seria de luto, por causa das então recentes mortes de Virgílio Gomes da Silva, Devanir José de Carvalho, Raimundo Eduardo da Silva e Olavo Hansen. Todos os quatro haviam sido empregados em fábricas de São Paulo e do ABC. E também haviam militados no movimento operário e sindical. Nascido em Santa Cruz (RN) em 1933, Virgílio era um migrante nato. Ainda criança mudou-se com a família para o Pará, onde o pai se empregou no seringal Fordlândia, fazenda de borracha de Henry Ford. Em



Boletim dos operários metalúrgicos da Volkswagen - São Bernardo do Campo, 1969. Acervo: Coleção Celso Frederico

São Paulo, trabalhou na Nitroquímica. Com o nome de Jonas, era, ao falecer, dirigente militar da Ação Libertadora Nacional. Mineiro de Muriaé, nascido em 1943, Devanir chegou ao ABC com a família e, nos anos 1950, se tornou metalúrgico do ABC. Abatido a tiros de metralhadora, foi recolhido e entregue ao delegado Fleury. Chegado ao mundo em 1948, Raimundo veio de Formiga, interior de Minas, para Mauá no grande ABC. Atuou no Jardim Zaíra e foi operário em fábrica. Esfaqueado numa briga, foi retirado do hospital e conduzido ao DOI-Codi, onde foi torturado. Olavo era paulistano (1937) e tinha instrução, sendo abnegado ativista da maior categoria metalúrgica do Brasil, a de São Paulo capital. Capturado numa panfletagem comemorativa do Primeiro de Maio de 1970, viveu o inferno nos presídios até ser levado ao Dops, onde, torturado, não resistiu. Hipocritamente, toda a dedicação de interesse nos trabalhadores e de levantar e arquivar minuciosas informações sobre eles sumiam na hora de providenciar detalhes sobre o que lhes aconteceu, quais eram os seus paradeiros e porque foram desrespeitados em seus direitos mais básicos de cidadania e humanidade, nas dependências de instituições da República: polícia, casa de detenção, justiça, hospital e cemitério.

Como foi dito, os trabalhadores, mesmo assim, não arredavam o pé. Sebastião Ornaci Sabóia, funileiro, depois de admitir, no Setor de Segurança Industrial, haver “danificado dolosamente, e com o propósito de atrasar a produção, máquinas” de seu setor foi dispensado pela Volkswagen. Perante o delegado, instaurado inquérito, “negou a imputação a ele feita”. Sendo a Volks constantemente denunciada como um campo de concentração nazista, dá para entender porque Sebastião confessou seus atos na fábrica e os negou na polícia.

Em 1974, uma paralisação na General Motors nos faz ver outra vez a aliança empresarial-policial. No arquivo, dos dois documentos sobre ela, um é da polícia e outro, da própria firma, o que é indício de ação combinada. Logo foi visto ser a iniciativa “absolutamente

pacífica”, sem “agitação”. Em conversa com os empregados, estes retrucaram “nada ter com sindicato, sendo a atitude do próprio grupo”, que estava “sofrendo muito” com o “pouco dinheiro”. O representante da firma declarou, então, ter exigido “que voltassem ao trabalho para dialogar com os representantes”, prometendo “‘estudar’ os problemas”. Pediu também que os funcionários procurassem a chefia “ao invés de parar”. Esse era o caminho: o do diálogo. Parecia. Mas acionaram os feitores ao mesmo tempo. Um aviso deixou claro para os chefes que “todos os empregados” deviam ficar “cientes” da ilegalidade das paralisações (e que “tais fatos” não podiam “mais ocorrer”). Esse era o limite, bem apertado, que a confissão do representante patronal indica: “temos, até certo ponto, um compromisso de dar uma resposta às reivindicações”.

É difícil saber se o compromisso foi honrado, isto é, se alguma resposta foi dada, sim ou não, se foi boa ou não, para os trabalhadores. Na verdade, restabelecida a normalidade daqueles dias, é provável ter sido desfeito o compromisso de dar satisfação aos trabalhadores. Talvez por isso, no mês seguinte, os ferramenteiros da Volks largaram o serviço às 5 da manhã, quando deviam fazê-lo às 6, cancelando também suas horas extras. Aqueles que renderam os colegas chegaram na hora habitual mas só pegaram no serviço entre 7 e 7:30 – e isto porque seus chefes e elementos do Departamento de Pessoal pressionaram. Em contato com o Setor de Segurança Industrial da Volkswagen, a polícia se inteirou de detalhes. “A paralisação em tela vem de ser feita no sentido de coagir a indústria a efetuar reposição salarial”. Tendo sido um “movimento organizado, sem alardes nem distúrbios”, não se proporcionava “ao observador a oportunidade de vislumbrar possível liderança”. Ainda mais, parecia ser uma articulação tecida também por fora das fábricas, havendo “uma orientação única e já pré-estabelecida no que diz respeito à firma, setor, hora, dia e turno de serviço”. Os trabalhadores pareciam ter um “escalonamento”. Era “voz corrente” que a paralisação seguinte seria na Ford do Brasil. Aqui, o que claramente se vê é

a capacidade dos metalúrgicos de se organizarem após duríssimas derrotas. Entre 1968 e 1978, as lutas de 1973 e 1974 não podem ser esquecidas.

Inúmeras características biográficas dos trabalhadores e das trabalhadoras do ABC refletem a experiência da classe operária no Brasil. A ancestralidade indígena e africana, e também a europeia ou asiática, a origem rural ou o bairro operário citadino, os laços familiares e as estratégias para lidar com uma vida inteira (educação e saúde, trabalho e aposentadoria), casa própria, casa de aluguel ou para alugar, religião e festa, namoro ou amizade,

casamento e separações, filhos e velhos, etc. têm enorme peso em suas vidas. Para lidarem com tudo isso, animam uma cultura operária que vibra e repercute a loquacidade da fala, a argúcia da atitude, a inteligência da emoção e a força da prática. Sua presença amistosa e risonha também pode ser imponente e circunspecta, ou inclusive constrangedora. Este é o arsenal que a gente a mais comum, nos lugares os mais ermos, mas com astúcia em defesa de sua dignidade, construiu para derrubar a ditadura e construir a democracia. Que a verdade seja dita e conhecida.

Referências bibliográficas

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

FARIA, Hamilton, A Experiência Operária nos Anos de Resistência. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário. São Paulo, dissertação de mestrado em Ciências Sociais (PUC), 1986.

FREDERICO, Celso (org.), A Esquerda e o Movimento Operário, 1964/1984. Vol. 1-3. São Paulo, Novos Rumos, 1987.

NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de Montagem. O Industrialismo Nacional-Desenvolvimentista e a Sindicalização dos Trabalhadores. São Paulo, Boitempo, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi, "Servir ao Povo de Todo o Coração: Mulheres Militantes e Mulheres Operárias no ABC na década de 1970". In: Cecília MacDowell Santos; Edson Teles; Janaína de A. Teles (org.), Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2009.

PAYNE, Leigh, Brazilian Industrialists and Democratic Change. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1994.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SOUZA-LOBO, Elisabeth, A classe operária tem dois sexos. São Paulo, Brasiliense, 1992.

As violações econômicas e sociais durante a ditadura militar (1964-1985): a questão salarial

*Leandro Horie¹
Adriana Marcolino²
Rafael Soares Serrao³*

Introdução

O golpe militar e a posterior implementação de um regime ditatorial no Brasil durante 21 anos (1964-1985) causaram problemas políticos e sociais de diversas ordens, em especial no mercado de trabalho, com impactos negativos que se cristalizaram na construção de uma sociedade com alta desigualdade de renda.

Mesmo dentro do chamado “anos dourados” do capitalismo (1945-1973), período marcado por um grande crescimento econômico em todas as economias de mercado e no qual o Brasil foi um dos destaques, este não permitiu a viabilização de uma sociedade mais igualitária. Muito pelo contrário, a deterioração da distribuição de renda do país no período teve influência direta da adoção por parte do governo militar de políticas trabalhistas que promoveram um “achatamento” salarial, tanto por políticas de reajuste que corroíam os valores diante da crescente inflação como pela suspensão do direito de greve e intervenção do governo nos sindicatos, retirando importante fator de contestação.

Mercado de trabalho, Salário e o Regime Militar

O mercado de trabalho brasileiro, no início da década de 1960, era caracterizado por um considerável contingente de trabalhadores rurais, mas que viam o crescimento cada vez maior das chamadas “ocupações urbanas”, compreendendo aqui tanto as ligadas ao já grande parque industrial brasileiro como aquelas derivadas dos serviços, tanto público como privados, fruto do crescimento acelerado da população urbana

ocasionado pela industrialização. Esta dinâmica proporcionou crescente poder aos sindicatos de trabalhadores, que inclusive foi apontado pelo governo do regime militar como “fonte de instabilidade” política.

Após o Golpe de 1964, a ascensão dos militares ao poder significou mudança sobre a forma que era visto o mercado de trabalho, sob os aspectos salariais, de relações de trabalho, além do poder sindical. As principais modificações promovidas pelo golpe militar nas relações de trabalho foram:

- Intervenção do governo militar nos sindicatos: 536 entidades entre 1964 e 1970 (Figueiredo (1978));
- Fim do direito de greve (Lei nº 4.330/64);
- Parcelamento do 13º salário (Lei nº 4.749/65);
- Possibilidade de redução salarial com redução de jornada de trabalho (Lei nº 4.923/65);
- Fim da garantia de estabilidade aos trabalhadores após 10 anos de trabalho na mesma empresa e substituição pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estimulando o aumento da rotatividade já que trocava estabilidade pelo pagamento de uma indenização (Lei nº 5.107/66);
- Política salarial: negociação coletiva substituída por uma regra que contemplava uma revisão anual com base no salário médio dos últimos 24 meses, somado a um “resíduo” inflacionário projetado para os próximos 12 meses e um indicador de produtividade do ano anterior. Instituiu o Conselho Nacional de Política Salarial, que teria papel de administração desta política salarial, que contemplaria todos os salários e não somente o salário mínimo (incluindo também o setor privado).

Quando o governo militar optou por esse modelo de revisão salarial, partia-se do diagnóstico de que

¹ Economista e Técnico do DIEESE

² Socióloga e Técnica do DIEESE

³ Sociólogo e Técnico do DIEESE

a inflação no início dos anos de 1960 tinha como causas principais além dos déficits fiscais e expansão acentuada do crédito, o crescimento de salários acima do aumento da produtividade, que na visão dos militares era forte componente inflacionário. Portanto, dentre as várias medidas de política econômica realizadas no início do governo militar, a contenção salarial era parte fundamental. Além da inflação, havia a óbvia questão de que salários baixos era parte de uma estratégia de crescimento da economia brasileira, em especial na contenção de custos, no qual os empresários foram os principais beneficiados, tendo por isso apoiado em peso o golpe militar.

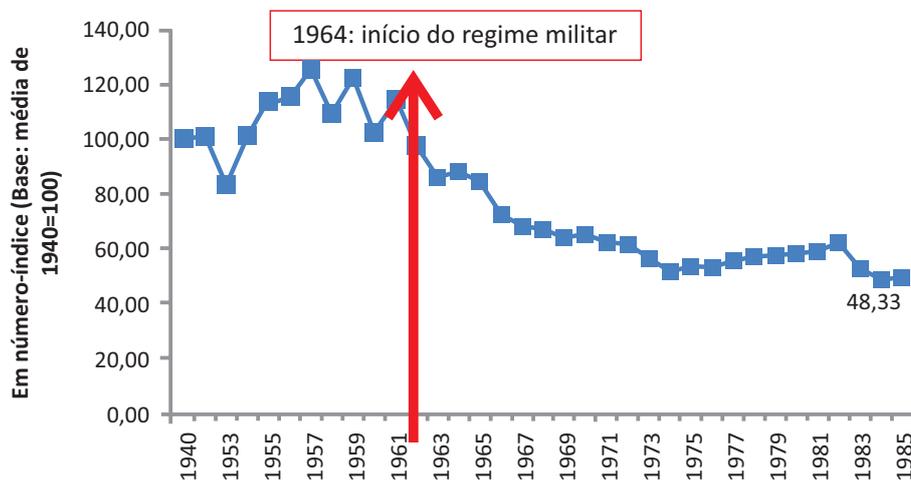
Política do “Arrocho” Salarial: 1964 a 1978

A combinação da política salarial implementada pelos militares, com controle de reajustes e fim da estabilidade e do direito de greve, com o forte fluxo migratório do campo para cidade ocorrido no período, possibilitou a criação de um “excedente” de mão de obra que mesmo o forte crescimento econômico

não permitiu absorver em sua totalidade. Além de auxiliar sobremaneira à contenção dos salários de base (os menores), ainda gerou forte problema social: com o grande fluxo migratório, a infraestrutura social existente nos centros urbanos era insuficiente para a crescente população destes locais, resultando em crescente saturação dos sistemas de saúde, educação, habitação e saneamento básico, com piora nas condições sociais.

Quando se observa os impactos nos salários da combinação de excesso de mão de obra nas cidades e correção “tutelada” pelos militares, ficam evidentes as perdas decorrentes. Considerando primeiramente os valores reais do salário mínimo, tendo como base a média de 1940 (ano de sua implementação), observa-se clara trajetória declinante de seu valor real após a implementação do regime militar, com queda considerável no período após 1966 e atingindo seu menor valor em 1984 (último ano do controle militar no país): neste ano, em termos reais, o salário mínimo valia menos da metade de seu valor original⁴.

GRÁFICO 1
Salário mínimo: médias anuais reais – município de São Paulo
(não inclui o 13º salário), em R\$ de abril de 2015 (Deflator: ICV-DIEESE)



Fonte: DIEESE. Elaboração própria

⁴ Até 1983 existiram vários salários mínimos, que tinham valores diferenciados conforme região do país. Quando foi instituído, eram 14 salários mínimos diferentes, chegando a 38 valores distintos em 1963. Em 1974 foram reduzidos a apenas cinco, caindo para três salários mínimos regionais em 1983. Em maio de 1984 o valor foi unificado, passando para Salário Mínimo Nacional, situação que permanece até hoje. Não obstante os salários diferentes, o gráfico 1 considerou o município de São Paulo.

No caso da aplicação das políticas salariais envolvendo categorias que não tinham o salário mínimo como referência, da mesma forma há uma crescente perda salarial, pela subestimação tanto dos indicadores de inflação (na época o Índice de Custo de Vida da FGV) como dos índices de produtividade. Analisando dados de 1965 até 1974/75, há uma evidente defasagem, já que no caso da inflação, por exemplo, o resíduo inflacionário oficial nunca passou de 15% no período, e a inflação sempre foi superior a este indicador, sendo fundamental a intervenção do DIEESE no início da década de 1970 ao denunciar manipulação dos índices de inflação (especialmente entre

1970 a 1973, neste com a diferença sendo mais que o dobro). E no caso da produtividade, considerando a variação do PIB per capita (uma medida de produtividade agregada da economia), seu crescimento foi muito superior ao índice de produtividade para critérios de reajuste. Ou seja, a política salarial previa (no discurso) correção pela inflação e que somente ocorresse ganhos reais com o aumento da produtividade, não ocorrendo, na prática, nem uma coisa nem outra, como pode ser observado nos dados abaixo. As perdas nos salários reais das categorias selecionadas variam entre 26% a 42%, como no caso dos bancários do Rio de Janeiro.

TABELA 1
Índices de Salário Real de algumas categorias que tinham reajustes no 2º semestre do ano
(Base: 1964=100)

Período	CATEGORIAS				
	Metalúrgicos (SP)	Bancários (SP)	Bancários (RJ)	Telegráficos (SP)	Comerciários (SP)
1964	100	100	100	100	100
1965	88	87	86	90	87
1966	75	73	67	72	73
1967	74	71	62	70	73
1968	89	74	61	69	75
1969	77	75	62	71	76
1970	82	79	65	75	82
1971	81	78	64	74	80
1972	79	77	64	72	79
1973	72	71	59	65	72
1974	74	73	58	63	73

Fonte: “Dez anos de política salarial”, DIEESE, 1975. Elaboração própria

A “abertura política” e a nova política salarial do regime militar: 1979-1985

O contexto no qual foi implementada a nova política do regime militar em 1979 era o de crescentes greves nas principais regiões urbanas do país, todas em oposição aos crescentes problemas decorrentes da política salarial, principalmente relacionados à

defasagem das correções que promovia constantes perdas. Com isso, o governo criou a lei nº 6.708/79, com sua nova política salarial, tendo como destaques principais:

1. Diminuição do tempo de reajuste de 12 para 6 meses;

2. Criação de um novo índice de preço para referenciar os reajustes, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE;
 3. Retorno das negociações entre patrões e empregados (uma vez ao ano), para determinação do reajuste real dos salários, ou seja, da taxa de produtividade;
 4. Recuperação do poder normativo da justiça do trabalho;
- Um aspecto importante desta nova política foi

que, a título de “recuperação das perdas”, para os salários equivalentes até 3 salários mínimos houve uma tentativa de recomposição da inflação nos dois primeiros anos de forma diferenciada. Era uma tentativa de realizar uma redistribuição salarial, mas que, conforme veremos posteriormente, teve pouco efeito prático, já decorrente da deterioração acelerada da economia brasileira na primeira metade da década de 1980 e a permanência da situação institucional.

TABELA 2
Percentuais de incidência dos reajustes semestrais por faixas salariais segundo as diversas legislações salariais - 1979/1984

Faixas salariais	Lei nº 6708 (novembro de 1979)	Lei nº 6886 (dezembro de 1980)	D.L. nº 2012 (fevereiro de 1983)	D.L. nº 2024 (junho de 1983)	D.L. nº 2045 (agosto de 1983)	D.L. nº 2065 (novembro de 1983)	Lei nº 7238 (novembro de 1984)
Até 3 SM	110% do INPC	110% do INPC	100% do INPC	100% do INPC	80% do INPC	100% do INPC	100% do INPC
De 3 a 7 SM	100%	100%	95%	100%	80%	80%	80%
De 7 a 10 SM	100%	100%	80%	80%	80%	60%	80%
De 10 a 15 SM	80%	80%	80%	80%	80%	60%	80%
De 15 a 20 SM	80%	50%	50%	50%	80%	50%	80%
Mais de 20 SM	80%	Negociação	Negociação	Negociação	80%	50%	80%

OBS: SM - Maior salário mínimo do país
Fonte: Saboia (1985), pág. 42.

Conjugado a esta constante perda salarial embutida na correção dos índices de inflação, com perdas reais para aqueles com salário acima de 3 SM's, ainda a discussão sobre a produtividade nos mostra outro problema: que apesar do retorno da negociação, a péssima situação econômica do país aliada à exis-

tência de um constrangimento a atividade sindical pelos militares impediu ganhos reais nos salários. No período de 1979 a 1984, na média, houve uma regressão salarial, decorrente de perdas inflacionárias e mesmo que a produtividade tenha se mantido estável, já que não houve repasse aos salários.



Cartaz
Acervo: CEDOC CUT

TABELA 3
Evolução dos salários e da produtividade, 1979 a 1984 (base: 1970: 100)

Ano	Salário médio real	Produtividade
1979	142	165
1980	137	176
1981	133	171
1982	152	169
1983	134	159
1984	128	162

Fonte: Extraído de Barbosa e Moreira (2003), pág. 58

Problema da distribuição de renda

Um dos principais problemas da política salarial dos militares foi ter feito o que é conhecido como “abertura do leque salarial”. Basicamente isto significa aumento das diferenciações salariais entre os menores e os maiores rendimentos, fruto de condições diferentes de negociação. Por exemplo, enquanto os operários de uma fábrica tinham seus percentuais de reajuste definidos pelo governo, funções de direção, gerência e de cargos de nível superior tinham este reajuste como base, mas também possuíam outros canais de negociação salarial direta, que incluía tanto participação nos lucros como reajustes por metas e

demais possibilidades de rendas variáveis, inacessíveis à maioria dos trabalhadores. Com isso, cresceu substancialmente as diferenças salariais entre os trabalhadores de base (os menores salários) e os cargos mais altos, fazendo com que enquanto os primeiros acumulassem seguidas perdas reais, as ocupações de maiores salários ganhassem cada vez, piorando a distribuição de renda. Nos dados da Tabela 4, no período de 1964 a 1985, enquanto os salários de diretores cresceram 175% e de gerentes 83%, o salário mínimo caiu 43% e de operários não qualificados cresceu apenas 38%.

TABELA 4
Evolução dos salários na indústria e do PIB per capita (produtividade), 1964/1985, variações percentuais

	1964/1967	1967/1974	1974/1979	1979/1982	1982/1985	1964-1979	1979-1985	1964-1985
Diretores	37	85	29	-26	14	227	-16	175
Gerentes	14	82	32	-20	-17	177	-34	83
Chefes de produção	15	82	39	-17	-29	191	-41	72
Chefes administrativos	34	46	27	-7	-22	148	-27	81
Técnicos	24	59	7	8	-28	111	-22	65
Trab. Escritório	14	5	31	12	-24	57	-15	33
Oper. Qualificados	1	58	26	7	-15	101	-9	83
Oper. Semiquualificados	9	16	38	11	-12	76	-2	72
Oper. Não qualificados	5	6	38	18	-24	53	-10	38
Salário Mínimo	-22	-25	13	8	-19	-34	-13	-43
PIB per capita	3	72	21	-1	4	114	2	118

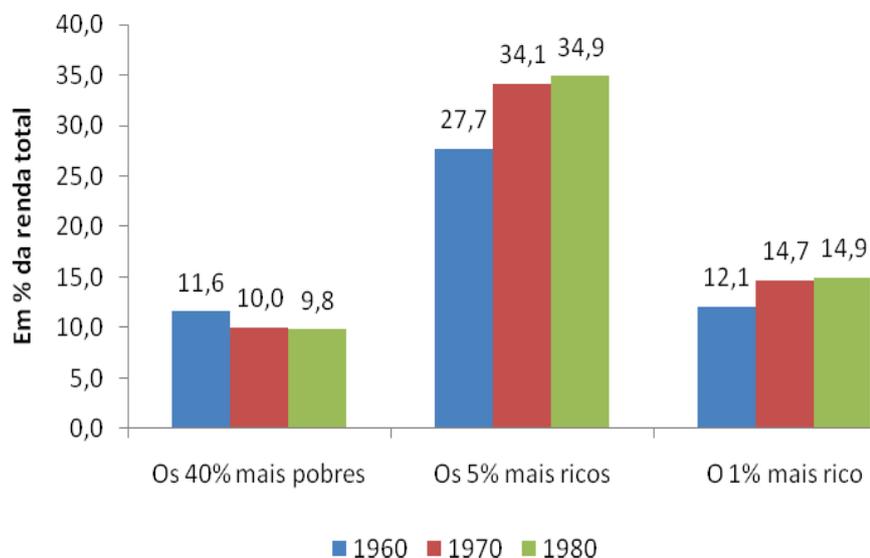
Fonte: Extraído de Saboia (2000), pág. 182.

Analisando os dados referentes aos censos de 1960, 1970 e 1980, o crescimento da concentração de renda fica evidente: enquanto a população 1% mais rica do país aumentou sua participação na riqueza nacional de 12,1% para quase 15%, e os 5% mais ricos viram sua participação crescer de 27,7% para quase 35%, os

40% mais pobres da população do país viu sua fatia na economia se reduzir de 11,6% para menos de 10% em 1980. Ou seja, enquanto houve aumento considerável na renda dos mais ricos (em especial no 1% mais privilegiado da população), a parcela mais pobre do país em 1960 viu sua participação cair ainda mais até 1980.

GRÁFICO 2

Distribuição da renda dos ocupados (as) no Brasil segundo estratos de renda, 1960, 1970 e 1980, em % da renda total



Fonte: Elaboração própria através de dados de LANGONI, C.G. "Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil". Expressão e Cultura, RJ, 1973 para 1960 e demais anos: FIBGE (Censos).

Conclusões

O objetivo deste texto foi demonstrar quais efeitos tiveram as políticas salariais implementadas pelo regime autoritário no Brasil, no período entre 1964 e 1985. E conforme pode ser observado, os efeitos foram os piores possíveis.

Ao controlar os índices de reajuste salariais, acabando com a liberdade sindical e negociação coletiva, o governo militar adotou um discurso de promover aumentos reais nos salários da economia somente em caso de ganhos de produtividade, já que apontava que o aumento da renda auferida pelos trabalhadores/as

estavam pressionando os índices inflacionários. Porém, ao adotar durante muitos anos subestimação/manipulação de índices de inflação e de produtividade, o que o governo militar fez foi comprimir todos os salários da economia, mesmo em um contexto de crescimento econômico e do emprego no mundo e no país.

No entanto, devido às diferentes possibilidades de negociação dos cargos de maiores salários, esta permanente redução dos valores reais dos menores salários da economia ocorreu concomitantemente com o aumento expressivo de salários de cargos de chefia,

criando uma elite salarial no país que resultou, no período de 21 anos dos militares do poder, em uma piora acentuada da distribuição de renda do país, tornando a brasileira uma das piores no mundo. Nem mesmo a tentativa de compensar esses problemas no governo Figueiredo causou efeito substancial no processo.

Portanto, do ponto de vista salarial a política im-

plementada pelo regime militar foi prejudicial a quase todos os trabalhadores, excetuando-se uma elite salarial. E também mostrou que mesmo em um cenário de crescimento econômico, caso não haja uma política de desenvolvimento inclusiva, que contemple a todos e não seja excludente, o resultado final em termos de desenvolvimento social pode ser o pior possível.

Referências bibliográficas

BARBOSA, G. G., MOREIRA, I. T. Política salarial e repartição da renda no período de 1964/2000: um reexame do caso brasileiro. Revista da ABET, nº 2, julho/dezembro de 2003.

DIEESE. Dez Anos de Política Salarial. São Paulo, Agosto de 1975.

FIGUEIREDO, A. "Intervenções sindicais e o 'novo sindicalismo'". Dados, nº 17, 1978, pp 135 - 155.

HENRIQUE, W. O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil. Campinas, Tese de Doutorado (orientador Prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello), IE-UNICAMP, 1999.

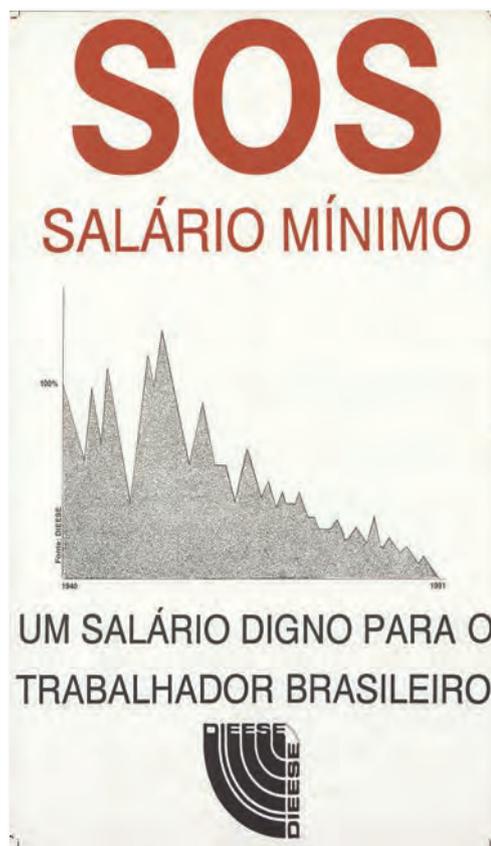
HORIE, L. Política econômica, dinâmica setorial e a questão ocupacional no Brasil. Dissertação de mestrado (orientador Prof. Dr. Waldir José de Quadros). Campinas, IE-UNICAMP, 2012

MAGALHÃES, F. O "Milagre Econômico" Brasileiro. Debates Econômicos, Centro de Estudos de Ciências Econômicas / DAECA, nº 14, 1971.

SABÓIA, J. Política Salarial e Distribuição de Renda: 25 Anos de Desencontros. In: CAMARGO, J. M. & GAMBIAZI, F. (Orgs.). Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2000.

TAVARES, M. da C., ASSIS, J. C. de. O grande salto para o caos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

Cartaz do Dieese de 1991 denuncia a desvalorização do salário-mínimo ao longo dos anos, mostrando uma queda acentuada durante a ditadura militar. Acervo: CEDOC CUT



Os trabalhadores do campo e a repressão nos anos de ditadura militar

Leonilde Servolo de Medeiros¹

Na literatura sobre o golpe militar pouco se fala sobre a repressão no campo. Ela foi violenta e atingiu tanto as organizações pré existentes e suas lideranças, como os trabalhadores que viviam nos locais de conflito. Tratava-se de barrar a emergência de um ator político que, por meio de suas lutas, impunha o debate de questões centrais para os projetos de desenvolvimento em disputa no período que antecedeu o golpe.

A emergência do campesinato como ator político

A década de 1950 e o início da de 1960 foram marcadas pela emergência dos trabalhadores do campo como atores políticos. Lutas por terra ocorreram ao longo da história do país desde o início da colonização, mas tratava-se de lutas localizadas e pontuais, embora recorrentes. Casos como os de Canudos e Contestado, que ficaram mais conhecidos por ter inclusive ensejado intervenção militar e repressão inaudita, foram episódios de uma conflituabilidade disseminada no campo.

A novidade dos anos que se seguem à II Guerra Mundial foi o início da articulação de lutas esparsas, a constituição de uma linguagem e de bandeiras comuns (reforma agrária, direitos trabalhistas e direito à sindicalização), a emergência das demandas camponesas nos espaços públicos, num momento em que se acirrava o debate em torno de projetos de desenvolvimento para o Brasil. Esses debates convergiam na crítica ao latifúndio, símbolo do atraso e da opressão no campo.

Memórias de militantes como Gregório Bezerra,

José Pureza, Bráulio Rodrigues da Silva, Irineu Luis de Moraes, Lyndolpho Silva, entre outros, fornecem preciosas indicações desses momentos iniciais de organização camponesa, das dificuldades encontradas, do esforço para chegar a uma linguagem comum. Nesse processo, realizaram-se os primeiros encontros de caráter local, estadual ou mesmo nacional e constituiu-se o campesinato como ator político, agregando diferentes segmentos de trabalhadores do campo. Eram posseiros, que viam a terra onde viviam ser reivindicada por proprietários ou pretensos proprietários (grileiros); foreiros, rendeiros, meeiros, termos utilizados para designar os que pagavam uma renda para usar a terra de fazendeiros; moradores e colonos, que trabalhavam nas grandes fazendas de cultivo de cana ou café, nelas moravam e tinham um pequeno lote para plantar alimentos para si e sua família.

No início dos anos 1960 já era possível falar num movimento camponês, recortado por diferentes orientações políticas de grupos que disputavam a condução das lutas, quer no plano nacional, quer no local: Partido Comunista; Ligas Camponesas, dirigidas pelo deputado socialista pernambucano, Francisco Julião; Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), realizando acampamentos no Rio Grande do Sul, para demandar terra, com apoio do então governador do estado, Leonel Brizola; Igreja Católica que, reconhecendo as condições de opressão que vigoravam no campo, envolveu-se na organização dos trabalhadores, para se contrapor ao “avanço do comunismo”, por meio das Frentes Agrárias (Sul do país), Círculos Operários (São Paulo, Rio de Janeiro), dos Serviços de Orientação ou da Assistência Rural (Nordeste), além de jovens católicos radicais, ligados à Ação Popular. Com diferenças

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq e da Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado).

de concepções sobre formas de ação e direção das lutas, produziram-se algumas convergências, fundadas na identificação e denúncia da situação de miséria e exploração em que viviam os camponeses.

O Congresso Camponês de Belo Horizonte, realizado em novembro de 1961, foi um momento marcante do reconhecimento político do campesinato e de suas demandas. Logo depois, em 1962, foi regulamentado o direito à sindicalização dos trabalhadores do campo e, em 1963, aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia a eles os mesmos direitos que os urbanos haviam conquistado havia mais de 20 anos. No entanto, no que diz respeito à reforma agrária, tema central das demandas camponesas, centenas de projetos foram apresentados e discutidos no Congresso Nacional, mas sem aprovação.

No que se refere à dinâmica das lutas, os anos que precederam o golpe foram marcados por ocupações de terra em alguns estados, radicalização das lutas dos posseiros e aumento do número de greves de trabalhadores de fazenda.

Ao mesmo tempo, as organizações patronais se fortaleciam e também passaram a falar em reforma agrária, dando-lhe um outro enquadramento. Para essas entidades, ela significava a modernização tecnológica do campo, criação de mecanismos de apoio aos produtores rurais com crédito facilitado e assistência técnica.

O golpe militar e o campo

O golpe militar, em relação ao campo, atuou em pelo menos duas frentes: as áreas de conflito e organizações dos trabalhadores por um lado, e busca de equacionamento da questão fundiária, por outro.

No que diz respeito aos trabalhadores, onde havia mobilização, a resposta foi a violência, seja pelos militares, seja pela tolerância e omissão em relação à ação dos proprietários de terra, por meio de seus jagunços. Nas áreas de conflito, casas de trabalhadores foram revistadas e reviradas, mulheres e crianças ameaçadas, difundindo o silêncio e

o medo. Lideranças foram presas. Algumas conseguiram escapar, mas não puderam voltar aos seus locais, porque isso significaria cair nas mãos da repressão.

De imediato, houve intervenção na recém constituída Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e em algumas federações mais ativas, sendo nomeados como interventores elementos ligados aos Círculos Operários ou ao trabalho anterior da Igreja (é o caso de Pernambuco e Rio de Janeiro, por exemplo). No entanto, não se pode tratar de forma simplista a oposição entre comunistas e Igreja, uma vez que muitos quadros ligados à Igreja estavam envolvidos no incentivo à organização dos trabalhadores do campo e na disseminação da importância da luta por direitos. Ou seja, defendiam a urgência do combate às formas de opressão que caracterizavam a dominação vigente nas áreas rurais, em especial nas grandes fazendas, como caminho para afastar os trabalhadores do comunismo.

No que diz respeito ao equacionamento da questão fundiária, o governo militar, logo após o golpe, encaminhou uma emenda constitucional que possibilitava que as desapropriações de terra por interesse social para fins de reforma agrária fossem feitas mediante pagamento da terra em títulos da dívida pública e não mais em dinheiro, como previa a Constituição de 1946. Também foi aprovado o Estatuto da Terra, lei que previa a intervenção sobre as áreas de conflitos por meio da desapropriação e também contemplava várias medidas de estímulo a um novo padrão de agricultura (apoio ao cooperativismo; assistência técnica; mecanização agrícola; assistência financeira e creditícia, apoio à comercialização, ao beneficiamento e industrialização de produtos agrícolas; eletrificação rural; seguro agrícola, criação de infraestrutura).

Ao longo dos anos 1970, raras desapropriações foram feitas, mas houve uma mudança substancial nas relações de produção no campo e na forma pelas

quais os trabalhadores se relacionavam com a terra. Os incentivos governamentais à modernização tecnológica da agricultura e à ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte provocaram uma profunda mudança: populações indígenas e posseiros foram acudados e, em geral pelo uso da força, obrigadas a sair das terras em que habitavam. Estas começaram a ser transformadas em pastagens ou em espaços para novos cultivos, voltados para exportação, como é o caso da soja. Os conflitos pela posse da terra se multiplicaram em estados como Goiás, Mato Grosso, Pará, Rondônia, os então mais afetados pela expansão dos investimentos capitalistas.

Áreas de belezas naturais foram objeto de investimento para destinação turística, também expulsando populações locais. Um exemplo dramático foi a construção da rodovia Rio-Santos e o concomitante processo de expropriação da população caiçara.

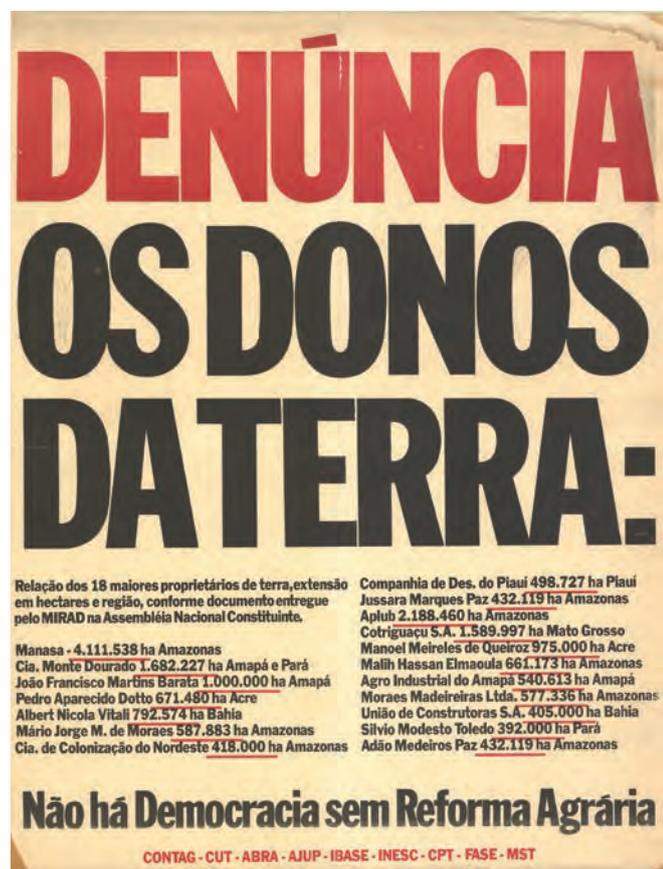
Nas regiões de ocupação antiga, a intensificação da mecanização no preparo do solo e o uso de insumos químicos para os tratamentos culturais provocaram a expulsão massiva dos trabalhadores que viviam no interior das fazendas, onde tinham possibilidade de moradia e um espaço para cultivo de alimentos para si e sua família. A alternativa foi o deslocamento para as periferias de pequenas cidades. Cresceu, assim, o peso dos chamados trabalhadores temporários ou boias-frias, que se locomoviam continuamente em busca de trabalho, ora nas colheitas (fase não mecanizada

do processo produtivo), ora na construção civil ou em outras tarefas que exigiam pouca qualificação. Esses trabalhadores ficavam à margem dos direitos trabalhistas.

Resistência

Apesar da intervenção sobre a Contag e várias federações filiadas, já em 1967 articulou-se, para disputar sua diretoria, uma chapa hegemônica por lideranças oriundas de Pernambuco, e que, originárias do trabalho da Igreja, tinham clareza da importância da luta por direitos. A nova diretoria buscou reorganizar um combatido sindicalismo, envolvido num jogo de forças bastante contraditório. Os rumos tomados em cada estado foram particulares, em função da permanência de tradições anteriores de luta, das dinâmicas locais e principalmente das forças que controlavam as federações. Regra geral, a nova direção da Contag procurou dar ênfase à formação de

sindicalistas, tanto para administrar os sindicatos, quanto para atuar em defesa dos trabalhadores dentro dos parâmetros das leis existentes, em especial explorando as brechas do Estatuto da Terra e demandando o cumprimento da legislação trabalhista. Com efeito, ao longo dos anos 1970, a Contag encaminhou diversos pedidos de desapropriação de terras ao governo federal, o que indica que ela,



Cartaz da CUT, Contag, MST, produzido em 1987, denunciando a concentração de terras ocorrida durante a ditadura. Acervo: CEDOC CUT

de alguma forma, não só acompanhava os conflitos existentes em diversos pontos do país, como também procurava trazê-los para seu campo de atuação. Em que pese grande parte dessas demandas terem caído no vazio, os documentos produzidos tinham várias funções: além da denúncia e da reivindicação, produzia no interior do sindicalismo uma determinada concepção sobre formas de ação e criava um determinado *modus operandi*, baseado no privilegiamento de um encaminhamento administrativo e legal de conflitos.

Novos agentes e formas de ação e organização

A segunda metade dos anos 1970 marcou novos rumos para a organização dos trabalhadores do campo. Para isso foi fundamental a atuação de membros da Igreja ligados à Teologia da Libertação, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 e inicialmente voltada para organizar e apoiar a resistência de posseiros na região amazônica. Paralelamente, foi criado o Conselho Indigenista e Missionário (CIMI), voltado para as populações indígenas.

A presença da CPT logo se disseminou pelo país e foi central nas resistências à construção de barragens, como a de Itaipu, por exemplo, nas ocupações de terras que tiveram lugar no sul do país no final dos anos 1970 e que geraram o MST, nas resistências dos caiçaras, entre outros exemplos. Ao mesmo tempo, ela foi responsável pela formação, em diversas regiões do país, de uma nova geração de dirigentes sindicais críticos da concepção contaguiana de prática sindical, considerada por eles como “legalista” e “acomodada”.

Oposições sindicais e “movimentos”: novas faces da luta no campo

O final dos anos 1970 foi marcado pela emergência de sinais claros, nos espaços públicos, de forte oposição à ditadura militar. As greves operárias do ABC paulista, as mobilizações de diversos segmentos urbanos como os movimentos contra a carestia, a luta pela anistia eram sinais de mudanças significativas

no plano político e novas oportunidades de ação política se abriam.

No que se refere ao campo, era claro o acirramento das lutas. Para o sindicalismo contaguiano, 1978 foi marcado pela preparação do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais que se realizaria no ano seguinte. Esse Congresso evidenciou uma nova postura da Confederação que, alinhando-se às lutas pela democratização do país, definiu como linha de ação a pressão sobre o Estado, os patrões e proprietários de terra.

No entanto, o tom das resoluções do encontro não repercutiu da mesma forma nas diferentes federações e sindicatos e o trabalho sindical cotidiano não as incorporou da mesma forma. No caso de Pernambuco, por exemplo, já em 1979, ocorreu uma greve na zona canavieira. Esse tipo de ação difundiu-se nos anos seguintes, não só pela Zona da Mata pernambucana, mas também por diversos estados do Nordeste e Sudeste. Nas lutas por terra, a defesa dos direitos dos posseiros manteve-se em pauta mas, quando as ocupações de terra começaram a ocorrer no Sul do país, também em 1979, faltou o apoio efetivo das federações locais. O acampamento de Encruzilhada Natalino, que foi a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), contou apenas com apoio formal da Contag, mas não com iniciativas concretas em seu favor. Situação diferente foi a do estado do Rio de Janeiro, onde a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em 1980, por trabalhadores mobilizados pela CPT, mas sem apoio do sindicato local, desdobrou-se numa ação firme da Fetag/RJ e da Contag pressionando pela desapropriação, realizando atos públicos na sede do Incra, na cidade do Rio de Janeiro.

Num contexto de fortalecimento das lutas, de crescimento das oposições e das críticas à estrutura sindical, já no início dos anos 1980 havia duas correntes disputando a hegemonia no sindicalismo rural. Essa disputa ficou mais clara por ocasião da criação das centrais sindicais, quando a Contag procurou

manter sua neutralidade em nome da unidade do movimento sindical rural e os sindicatos de oposição articularam-se com a CUT.

Ao mesmo tempo, surgiram outras organizações, denominadas movimentos, comissões, conselhos etc, que colocaram em questão a capacidade do sindicalismo de representar as formas diferenciadas dos trabalhadores do campo, puseram em xeque o padrão de representação sindical dominante e principalmente se contrapuseram às práticas do sindicalismo, consideradas tímidas e ineficazes, frente aos conflitos que eclodiam. O MST, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (depois Movimento dos Atingidos por Barragens), o Conselho Nacional dos Seringueiros estão entre as mais conhecidas. Essas organizações, por um lado, quebraram o monopólio de representação dos trabalhadores rurais. Por outro, contribuíram para mostrar a diversidade das situações de conflito, produzindo novas identidades e novas formas de luta (acampamentos, ocupações de terra, de canteiros de obras, marchas para as grandes capitais), trazendo para os espaços públicos a dramaticidade das questões que envolviam os rurais. Paralelamente, emergiam os então chamados pequenos agricultores, profundamente afetados pelo processo de modernização da agricultura e que passaram a demandar políticas de apoio à produção para que pudessem permanecer na terra. Também as mulheres começaram a se organizar em torno de pautas feministas que se relacionavam fortemente com as reivindicações do mundo do trabalho.

Ao longo dos anos 1980, houve uma intensificação das lutas no campo, cujas raízes devem ser buscadas em diversos fatores, tanto estruturais (a progressiva expropriação dos trabalhadores, tanto posseiros, como pequenos proprietários, parceiros, arrendatários; o aumento do preço da terra), quanto relacionadas ao trabalho molecular de difusão de novas concepções de direitos, graças à ação tanto do sindicalismo quanto das pastorais e ao aparecimento de novas formas de organização, das quais emergiam

novas formas de luta. Além disso, pesaram também as oportunidades políticas que se abriram num contexto de crise do regime militar e as possibilidades de alargar a busca de suportes e alianças.

Não por acaso, as notícias de intensificação da repressão e da violência contra trabalhadores, lideranças, advogados se avolumaram nesse período. Ser alvo de violência não era uma novidade para esse segmento social. No novo contexto, no entanto, elas passaram a ser mais rapidamente noticiadas e, assim, tinham maior possibilidade de mobilizar apoios. Embora a impunidade tenha sido (e continue sendo) uma marca, alguns crimes mobilizaram a sociedade como foi o caso de Raimundo Ferreira Lima, líder da chapa de oposição sindical em Conceição de Araguaia no Pará; Wilson Pinheiro, dirigente do sindicato de Brasi-leia no Acre e um dos criadores dos “empates”, formas de mobilização coletiva para impedir a derrubada das florestas; Chico Mendes, sucessor de Pinheiro na luta dos seringueiros; Margarida Maria Alves, entre outros. Também se intensificou a ação contra os advogados, por meio da violência que redundou em mortes de vários deles. Ao mesmo tempo, o regime não hesitou em buscar desestruturar acampamentos e ocupações de terra, como ilustra o caso de Encruzilhada Natalino, para onde foi enviado o major Curió, com longa experiência no combate a iniciativas políticas como a Guerrilha do Araguaia e às lutas de posseiros.

O fim do regime militar, em 1985, no entanto não significou nem o fim dos conflitos, nem o da repressão no campo. A continuidade da violência, ao longo do processo de democratização e que pode ser auferida pelos levantamentos sistemáticos feitos pela CPT desde 1985, mostra a existência de um problema estrutural, ligado às formas específicas que a questão fundiária assumiu em nosso país e que se perpetua com a modernização da agricultura e sua transformação em um empreendimento produtivo e altamente lucrativo. Mostra ainda que o processo democrático, no que se refere ao campo, ainda precisa avançar

Memórias e entrevistas com lideranças

BARROS, Francisco Blaudes Sousa (2013). Japuara. Um relato das entranhas do conflito. Brasília: MDA (Coleção Camponeses e o Regime Militar).

BEZERRA, Gregório (2011). Memórias. São Paulo: Boitempo Editorial.

CAMARANO, Marcia (2012). João sem terra. Veredas de uma luta. Brasília: MDA (Coleção Camponeses e o Regime Militar).

CONCEIÇÃO, Manoel da (1980). Essa terra é nossa. Depoimento sobre a vida e as lutas dos camponeses no Estado do Maranhão. Petrópolis: Vozes. Entrevista e edição de Ana Maria Galano.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.) (2004). O camponês e sua história. A construção da Utab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Ipso (Instituto de Pesquisas Sociais e Tecnológicas).

PUREZA, José (1982). Memória Camponesa. Rio de Janeiro: Marco Zero.

SILVA, Bráulio Rodrigues da (2008). Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad e Editora da Universidade Rural (Organização, apresentação e notas de Leonilde Servolo de Medeiros).

WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião (1992). Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luiz de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Repressão às greves e às liberdades sindicais durante a ditadura militar

Augusto Portugal¹
San Romanelli Assumpção²

As greves constituem uma liberdade civil e política fundamental, condição de legitimidade da ordem política, econômica e social em um Estado Democrático de Direito. A liberdade de greve reúne em si liberdade de consciência, liberdade de expressão, liberdade de associação, liberdade de negociação, liberdade de contrato e autodeterminação individual e coletiva dos trabalhadores. Todas estas liberdades são simultaneamente liberdades civis, políticas e sindicais

e dizem respeito ao exercício coletivo de reivindicações e lutas pela construção daquilo que os trabalhadores consideram uma ordem social justa e democrática, que reparte os encargos e benefícios da cooperação social – que é cooperação econômica e política – de modo legítimo. Tanto as greves de so-

lidariedade e as greves políticas, quanto às greves trabalhistas – posto que salários e condições de trabalho são uma questão de justiça social –, são lutas por uma concepção de justiça social, e justiça social é sempre

uma questão política.

Sendo assim, toda a legislação antigreve e legislação antiliberdade sindical que visavam impedir o exercício democrático de autodeterminação dos trabalhadores durante a ditadura é violação de liberdade que torna ilegítima toda a organização estatal ditatorial brasileira de 1964 a 1985. Parcelas significativas de entulhos autoritários permanecem na regulação estatal da estrutura sindical e da repressão

estatal às greves até os dias de hoje, o que torna o tema especialmente relevante para a Justiça de Transição, para os trabalhadores e para a justiça econômica, política e social, como condição para a legitimidade democrática do nosso Estado.

A primeira grande ação estatal-ditatorial

concertada contra os sindicatos, na implantação do golpe e consolidação da ditadura, foi a realização maciça de intervenções sindicais. Segundo Argelina Figueiredo (Figueiredo, Argelina. 1978. “Intervenções sindicais e o novo sindicalismo.” Dados, nº 17, pp. 135-155), foram 536 intervenções sindicais no período que vai de 1964 a 1970, sendo 433 delas



Estrutura policial usada na repressão às greves durante a ditadura militar. Greve dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1979. Foto: Hélio Campos Mello. Acervo: CEDOC CUT

¹Ex-metalúrgico, sociólogo, Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC.

²Doutora em ciência política pela USP, pós-doutoranda do IESP-UERJ.

nos dois primeiros anos de ditadura. Em 1964 e 1965, 81,9% (252) das intervenções foram motivadas, segundo fontes oficiais, por subversão política. Acrescente-se a isso que todas as confederações – ativas praticantes do sindicalismo político no governo Goulart – sofreram intervenção e tiveram suas lideranças perseguidas e presas (Argelina Figueiredo, 1978). Entre 1964 e 1969, 108 líderes e representantes sindicais sofrem suspensão de direitos políticos e/ou cassação de mandatos políticos, segundo Marcus Figueiredo (Marcus Figueiredo, 1978). Esta concentração de intervenções em 1964 e 1965 e de sanções políticas contra lideranças sindicais entre 1964 e 1969 demonstra o quanto a desmobilização política dos trabalhadores foi uma busca sistemática do regime ditatorial em prol da consolidação do seu poder.

Além do enfraquecimento do sindicato através de intervenções, cassação de mandatos de lideranças sindicais e suspensão de direitos políticos de sindicalistas, o regime ditatorial buscou enfraquecer a classe trabalhadora instituindo a política de arrocho salarial através de vários decretos (54.018/64 e 54.228/64), leis (4.725/65 e 4.903/65) e decretos-leis (15/66 e 17/66), com o argumento que a causa da inflação eram os salários dos trabalhadores, que precisavam ser controlados. No mesmo sentido, acabou, também, com a estabilidade no emprego através da implantação do FGTS (lei 5.170/66).

As greves, então, foram consideradas questão de Segurança Nacional, e foi editada a Lei 4.330/64, a Lei Antigreve, que restringia ainda mais o direito de greve. Na operação ideológica que justificou o golpe, as greves eram qualificadas como “baderna, bagunça, anarquia, ações antinacionais etc...”

Durante três anos, entre 1961 e 1964, além das 10 greves nacionais, aconteceram mais de 410 greves de natureza e extensão variadas, expressão da efervescência da luta operária e sindical. Esse número caiu drasticamente com a repressão policial-militar-empresarial que recrudesciu com o golpe. Em 1964, não aconteceu nenhuma greve e entre 1965 e 1967, ocorrem

apenas 41 greves, a maioria pequenas paralisações por empresa.

Em 1968, apesar do “milagre econômico brasileiro”, permanece o arrocho salarial e a repressão à classe trabalhadora. No entanto, a luta retorna e o movimento sindical e operário começa sua reorganização. Acontecem nesse ano 25 greves de trabalhadores como as ocorridas em maio, em São Bernardo do Campo, na Mercedes Benz do Brasil, Volkswagen, Willys Overland, Chrysler, Kubota e Fendt. O símbolo deste período, porém, são as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP).

A greve em Contagem, MG, foi a primeira grande manifestação operária contra a política de arrocho salarial da ditadura. Em ambiente de repressão econômica e política, com salários atrasados, demissões e falências em empresas diversas, os trabalhadores de Contagem realizaram duas greves, uma em abril e outra em outubro.

A greve de abril iniciou com trabalhadores da Belgo-Mineira, que reivindicavam aumento de 25% superior ao reajuste proposto pelo governo. A partir do terceiro dia de luta da Belgo de Contagem, outras empresas entraram em greve como a Belgo de João Monlevade; a Mannesmann, a Sociedade Brasileira de Eletrificação, a RCA-Victor, Demisa, Industam, Simel, Mafersa, Acesita e a Pollig-Haeckel, chegando a 20 mil o número de trabalhadores em greve.

Esse claro desafio à ditadura e sua política de arrocho fez que o Ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, fosse à Contagem para desmobilizar o movimento com a ameaça de repressão à greve e levando a proposta de um abono de 10% sobre os salários.

Como os trabalhadores não cederam a Jarbas Passarinho, em 24 de abril de 1968, a Cidade Industrial é ocupada militarmente, sendo proibidas reuniões sindicais, distribuição de boletins e reunião de operários em grupos, além de serem efetuadas prisões de lideranças. Essa repressão, mais a pressão patronal e de todo o regime militar acabam impondo o fim ao movimento.

No entanto, além do abono salarial de 10% a luta acaba tendo um alcance mais amplo já que, às vésperas do 1º de maio, numa manobra demagógica, o ditador general Costa e Silva anuncia a extensão do abono conseguido em Contagem a todos os trabalhadores brasileiros.

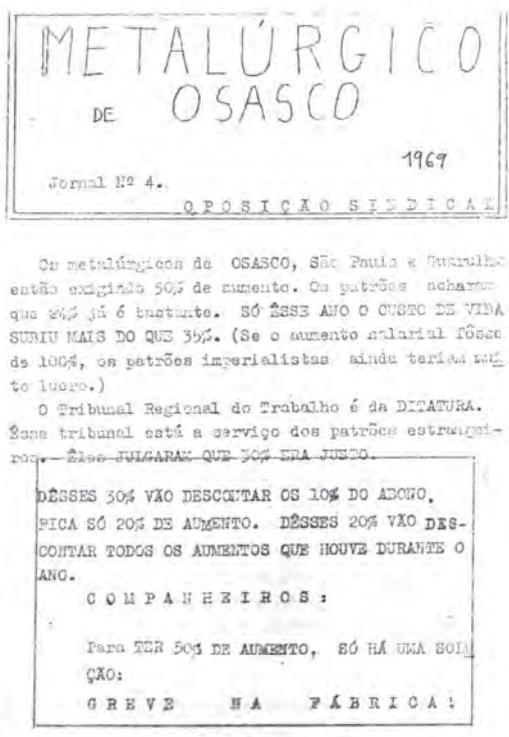
Desde o início da década de 1960, os trabalhadores de Osasco exerceram coletivamente liberdades de associação operária em atividades reivindicatórias e comissão de fábrica, tendo como polo de irradiação de luta a Comissão de Fábrica da Cobrasma. Em 1967, com a liderança da Comissão da Cobrasma e adesão de operários de diversas fábricas, forma-se no Sindicato dos Metalúrgicos uma chapa de oposição sindical com programa político combativo e classista contra o arrocho salarial, por reajuste trimestral de salários e um contrato coletivo de trabalho, bem como direito de greve e organização de comissões de fábrica.

A chapa, liderada por José Ibrahim e em organização de alianças crescentes com outros grupos sindicais e políticos, entra em processo de radicalização da luta operária e, em 16 de julho de 1968, a cidade de Osasco entra em greve. A tradição de um trabalho de base crescente e forte, com comissões de fábricas em empresas como Cobrasma, Braseixos, Lona Flex, Brown-Boveri, entre outras; a intensa atuação da juventude secundarista-operária de Osasco no trabalho político da cidade, a presença de organizações políticas de esquerda e outros fatores políticos pré AI-5, deram estrutura e planejamento ao movimento que se ampliou do setor metalúrgico para fábricas do setor químico e têxtil.

Em reação, o coronel Jarbas Passarinho se instala no Palácio dos Bandeirantes para comandar repressão profunda e violenta, exercida por forças policiais e militares, que invadem, depredam e ocupam os sindicatos metalúrgicos, têxteis e químicos. Os trabalhadores reagem ocupando fábricas, prendendo dirigentes e executivos das empresas em local fechado, até que as reivindicações fossem atendidas, como foi o caso da Cobrasma, o que faz recrudescer ainda mais a violência repressiva ditatorial. Na frente da fábrica posicionam-se centenas de homens da tropa de choque, portando metralhadoras, fuzis, bombas de gás lacrimogênio e cassetetes. Inicia-se uma negociação entre o comando das tropas e a liderança

da ocupação que dura pouco menos de 10 minutos, sem a presença da imprensa. Operários são presos na fábrica e em toda a cidade, sendo ofendidos e agredidos. Seis dias depois de iniciada termina a greve de Osasco, preâmbulo da intensificação da repressão, policial-militar-empresarial em dezembro de 1968. O movimento foi o último grande levante operário antes do Ato Institucional nº 5 (AI 5), “o golpe dentro do golpe”, que intensifica a repressão à esquerda e aos movimentos sociais.

Após a derrota de 1968 e a repressão que marca o endurecimento do regime militar, segue-se o período mais duro para o movimento operário e sindical. No governo Garrastazu Médici (1969-1971) os mecanismos da repressão, como prisão, tortura, sequestro e morte de ativistas, militantes e lideranças são as práticas predominantes que mantêm o movimento em compasso de espera. Muitos que não estão na prisão tornam-se exilados ou



Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco – 1969. Acervo: Coleção Celso Frederico

entram na clandestinidade. O regime usa e abusa da força bruta, mas não abre mão dos mecanismos contidos na CLT que garantem o controle do Estado sobre os sindicatos. Impedem a presença de lideranças combativas à frente das entidades, exigindo “atestados ideológicos” para impedir o florescimento de uma nova geração de luta e permitindo a demissão por razões ideológicas, criminalizando a liberdade de consciência, expressão e associação política daquelas que abraçam posições políticas de esquerda.

A organização e luta mantém-se nas fábricas gerando atos de protesto e sabotagem, operações tartaruga e pequenas lutas, mas o que predomina é o trabalho de resistência e organização tanto nas fábricas e bairros, como na atuação das organizações de resistência e na de sindicalistas e ativistas num cenário extremamente adverso que só se modificará a partir de 1978, já no processo de “abertura política lenta, gradual e segura”. O fim do “milagre”, a ampliação dos espaços democráticos e a reorganização de diversos movimentos sociais contribuem para a volta das manifestações do movimento operário e sindical. E é no ABC paulista que irrompe a luta operária com a greve na Scania, inaugurando um novo ciclo de lutas represado desde 1968, como se fosse o sinal esperado pelos trabalhadores e o povo para expressar com mais força, novamente, a repulsa ao regime ditatorial militar.

Em 1977, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema iniciam a campanha pelos 34,1%, para reposição de perdas salariais e assim se inicia a retomada das lutas contra o arrocho salarial, pela recuperação das liberdades sindicais e pela alteração da estrutura sindical oficial. O episódio de envergadura que marca a volta fortalecida do movimento operário e sindical após uma década de repressão é a greve da Scania, que surpreende empresários, polícia política, governo e até mesmo o sindicato: mais de três mil trabalhadores entraram na fábrica e permaneceram parados, reivindicando aumento salarial de 20%. O movimento se espalha e entram em greve trabalha-

dores da Volkswagen, Mercedes e outros setores industriais além de metalúrgicos. A repressão mostra a sua cara novamente, com atuação truculenta do DOPS e repressão do Tribunal Regional do Trabalho, que julga a greve da Scania ilegal.

A partir das greves de 1978, começa a se pensar e articular uma campanha salarial para 1979, sob a liderança do Sindicato dos Metalúrgicos, com a direção de Lula. Em 13 de março de 1979 inicia-se a primeira greve geral dos metalúrgicos, que trouxe duas grandes conquistas dos trabalhadores: o fim, na prática, da Lei 4.330/64 e a morte dos reajustes anuais já que o governo foi obrigado a rever a política de reajuste salarial anual. Nesse ano mudou, em muito, a qualidade das lutas desde 64, prenunciando o esgotamento de um ciclo político e a tentativa dos trabalhadores em evitar a conciliação na transição da ditadura à democracia. As primeiras manifestações dos trabalhadores a favor de uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, acontecem no ABC e são uma antecipação do crescimento da participação dos trabalhadores na vida política nacional. É criado o Fundo de Greve, um organismo livre e independente da estrutura sindical oficial, que nasce com o objetivo de resistir a já esperada intervenção no sindicato e reunir a diretoria afastada, a Comissão de Salários e os ativistas operários, para traçar as diretrizes e dar direção ao movimento. O Fundo de Greve terá papel fundamental na sustentação do movimento de 1980, funcionando como um sindicato livre quando o Ministério do Trabalho decreta a intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André.

Surgem novas lideranças e forças sindicais democratizantes em todo o país. Em 1979, mais de três milhões de trabalhadores fazem greves em 15 estados. Destacam-se, neste período, a greve dos trabalhadores na construção civil de Belo Horizonte/MG, que se rebelam violentamente contra os patrões e a direção pelega do seu sindicato, chamando Lula para negociar em nome dos grevistas, e a greve dos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambu-

co. Lutas também acontecem no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros estados.

As empresas do ABCD paulista começam a se precaver contra os operários grevistas empregando mecanismos como “listas negras” para evitar contratá-los. Mesmo assim, os trabalhadores estão em fortalecimento político crescente e nova greve metalúrgica é deflagrada em 1º de abril de 1980. Esta greve é exercida em 41 dias de luta e solidariedade, em meio à repressão ostensiva policial e militar e atuação repressiva da Justiça do Trabalho. Os trabalhadores são forçados a interromper a greve, os ganhos trabalhistas são praticamente nulos, mas os trabalhadores conseguem o fim da intervenção em seu sindicato.

Em 1983, ressurgiu a greve nacional com pauta e comando unificados, em sindicalismo claramente político. É a primeira desde 1964, e os resultados são expressivos. O movimento se inicia nos dias 6 e 7 de julho e tem seu pico em 21 de julho de 1983, quando aproximadamente três milhões de trabalhadores cruzam os braços na maior movimentação sindical ocorrida durante a ditadura. As reivindicações de justiça social são contra acordo com o FMI que

aumentava o arrocho salarial, cortava investimentos sociais e eliminava direitos e benefícios de trabalhadores de empresas estatais e do funcionalismo público. Aderem à greve petroleiros, metalúrgicos, metroviários, bancários e vários sindicatos e categorias. A repressão é dura, com intervenções em sindicatos, demissões, prisões e violência policial e militar.

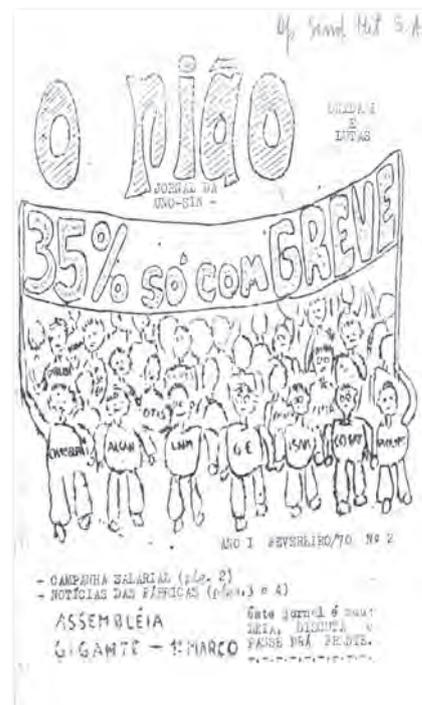
O que todos estes episódios mostram é a força política da classe trabalhadora e a violência da repressão estatal, num conflito de classe em que o exercício de liberdades civis e políticas básicas dos trabalhadores e, em especial, as liberdades sindicais, são sistematicamente reprimidas e criminalizadas por subversão. Mas os trabalhadores e o movimento sindical não deixam de exercer estas liberdades apesar dos riscos, tendo exercido um papel fundamental na redemocratização brasileira. As liberdades sindicais, em seu caráter eminentemente político, foram um dos principais alvos do Golpe de 1964 e da repressão ditatorial, ao mesmo tempo em que foram força de resistência basilar contra o regime ditatorial e pelo reestabelecimento da democracia, o que se evidencia na história das greves brasileiras.

PARA CONHECER MAIS:

Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Marco Aurélio Santana. *Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política*. UFSC, Florianópolis, 2008, v 7, nº 13.

Ciclo de greves: transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Eduardo G. Noronha. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 76: 119-168, 2009.

Dois relâmpagos na noite do arrocho. Antônio Roberto Espinosa. *Cadernos do Presente 2. Greves Operárias: 1968-1978*. Belo Horizonte. Editora Aparte S/A. Julho de 1978.



Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Santo André – 1970. Acervo: Coleção Celso Frederico

O vôo da morte: Operação Condor e seus impactos para os trabalhadores sul-americanos

Jana Silverman¹

Operação Condor e suas origens

Em abril de 1964, um golpe de Estado liderado por militares e seus colaboradores civis depôs o presidente brasileiro democraticamente eleito João “Jango” Goulart, desta maneira, estabelecendo um regime autoritário que permaneceu no poder no país durante os próximos 21 anos. Como mostramos neste relatório, o golpe teve consequências trágicas para os trabalhadores brasileiros e seus sindicatos, culminando com a perseguição, demissão, tortura e assassinato de milhares de líderes sindicais e ativistas que lutaram contra o governo ditatorial. Infelizmente, o golpe de Estado brasileiro não foi um evento isolado na região. Durante a segunda metade do século XX, legiões de militares e seus aliados civis, influenciados por ideologias anticomunistas popularizadas e divulgadas pelo governo dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, realizaram golpes parecidos em quase todos os países sul-americanos, com as exceções da Colômbia e Venezuela. Em particular, no Cone Sul – Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai - regimes sangrentos caracterizados como “autoritário-burocráticos”² chegaram ao poder durante aquele período, eliminando os direitos trabalhistas, humanos e mesmo vidas dos trabalhadores e trabalhadoras que lutavam a favor de uma sociedade mais justa.

Sabe-se agora que esses governos ditatoriais não implantaram suas políticas de terror contra os ativistas sindicais e políticos sozinhos, mas com o uso de uma complexa rede que lhes permitiu comunicar e

coordenar suas ações criminosas. Esta rede, denominada “Operação Condor” pelos seus membros, nome da ave de rapina que simbolizava a ditadura chilena de Augusto Pinochet, foi caracterizada pela pesquisadora J. Patrice McSherry (2005: 1) como “um sistema operacional e de inteligência secreta, criada em 1970, através do qual as ditaduras sul-americanas compartilharam informações, capturaram, torturaram e executaram adversários políticos em seus diversos territórios.” As agências de polícia secreta políticas estabelecidas no âmbito dos regimes autoritários no Cone Sul, mais Bolívia e Peru, como La Técnica no Paraguai e a Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) no Chile, utilizaram um sistema compartilhado de inteligência de alta tecnologia (fornecido pelos EUA) para controlar os dissidentes de esquerda que fugiram dos seus países por razões de segurança. Em seguida, esses órgãos trabalharam em missões no exterior para prender essas pessoas e enviá-las de volta para seus países de origem, onde foram brutalmente torturadas e, em alguns casos, mortas.

Operação Condor foi um dos primeiros exemplos de grande abrangência no mundo de uma guerra de contrainsurgência, que empregou forças paramilitares para desenvolver operações terroristas ocultadas à população civil, em contraste com a guerra convencional que utiliza ações de combate contra um exército formalmente organizado e armado. Sob a lógica da “Doutrina de Segurança Nacional” formulada por elites militares e políticas da América Latina fortemente influenciados pelos ideólogos americanos da Guerra Fria, para ganhar a luta global contra o co-

¹Pesquisadora-Colaboradora, CESIT-UNICAMP

²Segundo O’Donnell, citado por Collier (2001), os governos autoritário-burocráticos são regimes não-democráticos e excludentes no qual uma classe de tecnocratas militares e civis, em conjunto com o capital estrangeiro, toma controle do Estado, eliminando totalmente a participação popular e eleições competitivas. Nos casos do Brasil e Chile, os governos autoritário-burocráticos impulsaram processos modernos de industrialização mas sob um modelo de concentração extrema da renda.

munismo (que chegou perigosamente perto de suas fronteiras com a vitória da Revolução Cubana em 1959), foi necessário aumentar os poderes das forças armadas, a fim de implementar uma “guerra total” contra os inimigos internos, identificados como militantes e intelectuais de esquerda, praticantes da Teologia da Libertação, os camponeses que lutavam pela reforma agrária, e especialmente os trabalhadores organizados em sindicatos. Essa lógica perversa usada por governos autoritários, trabalhando em conjunto sob a égide da Operação Condor, levou não só à eliminação física de muitos sindicalistas, mas também o enfraquecimento do movimento sindical em geral, com a intervenção em muitos sindicatos, federações e confederações, a criminalização dos protestos trabalhistas e o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores consagrados na lei, um legado sombrio que existe até hoje.

Entre os estudiosos, não há um consenso absoluto sobre as origens estruturais da Operação Condor. O jornalista John Dinges (2004: 179) traça o seu início oficial em uma reunião de altos representantes das forças de segurança nacional dos países do Cone Sul sobre a Bolívia em Santiago, Chile, em novembro de 1975. Patrice McSherry cita uma reunião envolvendo muitas das mesmas entidades que teve lugar em Buenos Aires, em fevereiro de 1974 (McSherry, 2005: 78). Mas é possível ver os primeiros sinais da divulgação das técnicas da Operação Condor em períodos anteriores às duas reuniões, principalmente através da ajuda bilateral prestada pelo governo militar brasileiro aos seus vizinhos de corte ideológico similar.

De acordo com as pesquisas do historiador e ativista de direitos humanos Jair Krischke, a ditadura brasileira ofereceu assistência técnica e material para as Forças Armadas da Bolívia, Chile e Uruguai que praticavam golpes contra governos democraticamente eleitos no início da década dos 1970. No caso da Bolívia, o golpe de Estado liderado pelo General Hugo Banzer, teve forte apoio logístico do Brasil, cuja aeronave militar, sem esconder as logo-

marcas da FAB (Força Aérea Brasileira), descarregou fuzis, metralhadoras e munição em Santa Cruz de la Sierra. No caso do Uruguai, os militares brasileiros, com a bênção do presidente dos EUA, Richard Nixon, desenharam um plano macabro para invadir o país em caso de uma vitória da esquerdista Frente Ampla nas eleições presidenciais de 1971, conhecida como a “Operação 30 horas” (por ser o tempo necessário para invadir o território uruguaio). Isso só não se concretizou devido à vitória do Partido Colorado na eleição. E com o Uruguai, mesmo sob a democracia, sabe-se que o policial Sérgio Fleury (diretor da agência de repressão DOPS em São Paulo), foi o principal assessor internacional envolvido na organização dos “esquadrões da morte”, destinados a exterminar membros da guerrilha urbana conhecida como os “Tupamaros” (Movimiento de Liberación Nacional Tupac Amaru). Em junho de 1973, quando o golpe finalmente explodiu no Uruguai, o regime militar brasileiro participou diretamente e indiretamente do fato, dando ao exército uruguaio centenas de caminhões e carros Volkswagen. No caso do Chile, Pinochet e seus subordinados receberam apoio antes e depois do golpe através de armas, munições e empréstimos a juros baixos oferecidos pela ditadura brasileira. Além disso, em 1973 houve uma colaboração estreita entre os oficiais militares e de inteligência de ambos os países na identificação e prisão de pessoas identificadas como esquerdistas. Como resultado, mais de cem brasileiros que estavam no Chile sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), foram presos e levados ao Estádio Nacional para sessões de interrogatório e tortura, em alguns casos realizados por consultores brasileiros, que terminaram na morte e desaparecimento de seis pessoas.

Operação Condor em ação: três fases

Como mencionado anteriormente, a Operação Condor, como a mais alta expressão da colaboração entre as forças repressivas terríveis da América do

Sul, trabalhou como um esquema de intercâmbio de informações e de ações conjuntas contra os sindicalistas e ativistas políticos. Essas ações foram agrupadas em três fases:

FASE 1: Intercâmbio de informações entre os órgãos de repressão dos países membros, a fim de monitorar os indivíduos e grupos (incluindo organizações sindicais) designados como “subversivos”. Estas comunicações foram feitas por meio de um sistema informatizado de criptografia avançada, conhecido como Condortel projetado e instalado com a assistência técnica da CIA em seis dos países participantes principais. Condortel permitiu que os agentes da repressão em diferentes países compartilhassem inteligência, rastreassem pessoas suspeitas quando cruzavam as fronteiras nacionais, e divulgassem ordens às equipes operativas. Segundo McSherry (2005: 9), o sistema Condortel obteve e disseminou informações sobre milhares de indivíduos, incluindo fotos, perfis psicológicos, histórias pessoais e listas de amigos e familiares.

FASE 2: As ações violentas concretas contra alvos desses regimes ditatoriais na América do Sul desdobraram em detenções, torturas, sequestros, assassinatos e desaparecimentos. Grande parte da ação no âmbito da Fase 2 envolveu a identificação e sequestro de ativistas que procuraram refúgio nos países vizinhos. Exemplos incluem o caso dos exilados brasileiros presos e interrogados no Chile após a chegada ao poder de Pinochet, que mencionei antes, e a detenção na Argentina, depois do golpe de Estado em 1976, de centenas de exilados uruguaios e chilenos que fugiram das ditaduras já instaladas nos seus países de origem. Na verdade, na Argentina, vários centros de interrogatórios e torturas infames, especificamente para vítimas estrangeiras, foram estabelecidos pelo regime autoritário depois de 1976, em colaboração com os seus homólogos chilenos, bolivianos, paraguaios e uruguaios. O mais notório des-

ses continua sendo Automotores Orletti, uma garagem abandonada na periferia de Buenos Aires, onde muitas das piores atrocidades aconteceram.

FASE 3: Assassinatos de líderes políticos fora da América Latina, particularmente na Europa e nos Estados Unidos. Nas ações da Fase 3, equipes especiais de assassinos (constituída por agentes oficiais dos órgãos da polícia secreta de diferentes países membros da Operação Condor, juntamente com criminosos sem cargos oficiais nesses órgãos que faziam parte de redes internacionais anticomunistas) foram formadas para eliminar os “inimigos do Estado”, como Orlando Letelier, o chanceler chileno no governo do presidente Allende, que era ativo na mobilização da opinião pública contra os regimes autoritários da América do Sul. Outro caso emblemático no âmbito da Fase 3 é o ataque em Roma contra o líder chileno democrata-cristão Bernardo Leighton, em 1975, por agentes de segurança chilenos que atuam em conjunto com terroristas anticomunistas italianos.

Vítimas sindicais da Operação Condor no Cone Sul

Em continuação, apresentamos os casos de três vítimas sindicais da Operação Condor documentados pela ONG argentina de direitos humanos Centro de Estudios Sociales y Jurídicos (CELS). No contexto desta pesquisa, não conseguimos identificar casos específicos de dirigentes sindicais brasileiros que foram mortos como resultado direto das operações realizadas no marco da Operação Condor, mas o número de brasileiros sindicalistas perseguidos e monitorados pelas forças de segurança nacionais agrupados nas agências de repressão como o DOI-Codi e DOPS que receberam o apoio direto da Operação Condor, é quase incontável.

Emilio Roa Espinosa - Paraguai, trabalhador da construção civil e ativista do Partido Comunista. Ele foi secretário-geral da Confederación Paraguaya de

Trabajadores e secretário do Sindicato da Construção do Paraguai. Durante vários anos, ele ficou preso pela ditadura de Alfredo Stroessner; quando liberado, foi para o exílio na Argentina. No dia 27 agosto de 1980, ele foi sequestrado junto com Antonio Maidana (Presidente do PCP), por agentes de segurança argentinos em Buenos Aires. De acordo com documentos desclassificados, tanto Roa Espinosa quanto Maidana foram levados para o Paraguai. Ambos continuam desaparecidos.

Leon Lujan Duarte - Líder sindical que trabalhou na Fabrica Uruguaya de Neumaticos Sociedad Anonima (FUNSA) e em 1957 foi eleito secretário-geral do sindicato que representava os trabalhadores desta empresa. Ele participou da formação da central sindical Convención Nacional de Trabajadores (CNT). Em Buenos Aires, estava entre um grupo de exilados que criou o Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Ele foi para o exílio na Argentina por causa da perseguição política no seu próprio país; no dia 13 julho de

1976, foi sequestrado em Buenos Aires. Participaram deste ato, as forças pertencentes ao Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas Uruguayo, o Servicio de Inteligencia de Defensa e membros de órgãos de segurança ligados ao exército uruguayo. Há evidências de que ele foi detido ilegalmente e levado ao centro de detenção secreto Automotores Orletti. Lujan Duarte permanece desaparecido.

Gerardo Gatti Francisco Antuña - Trabalhador uruguayo gráfico e líder sindical. Ele foi um dos fundadores da CNT e fazia parte da sua primeira diretoria executiva; foi secretário-geral do Sindicato Gráfico, líder da Resistencia Obrero Estudiantil (ROE) e da Federación Anarquista Uruguaya. Ele foi sequestrado em Buenos Aires em 9 de Junho de 1976 por forças militares argentinas e uruguaias; depois ficou detido ilegalmente no centro de detenção clandestino Automotores Orletti, onde foi identificado por vários sobreviventes. Francisco Antuña permanece desaparecido.



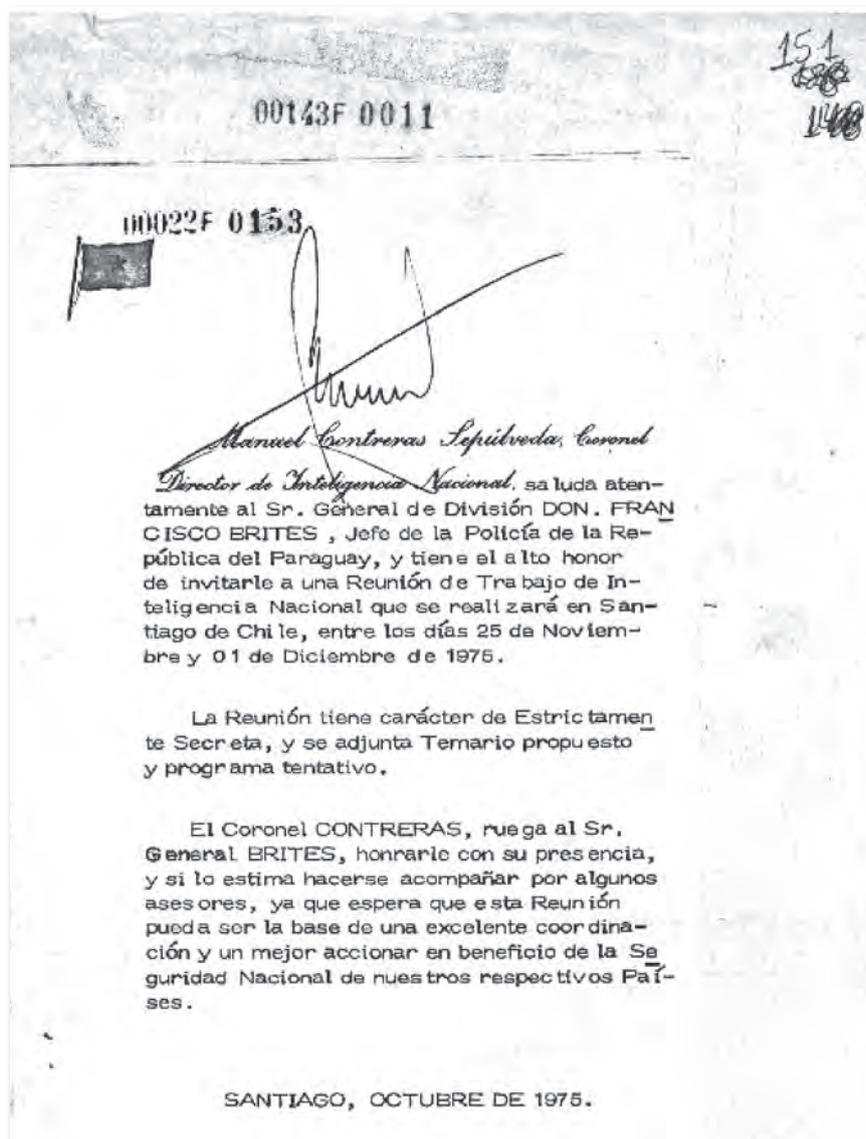
Jornal Compañero, nº 4, órgão do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), do Uruguai, editado em português. Nele perguntam onde está Leon Duarte, líder sindical, fundador do PVP, sequestrado em Buenos Aires numa ação da Operação Condor e que continua desaparecido. Acervo: CEDOC CUT

Referências bibliográficas

COLLIER, D. Bureaucratic Authoritarianism, em KRIEGER, J (ed.), *The Oxford Companion to Politics of the World*, Oxford: Oxford University Press, 2001.

DINGES, J. *Os Anos do Condor*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MCSHERRY, J.P. *Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America*, Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.



Ofício de Manuel Contreras Sepúlveda, militar, chefe da DINA (Dirección de Inteligencia Nacional), a polícia política da ditadura de Pinochet, convidando o General Francisco Brites, do Paraguai, para uma reunião de trabalho no 01 de dezembro de 1975, em Santiago, Chile. Segundo alguns estudiosos a reunião contou com a presença de altos representantes das forças de segurança nacional dos países do Cone Sul e deu origem a Operação Condor. O documento original consta do conhecido "Arquivos do Terror" do Paraguai, descoberto em 1992, e preservado no Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, em Assunção. A cópia digital nos foi enviada pela organização Memoria Abierta, de Buenos Aires, que preserva registros da ditadura na Argentina.

Manoel Contreras foi julgado e condenado a duas penas de prisão perpétua pelo assassinatos de opositores da ditadura chilena. Faleceu no dia 07 de agosto de 2015 e sua morte foi comemorada nas ruas de Santiago.

ENTREVISTA

ENTREVISTA

Paulo Vannuchi

Membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e ex-ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

P. Que ações você julga importante para que os trabalhadores e suas organizações possam lutar pela memória, verdade, justiça e reparação?

R. Nas últimas décadas, vinha predominando no Brasil uma atitude de vedação a qualquer debate sobre o que representou a ditadura de 21 anos que se implantou no Brasil em 1964. A persistência heroica de um grupo de familiares de mortos e desaparecidos, bem como de militantes torturados que nunca se resignaram a esse pacto de silêncio, merece ser reconhecida por um grande mérito: conseguiu romper o cinturão de bloqueio. A partir de 1995, o Estado brasileiro começou, lentamente, a admitir sua responsabilidade internacional por graves violações de Direitos Humanos previstas nos tratados da ONU e da OEA.

Um primeiro passo foi a conquista da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1996. Em 2002, foi criada a Comissão de Anistia. Durante o governo Lula, cresceu a expectativa por novos passos, que demoraram, mas deslançaram a partir de 2007 com a publicação do livro-relatório Direito à Memória e à Verdade. Abriu-se, assim, a caminhada para aprovar e implantar a Comissão Nacional da Verdade, proposta no PNDH-3, que despertou o primeiro exercício de linchamento midiático reacionário, ensaio geral para o ataque histórico de 2015.

Superando dificuldades e o silêncio sabotador dos comandos militares, essa Comissão apresentou seu relatório final em dezembro passado, abrindo as portas para novos começos.

Trata-se, agora, em primeiro lugar, de corrigir no Supremo Tribunal Federal, a decisão equivocada de abril de 2010 que estendeu um manto de proteção

aos torturadores, seus mandantes e cúmplices.

O fato mais notável do processo de investigação efetuado pela Comissão Nacional foi a multiplicação – fenômeno único entre os 40 países que construíram organismos semelhantes – de comissões da verdade nos municípios, estados, legislativos, universidades e centrais sindicais.

A CUT teve papel pioneiro nessa proliferação, promovendo apurações, estudos, encontros e seminários em todo o país. Em São Paulo, por exemplo, o foco nas violações sofridas pelos trabalhadores e seus sindicatos despontou como um dos marcos distintivos da Comissão Estadual proposta e liderada pelo deputado petista Adriano Diogo.

Esse trabalho da CUT e de outras centrais terminou de sepultar o mito criado pelos ditadores e pelo seu partido da mídia de que a resistência teria sido exercida basicamente por estudantes originários dos segmentos abastados.

Os números são inquestionáveis: o esforço mais brutal do aparelho repressor, já em abril de 1964, foi concentrado no ataque aos sindicatos de trabalhadores. Descobriu-se pela primeira vez, logo em seguida, que outro setor numericamente expressivo do ataque foi dirigido ao próprio meio militar, para exterminar nas três Armas tudo o que pudesse cheirar a nacionalismo e sentimentos sociais.

Além dessa ação mais estratégica junto ao STF, que em minha opinião pode, sim, reformular sua decisão de 2010, cabe levar adiante todos os demais esforços de reparação e implantação das chamadas políticas de não repetição.

No item reparação, cabe seguir exigindo as indenizações administrativas pelos longos períodos de desemprego, perdas de mandatos sindicais, prisões

e violência de todo tipo, mas cabe também fortalecer as iniciativas de reparação simbólica. Cada sede de Sindicato precisa criar seus painéis e espaços de memória, bem como de homenagem aos que derramaram seu sangue na luta pela liberdade: Virgílio Gomes da Silva, entre os químicos de São Paulo, Olavo Hansen no ABC, Aluísio Palhano entre os bancários. Publicações, filmes, vídeos, músicas, festivais e exposições precisam se tornar uma rotina para manter a memória viva e militante, requisito para que a luta de hoje possua a energia que advém de nossas raízes históricas.

P. Qual a sua perspectiva para a punição dos responsáveis pela morte, tortura e intervenções sindicais durante o regime militar no Brasil?

R. Como já disse, minha perspectiva é muito positiva. O atual presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, além de ser o jurista íntegro e corajoso que já se comprovou durante o julgamento-linchamento chamado de Mensalão, é autor de um voto vencido, tecnicamente impecável, naquela decisão decepcionante aprovada pela maioria de seus colegas em 2010.

Lewandowski também recebeu em mãos o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 10 de dezembro de 2014. Outros ministros, como Luís Barroso, já fizeram declarações à imprensa no sentido de que o Tribunal precisa voltar a examinar aquela decisão à luz da decisão divulgada em dezembro de 2010 pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos, sediada na Costa Rica, a respeito do Caso Gomes Lund – Guerrilha do Araguaia. Aquela Corte determinou taxativamente que a Lei de Anistia de 1979 não pode seguir representando um obstáculo à apuração e punição de todas as graves violações já conhecidas.

Penso que o caminho do STF, em termos de estratégia geral, é mais viável que tentar mudanças através da arena política hoje liderada por um fascista como Eduardo Cunha.

P. Como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem acompanhando o tema da justiça de transição no Brasil?

R. Nosso Regulamento possui uma regra rígida impedindo os sete membros de se manifestarem sobre casos de seu país de origem. Mas posso lembrar que já existe jurisprudência firme, tanto na Comissão (sediada em Washington) quanto na Corte da Costa Rica, exigindo que os países onde existiram períodos ditatoriais, praga que atingiu quase todos, reconheçam sua responsabilidade internacional, investiguem sem restrições e responsabilizem individualmente os violadores, promovam a reparação financeira e simbólica (pedidos de desculpa, monumentos etc.) e adotem políticas de não repetição: mudanças no currículo da formação militar e policial, organismos de corregedoria, leis e instituições voltadas especificamente para enfrentar a tortura e os desaparecimentos forçados. Muitos outros procedimentos desse tipo.

“Cada sede de Sindicato precisa criar seus painéis e espaços de memória, bem como de homenagem aos que derramaram seu sangue na luta pela liberdade: Virgílio Gomes da Silva, entre os químicos de São Paulo, Olavo Hansen no ABC, Aluísio Palhano entre os bancários. Publicações, filmes, vídeos, músicas, festivais e exposições precisam se tornar uma rotina para manter a memória viva e militante, requisito para que a luta de hoje possua a energia que advém de nossas raízes históricas.”

Paulo Vannuchi

ANEXOS

Os 11 pontos do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade

As Centrais Sindicais, reunidas no dia 9 de abril de 2013, discutiram e aprovaram 11 pontos a serem analisados e investigados pelo Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade.

1. Levantamento dos Sindicatos que sofreram invasão e intervenção no golpe e após o golpe;
2. Investigação de quantos e quais dirigentes sindicais foram cassados pela ditadura militar;
3. Quais e quantos dirigentes sindicais sofreram prisão imediata ao golpe;
4. Levantamento da destruição do patrimônio documental e físico das entidades sindicais;
5. Investigação sobre prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de dirigentes e militantes sindicais urbanos e rurais;
6. Vinculação e responsabilização das empresas com a repressão;
7. Relação do serviço de segurança das empresas estatais e privadas com a repressão e atuação das forças armadas;
8. Legislação antissocial e antitrabalhadores (lei de greve, lei do arrocho salarial, lei do fim da estabilidade no emprego, organização nos locais de trabalho, entre outras);
9. Levantamento da repressão às greves e manifestações;
10. Tratamento dado à mulher trabalhadora e à família do trabalhador durante a repressão;
11. Levantamento dos prejuízos causados aos trabalhadores e suas entidades pelo regime militar para reparação moral, política e material.



Participaram do Coletivo Sindical de Apoio ao GT Trabalhadores da CNV as seguintes centrais sindicais: CUT – Força Sindical – UGT – CTB – CSB – CSP Conlutas – Nova Central – CGTB – Intersindical e Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

Depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça da CUT

Antonio de Faria Lopes

Ex-sindicalista bancário – Minas Gerais

Arquimedes Soares Campo

Ex-sindicalista bancário – Minas Gerais

Avelino Ganzer

Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém – Pará

Ênio Seabra

Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem – Minas Gerais

Genival Luis da Silva

Ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – Rio de Janeiro

Geraldo Pastana

Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém – Pará

Geraldo dos Reis Ribeiro

Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Feliciano e Timóteo – Minas Gerais

Guaraci Francisco Gonçalves

Filho de Ibraim Gonçalves, ex-ferroviário, delegado sindical e secretário-geral do CGT de Duque de Caxias – Rio de Janeiro

José Horta de Carvalho

Ex-sindicalista do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga – Minas Gerais

Nilson Venêncio

Metalúrgico - militante operário e ex-presos político – Rio de Janeiro

Rui Afonso de Almeida Gonçalves

Jornalista aposentado – Minas Gerais

OBS.: O maior número de depoentes em Minas Gerais é devido o apoio e assessoria do GT Trabalhadores da CNV no ato e nas atividades realizadas em Ipatinga no mês de outubro de 2013.

Apoio nas pesquisas, documentação e artigos

Adriana Marcolino – *Socióloga e técnica do Dieese*

Alejandra Estevez - *Pesquisadora*

Alex de Souza Ivo – *Pesquisador*

Antonio Luigi Negro – *Pesquisador*

Augusto Portugal – *Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC*

Carla Machado Lopes – *Centro de Referências Memórias Reveladas*

Elina Pessanha – *Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro*

Fabiano Almeida Matos – *Arquivo Público do Estado do Ceará*

Felipe Ribeiro – *Pesquisador*

Gabriel Dienstmann – *Pesquisador*

Gilney Viana - *Pesquisador*

Heliene Chaves Nagasava – *Pesquisadora*

Humberto Celeste Innarelli – *Arquivo Edgard Leuenroth*

Jana Silverman – *Centro de Solidariedade da AFL-CIO*

João Marcelo Pereira dos Santos – *Assessor da CUT RS*

Josefa Santos – *Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de Brasília*

Leandro Horie – *Economista e técnico do Dieese*

Leonilde Servolo de Medeiros - *Pesquisadora*

Manoel Edivado Santos Matos – *Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém*

Márcio Ladeia – *Assessor da Central Única dos Trabalhadores – CUT Brasil*

Márcio Porto – *Arquivo Público do Estado do Ceará*

Maria Mercês Apóstolo – *Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo*

Rafael Soares Serrao – *Sociólogo e técnico do Dieese*

Raquel Camargo – *Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC*

Renato Lima – *Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*

San Romanelli Assumpção – *Pesquisadora*

Sebastião Lopes Neto – *Intercâmbio, Informações Estudos e Pesquisas*

Tânia Bender – *Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas*

Valeria Barbuto – *Memoria Abierta – Buenos Aires – Argentina*

Vitor Vinícius Ladeia

Walter Silva – *Centro de Memória da Bahia*

Wir Caetano – *Centro de Referência e Memória do Trabalhador do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade*

Agradecimentos:

Comitê Paulista Memória, Verdade e Justiça; Comitê Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco; Anivaldo Padilha; Antonio Carlos Fon; Denise Fon; Djalma Bom; Edval Cajá; José Luiz del Roio; Luiz Momesso; Manoel Moraes; Marcelo Santa Cruz; Pedro Pomar; Rosa Cardoso.

Direção Executiva Nacional da CUT - 2012 - 2015

Presidente: Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta: Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral: Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta: Maria Aparecida Godói de Faria

Secretário de Adm. e Finanças: Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Adm. e Finanças: Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Rel. Internacionais: Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Rel. Internacionais: João Antonio Felício

Secretária de Combate ao Racismo: Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação: Rosane Bertotti

Secretário de Formação: José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação: Admirson Medeiros Ferro Jr. (Greg)

Secretário de Juventude: Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente: Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora: Rosane Silva

Secretário de Organização: Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização: Valeir Ertle

Secretário Políticas Sociais: Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho: Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Rel. do Trabalho: Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador: Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador: Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Fernandes

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Efetivos

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes

Título: Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT
Formato: 21x27 cm
Tipologia: Berlin Sans FB, ITC Officina Sans
Papel: Couchê brilho 115 g/m² (miolo), Papel Supremo 250 g/m² (capa)
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Gráfica e Editora Matsunaga Ltda
1ª edição: outubro/2015

Realização



Apoio

